

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 30 DE JULHO DE 2026

NÚMERO 23.140 • PÁGINAS • R\$ 5,00

Homenagem a Clodo



Clube do Choro será palco de show dos irmãos João e Pedro Ferreira, que celebram o legado do pai e dos tios Climério e Clésio, autores de sucessos da MPB.

PÁGINA 22

Davi Pereira/CB/D.A Press



Solidariedade budista

Tradicional quermesse terá como tema “Sabores da Paz” e ocorrerá todos os fins de semana de agosto no templo da 315/316 Sul, com gastronomia oriental, feirinha e espetáculos para toda a família. PÁGINA 18

Direito & Justiça

Prioridade para a preservação

Juiz da Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do TJDF, Carlos Frederico Maroja acompanha processos de extrema importância para o DF, como regularização fundiária e ocupação do solo. Em entrevista ao **Correio**, ele analisa temas que frequentemente o colocam em choque com interesses políticos.

Data Venia

Ministro Alexandre de Moraes, do STF, pede ação articulada entre instituições dos Três Poderes contra a violência de gênero e feminicídio.

Ventos causam destruição e matam 5 no Rio e em SP

AFP



Rajadas atingiram a Região Sudeste. Governo terá R\$ 1,3bi para prevenção ao El Niño

Moradores do Rio de Janeiro e de várias cidades de São Paulo, inclusive da capital, viveram momentos de terror, ontem, com as ventanias que alcançaram até 125km/h. Pelo menos cinco pessoas morreram e há vários feridos. No estado paulista, foram três mortes — em Santos, Cesário Lange e São Sebastião —, com destruição de casas e edifícios, principalmente no litoral. Na capital fluminense, o cenário foi de desespero. Houve queda de árvores, falta de energia e paralisação do sistema de transporte. Milhares de cariocas tiveram dificuldade para voltar para casa. No tradicional bairro de Santa Teresa (foto), a queda de um muro matou duas pessoas. Ontem, em Brasília, o governo federal anunciou um plano para destinar R\$ 1,3 bilhão a medidas de enfrentamento aos impactos do fenômeno El Niño.

PÁGINA 7

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



“Estamos fechados com Celina Leão”

Ao **CB.Poder**, Joaquim Mauro, do Republicanos-DF, destaca aliança da direita para o Buriti, com Gustavo Rocha como vice. “Temos quadros qualificados que representam os diversos segmentos da população”, disse.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Lula e Alckmin juntos outra vez



Chapa vencedora da eleição de 2022 será repetida no pleito deste ano. O PSB confirmou, ontem, Geraldo Alckmin como vice de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. Lideranças da legenda socialista, como o ex-prefeito de Recife João Campos e os ex-governadores do DF Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg, cancelaram a aliança durante a convenção, no Brasil 21, em Brasília.

Uso da IA será desafio ao TSE e ao Supremo

Produzido por inteligência artificial, o vídeo de Jair Bolsonaro em apoio à candidatura do filho Flávio à Presidência vai provocar novas discussões da Justiça Eleitoral sobre os limites do uso dessa tecnologia. O caso provocou reação imediata de Alexandre de Moraes, do STF, que cobrou explicações à defesa do ex-presidente — advogados disseram que o ex-chefe do Executivo não sabia da utilização da imagem. Presidente do TSE, Nunes Marques deve ser pressionado a debater novas regulamentações.

Cleitinho causa impasse em Minas

Líder das pesquisas, senador do Republicanos insiste em disputar o governo, mas partido quer fazer aliança com outro candidato.

EUA miram em influenciadores

Planalto monitora eventos no Consulado de São Paulo que atraem blogueiros da direita para discutir temas como liberdade de expressão.

PÁGINAS 2 A 6 E 13. BRASÍLIA-DF, 4, NAS ENTRELINHAS, 6, E EIXO CAPITAL, 16

Cão é morto após morder uma criança

Depois de fugir de casa, invadir o lote vizinho e atacar menino de 10 anos, animal da raça American Bully levou um tiro do pai da vítima, em Vicente Pires. PÁGINA 14



Fillipe Alves/Estádio conteúdo

Fez o que devia ser feito!

Em jogo marcado por duas expulsões no primeiro tempo e reclamações do Vitória, Palmeiras ganha por 4 x 0 e amplia frente na liderança. Tropeço do Flamengo deixa vantagem alverde em oito pontos. PÁGINA 19

A guerra avança pelo Oriente Médio

Irã e EUA trocam ataques com a participação de seus aliados na região. Arábia Saudita apoia bombardeio contra milícia xiita pró-Teerã, no Iraque, e navio-tanque norte-americano é atingido por drone no litoral do Egito.

PÁGINA 9



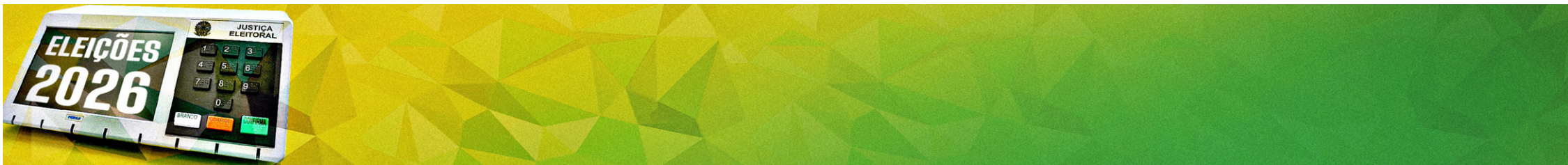
9 771808 266059

CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



Uso de IA na disputa divide STF e TSE

Caso do vídeo fictício do ex-presidente Jair Bolsonaro, exibido na Convenção do PL, levanta questionamentos sobre os limites da utilização de inteligência artificial no pleito e coloca em lados opostos os ministros Alexandre de Moraes e Nunes Marques

» RENATO SOUZA

O vídeo do ex-presidente Jair Bolsonaro — feito por inteligência artificial (IA) e exibido na Convenção Nacional do PL que oficializou a candidatura de Flávio Bolsonaro à Presidência — deflagrou entendimentos opostos entre o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nunes Marques, sobre os limites do uso dessa tecnologia no pleito deste ano.

Em março, o TSE atualizou as regras para uso de IA nas eleições. Entre as normas, está a proibição do uso de deep fake nas campanhas, mas é permitido a reprodução de imagens criadas artificialmente, desde que o eleitor seja informado sobre a origem do conteúdo. No entanto, as normas da Justiça Eleitoral não previram cenários específicos, como o uso de vídeo criado por IA nas convenções partidárias, como ocorreu no evento do PL.

Moraes — relator da ação de execução penal em que Bolsonaro foi condenado por tentativa de golpe de Estado — havia determinado que o ex-presidente estava proibido de usar as redes sociais, mesmo por meio de terceiros, sendo vedada a reprodução de vídeos e fotos dele nas plataformas. Ante o ocorrido na Convenção do PL, o ministro viu possível desobediência à decisão judicial e abriu prazo para a defesa de Bolsonaro se manifestar a respeito do vídeo (**leia reportagem abaixo**), assim como o Ministério Público.

A Justiça Eleitoral terá de analisar e pautar discussões em torno dos limites da utilização da IA, assim como colocar em votação eventuais abusos. Porém, Nunes Marques já se manifestou, por meio da imprensa, no sentido de que a adoção de inteligência artificial não pode ser criminalizada e ressaltou que essa tecnologia faz parte do cotidiano da sociedade.

O caso do vídeo de Bolsonaro

Luiz Silveira/STF



Moraes viu possível desobediência à decisão judicial com o vídeo em IA do ex-presidente

chegou ao TSE por meio de uma ação apresentada pela Federação Brasil da Esperança (PT, PV e PCdoB). O plenário analisará a ação, mas o posicionamento público de Nunes Marques — indicado ao STF pelo ex-presidente — sinaliza como a situação deve ser conduzida.

Regulação

O episódio provoca controvérsia no meio jurídico e representa uma situação nova, que precisará ser regulada. José Jance Marques — advogado, pesquisador de IA e de neurotecnologias políticas no doutorado em direito da Universidade de Brasília (UnB) — afirma que não há vedação para a reprodução de avatares, ou seja, de imagens virtuais que reproduzem pessoas reais.

“O uso de soluções de inteligência artificial para campanhas eleitorais não é proibido,

mas é regulado pela Resolução 23.610/2019 do TSE. As normas trazem deveres de transparência e vedações para uso ilícito ou enganoso, entre outros pontos. Não há qualquer proibição na geração de avatares de áudio e vídeo próprios”, destaca. “Inclusive, as plataformas que geram os chamados ‘clones’ costumam possuir protocolos rígidos para a autenticação deles. HeyGen e ElevenLabs, as duas principais plataformas desses ramos, assinaram um protocolo de compartilhamento de informações com o TSE recentemente para facilitar a troca de informações sobre perfis criados com sua tecnologia.”

Marques ressalta que o episódio envolvendo o ex-presidente cria uma situação que deve ser enfrentada no âmbito do direito eleitoral. “O caso específico do ex-presidente Jair Bolsonaro traz novas camadas ao debate. Ele foi condenado e está com seus direitos políticos suspensos, logo não pode

Luiz Roberto/TSE



Nunes Marques avalia que a adoção de inteligência artificial não pode ser criminalizada

Saiba mais

Corte afrouxa regras para big techs

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) afrouxou as regras do plano que plataformas digitais precisarão apresentar para combater riscos ao processo eleitoral. A portaria 463, a ser divulgada, também concentra decisões na presidência do tribunal, hoje nas mãos do ministro Nunes Marques.

A iniciativa obriga plataformas com mais de cinco milhões de usuários ativos no Brasil a especificar como vão definir as estratégias contra a desinformação, o uso irregular de inteligência artificial e comportamentos inautênticos coordenados durante a campanha eleitoral.

Na discussão da portaria, houve um acúmulo de funções

com Nunes Marques. O rascunho mencionava os termos “presidência” ou “presidente” do TSE três vezes, enquanto agora são citados 13 vezes.

Diferentemente da primeira versão, caberá a Nunes Marques resolver os casos de omissão entre as empresas; aceitar ou não a recusa das empresas em fornecer informações à Justiça Eleitoral; ser informado sobre riscos ao processo eleitoral, entre outras medidas.

Antes, o TSE era mencionado como instância para solicitar informações adicionais às plataformas, determinar correções nos planos e determinar a realização de auditorias técnicas, por exemplo. Agora, a atribuição cabe ao presidente do TSE.

Ex-presidente não autorizou vídeo, diz defesa

» IAGO MAC CORD

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro respondeu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o cliente não autorizou o uso de sua imagem e voz para o vídeo produzido por inteligência artificial (IA) e exibido na Convenção Nacional do PL.

Segundo os advogados, Bolsonaro não poderia ter autorizado o vídeo devido ao isolamento imposto por decisões judiciais. Desde o dia 17, o ex-presidente está com o direito de visitas suspenso, enquanto o filho Flávio Bolsonaro, pré-candidato à Presidência, está vedado de visitá-lo por 90 dias.

Conforme a defesa, essas restrições “evidenciam a inexistência de qualquer contato destinado à obtenção de autorização específica”.

Apesar da negativa, os advogados ressaltaram que os filhos do ex-chefe do Executivo utilizam sua imagem pública em atividades político-partidárias de forma “notória e contínua” desde que ele exercia a

Presidência, sem nunca ter havido oposição. Eles atribuem essa prática à “natural relação de confiança entre pai e filhos”.

A manifestação atende a uma determinação do ministro Alexandre de Moraes, que fixou prazo de 48 horas para que a defesa do ex-presidente esclarecesse se o cliente havia autorizado o uso de sua imagem para a produção e exibição do vídeo.

“A eventual concordância de Jair Messias Bolsonaro com a divulgação de um vídeo produzido por IA, e amplamente divulgada nas redes sociais, contendo sua imagem e declarações ostensivamente político-eleitorais constituiria nova e grave transgressão à decisão judicial, poucos dias após ser **sancionado**, e passível de reversão da prisão domiciliar humanitária para o regime fechado”, escreveu Moraes na decisão em que cobrou explicações.

Como a defesa nega a autorização do ex-presidente, a produção e a divulgação do vídeo por

Proibição após carta

O ministro Alexandre de Moraes lembrou, ainda, que, em decisão recente após a divulgação de uma carta de Jair Bolsonaro por Flávio, determinou a proibição da divulgação de manifestos políticos-eleitorais, inclusive por terceiros, independentemente do meio utilizado.

Flávio e pelo PL podem ser enquadradas como “deepfake”, prática proibida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A conduta pode caracterizar desinformação eleitoral ao simular o apoio de uma liderança com os direitos políticos suspensos.

“Se não houve autorização do custodiado Jair Messias Bolsonaro para utilização de sua imagem e voz para declarações político-eleitoral, além de constituir desrespeito à ordem judicial por Flávio

Nantes Bolsonaro e pelo Partido Liberal (PL), tal conduta poderá tipificar a denominada ‘deep fake’, prática expressamente vedada pela legislação eleitoral, uma vez que, haverá a caracterização de criação ou divulgação de conteúdo sintético destinado a associar artificialmente a imagem, a voz ou a manifestação de determinação pessoa a candidato, partido ou causa política, sem sua expressa autorização”, acrescentou Moraes no mesmo despacho.

Na gravação, o avatar de Bolsonaro afirmava que “o Brasil tem futuro e o futuro é Flávio Bolsonaro presidente”. Em documento separado protocolado no TSE, a defesa do senador argumentou que o conteúdo não configurava pedido de voto, tratando-se apenas de um “boneco tecnológico” com marcas d’água explícitas que sinalizavam o uso de IA.

Os advogados chegaram a comparar a ferramenta a “bonecos de papel ou máscaras” tradicionalmente utilizados em campanhas.

Reprodução/redes sociais



Vídeo de Bolsonaro feito por IA e exibido na Convenção Nacional do PL



Cabo de guerra com o partido

Após Republicanos indicar que Cleitinho não vai disputar governo de Minas Gerais, senador diz que tentará reverter decisão

» DANANDRA ROCHA

O senador Cleitinho Azevedo (MG) tenta reverter a decisão do comando nacional do seu partido, o Republicanos, após a legenda responsabilizá-lo pelo fracasso das negociações para lançá-lo ao governo de Minas Gerais. Horas após a sigla divulgar uma nota afirmando que a candidatura **não avançou** por falta de uma decisão do parlamentar, a assessoria dele informou ao **Correio** que o senador ainda busca reconstruir o entendimento com a direção nacional.

“Eu sou pré-candidato a governador. Eu sempre fiscalizei, agora vou fazer. Tentei conversar hoje (ontem) com o presidente (do partido, Marcos Pereira), mas não conseguimos, até porque estamos em Minas, e ele em São Paulo. Vamos conversar com ele amanhã (hoje) para poder tocar o coração dele, e ele oficializar minha candidatura. Se a minha questão pessoal incomodou o partido, eu peço desculpas”, afirmou.

O parlamentar disse que, no domingo, mandou uma carta a Pereira explicando o motivo da falta, “e ele disse que estava tudo certo”. “Qual partido vai perder um candidato que, como eu, está liderando as pesquisas com 40% das intenções de voto. Eu acredito que o partido não vai querer me perder.”

A relação de Cleitinho e Pereira se desgastou nas últimas semanas em meio às indefinições a respeito da sucessão mineira. Segundo o Republicanos, durante meses foram feitas articulações para viabilizar a candidatura do senador, incluindo a construção de alianças políticas e o adiamento de decisões estratégicas, na expectativa de que o parlamentar assumisse oficialmente a disputa.

“O partido trabalhou duro para que essa candidatura pudesse acontecer. O que faltou foi a decisão inequívoca de quem deveria

Waldemir Barreto/Agência Senado



A decisão do Republicanos ocorre em um momento em que Cleitinho aparece na liderança das intenções de voto ao governo de Minas

“Perdeu o timing”

O presidente nacional do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), reforçou o entendimento de que o projeto perdeu força ao afirmar que Cleitinho “perdeu o timing” para confirmar a candidatura. Segundo ele, o senador teve a oportunidade de participar da convenção estadual, mas optou por não comparecer. “Acho que ele perdeu o timing. Foi dada a oportunidade de ele ir à convenção, e não foi”, afirmou Pereira ao jornal *O Globo*.

ser, em primeiro lugar, candidato de si mesmo”, afirma o texto divulgado pela legenda.

A sigla também sustenta que

nunca faltou apoio político ao senador. “O Republicanos de Minas Gerais sempre tratou com entusiasmo, respeito e seriedade a

possibilidade de o senador Cleitinho Azevedo disputar o governo pela legenda”, ressalta a nota. Em seguida, porém, afirma que esse entusiasmo “não foi correspondido” até a convenção estadual realizada em 25 de julho.

Na avaliação do Republicanos, a indefinição prolongada comprometeu a construção de um projeto coletivo. “Uma candidatura exige, antes de tudo, a decisão firme de quem pretende disputá-la. Esse compromisso jamais pode ser substituído por sinais contraditórios, sucessivos

recuos ou indefinições”, argumenta a direção estadual.

Outro ponto destacado foi a ausência de Cleitinho na convenção do partido em Minas Gerais. Embora a legenda reconheça que o senador não compareceu por motivos pessoais — estava de luto pela morte do irmão mais novo, vítima de leucemia —, o episódio é tratado como um fato político que acabou obrigando aliados a redefinirem suas estratégias para a eleição.

A convenção, realizada na Assembleia Legislativa de Minas

Gerais (ALMG), homologou as candidaturas do Republicanos à Câmara dos Deputados, à Assembleia Legislativa e ao Senado. O nome de Cleitinho, no entanto, não foi submetido à convenção para a disputa ao Palácio Tiradentes, justamente pela ausência de uma manifestação formal do parlamentar.

A nota representa uma inflexão no discurso da legenda. Até então, dirigentes do Republicanos defendiam publicamente a candidatura de Cleitinho e insistiam que o partido estava preparado para lançá-lo ao governo de Minas. O presidente estadual da sigla, deputado Euclydes Pettersen, afirmou que o Republicanos não abriria mão do projeto e aguardava apenas a confirmação da parte do senador.

Nos bastidores, porém, a demora passou a provocar incômodo. Além de afetar a organização interna do partido, a indefinição repercutiu nas negociações com outras legendas. Minas Gerais é considerada estratégica para a eleição presidencial de 2026, e o nome de Cleitinho é visto como peça importante para a formação do palanque da direita no segundo maior colégio eleitoral do país.

A situação ganhou mais relevância porque ocorre em um momento de força eleitoral de Cleitinho. Pesquisa Genial/Quaest, divulgada na terça-feira, mostrou que o parlamentar lidera a corrida pelo governo mineiro. No principal cenário de primeiro turno, ele aparece com 35% das intenções de voto.

O levantamento também aponta desempenho favorável em eventuais confrontos de segundo turno. Contra o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil, Cleitinho venceria por 44% a 29%. Em uma disputa contra o ex-ministro Patrus Ananias (PT), teria 46% das intenções de voto, ante 31% do adversário. Já em um cenário contra o governador Mateus Simões (PSD), ele abriria a maior vantagem: 46% a 15%. **(Colaborou Renato Souza)**

Clã Bolsonaro invade pleito

» LUÍZA ALTOÉ
» DANANDRA ROCHA

Ao menos seis parentes do ex-presidente Jair Bolsonaro devem concorrer a cargos eletivos neste ano. Entre eles está o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que oficializou sua candidatura à Presidência.

Além do primogênito do ex-chefe do Executivo, outras duas candidaturas foram homologadas desde o início das convenções partidárias, que se encerram na próxima quarta-feira. Caso de Rogéria Bolsonaro (PL), mãe de Flávio, que anunciou, ontem, que será postulante a deputada federal pelo estado do Rio de Janeiro. Rogéria ainda pode herdar parte do eleitorado bolsonarista, tendo em vista que nenhum dos outros filhos do ex-presidente concorrerão no estado.

O único irmão do ex-chefe do

Executivo que irá concorrer, Renato Bolsonaro (PL), também já teve oficializada a candidatura a deputado federal por São Paulo. Ele já concorreu a prefeito de Registro, cidade do interior paulista, em 2024, mas não foi eleito. Antes, também tentou, sem êxito, eleger-se vereador.

As candidaturas de Carlos e Jair Renan Bolsonaro devem ser oficializadas na convenção estadual do PL em Santa Catarina (SC), em 1º de agosto. Carlos tentará o Senado, Jair Renan, a Câmara. Além deles, próximo domingo, a convenção do partido no Distrito Federal deve oficializar o nome da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro (PL) ao Senado. Apesar de ela não ter dito oficialmente que será candidata, há um esforço e otimismo de aliados de que isso ocorrerá.

Também pode entrar na corrida eleitoral um primo do ex-presidente,

Marcelo Bolsonaro, pré-candidato a deputado estadual por São Paulo.

Além de Bolsonaro — que segue preso em prisão domiciliar, por tentativa de golpe de Estado e outros crimes —, o filho Eduardo Bolsonaro está inelegível. Em junho de 2026, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou o então parlamentar a 4 anos e 2 meses de prisão por coação no curso do processo da trama golpista.

Michelle e Flávio

Na convenção do PL no DF, a expectativa é de que Flávio e Michelle voltem a dividir o mesmo espaço em um evento partidário, em um gesto construído pela cúpula da legenda para demonstrar unidade.

Embora o partido ainda não tenha anunciado oficialmente a participação conjunta dos dois,

dirigentes tratam a presença dos dois como praticamente certa. Uma fonte do PL ouvida pelo **Correio**, sob reserva, afirmou que a participação já foi acertada. “Eles confirmaram a presença”, disse.

Ao **Correio**, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, demonstrou confiança na participação de Michelle. “Acho que ela vai, sim”, afirmou.

A mesma expectativa é compartilhada pelo líder da oposição no Congresso, senador Izalci Lucas (PL-DF), um dos responsáveis pela mobilização para o evento. “É possível, é normal, é viável. Está no meu post, em que pedi para o pessoal comparecer. Eu coloquei a foto dele, da Michelle e a minha. Eu acredito que ela virá, sim, lógico. Não tem por que ela não ir”, frisou ao **Correio**.

Um integrante do partido ouvido pela reportagem sob reserva

Redes sociais



Flávio e Michelle são esperados na Convenção do PL em Brasília

afirmou que o objetivo é afastar dúvidas sobre a relação entre os dois e demonstrar que a crise ficou para trás. Segundo essa fonte, a fotografia de Michelle e Flávio juntos servirá para “encerrar as especulações sobre uma falsa

reconciliação” e reforçar a coesão do grupo político.

Na semana passada, Michelle e Flávio selaram as pazes, via redes sociais, após a ex-primeira-dama relatar ter sido alvo de misoginia por parte do senador.

TEM O CULPADO QUE GRITA. E O QUE FICA CALADO.

O seu silêncio pode custar uma vida. A violência contra a mulher não acaba quando acontece. É preciso agir para este crime não continuar. Denuncie.



>> 197 DENÚNCIA ANÔNIMA

>> 180 ATENDIMENTO À MULHER

>> 190 EMERGÊNCIA

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Cada um com seu cada qual

Com os excelentes índices apresentados pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), no levantamento da Quaest, é nele que Flávio terá que ancorar sua candidatura para ampliar a diferença em relação a Lula. Já o adversário de Tarcísio, Fernando Haddad (PT), e Lula terão que colar suas campanhas em Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede), que lideram a corrida paulista para o Senado.

Por falar em Tarcísio...

O presidente do Republicanos no Distrito Federal, Joaquim Mauro, não esconde de ninguém que Tarcísio era o “mais preparado” para concorrer ao Palácio do Planalto. Porém, “há fatores políticos que estão acima do mundo ideal”, afirmou em entrevista ao *CB.Poder*.

Porta de saída

Ao dizer que será candidato a governador de qualquer jeito, o senador Cleitinho (Republicanos) corre o risco de terminar expulso do partido. Apesar do luto pelo falecimento do irmão, em 18 de julho, o partido esperava uma satisfação aos correligionários, que esperavam há meses por uma resposta. Para completar, Cleitinho, agora, chamou os partidários de “vagabundos”.

Ainda tem muito chão

A Polícia Federal ainda não concluiu as análises de todos os telefones do ex-banqueiro Daniel Vorcara. Falta avaliar o conteúdo de três aparelhos, o que só aumenta o suspense entre os candidatos a essas eleições — e em todos os partidos.

Riscos extremos

Com a renovação do “emergency act” contra o Brasil publicada no *Diário Oficial* do governo dos Estados Unidos, chovem memes nas redes sociais, em especial, no WhatsApp, insinuando o sequestro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tal e qual os norte-americanos fizeram com o ex-ditador da Venezuela, Nicolás Maduro. Até aqui, essas postagens não têm qualquer relação com a verdade ou ações dos Estados Unidos. Porém, os que receiam o caos são unânimes em afirmar que o governo brasileiro tem que estar preparado para tudo.

Faca de dois gumes/ Qualquer ação mais radical de Donald Trump, porém, tende a jogar o candidato do PL, Flávio Bolsonaro, no mesmo gueto que levou seu pai a perder a eleição em 2022. Naquele período, as ações radicais de apoiadores às vésperas do pleito — como, por exemplo, a então deputada Carla Zambelli correndo pelas ruas de São Paulo de arma em punho em perseguição a um apoiador de Lula — foram vistas pelos próprios aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro como algo que reduziu a ampla diferença que ele teria para o petista em São Paulo. Se o governo Trump praticar qualquer ação extremista, Flávio terá novas dificuldades pela frente.



CURTIDAS

Polarização eterna/ A eleição de 2026 mal começou e alguns políticos já antevêm que o mano a mano entre uma direita mais radical e a esquerda não vai passar tão cedo. Depois de Lula e os Bolsonaro, a próxima aposta é Nikolas Ferreira (PL-MG) versus João Campos (PSB-PE).

Por falar em Minas... / Por lá, se diz que o senador Cleitinho está igual à famosa frase de José Saramago sobre o desencontro amoroso em “História do Cerco de Lisboa”: “Quando me querias, eu não te quis. Quando eu queria, não me quiseste. Quando quisemos, a vida não quis.” A vida, no caso, é o partido Republicanos.

Instagram pessoal



Um adesivo de eliminação/ O adesivo redondo escrito “anti Manu” que o deputado Zucco (PL-RS) exibia no peito, com um X sobre o rosto da candidata ao Senado pelo PSol, Manuela D’Ávila, era da pré-candidata a deputada federal Júlia Zardo (Novo, **foto**). Num tom agressivo no Instagram pessoal, ela disse que trata-se de uma crítica a tudo que Manuela representa. Fez questão de colar o adesivo no peito e afirmou que seu

nome havia sido apagado da reclamação feita pelo PSol. Citou, ainda, que há muros pichados em Porto Alegre com a inscrição “nocaute à extrema-direita”, onde aparece o nome da ex-deputada Luciana Genro.

Em tempo/ Uma candidata a deputada federal começar a campanha ao Parlamento, a Casa do diálogo, com o adesivo “anti” qualquer pessoa, e com um x sobre o rosto de uma adversária política, corre o risco de queimar a largada.



Dupla com Alckmin se repete

PSB oficializa pré-candidatura como vice de Lula mais uma vez, em evento no qual não se poupou críticas ao clã Bolsonaro

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O PSB oficializou, ontem, a pré-candidatura de Geraldo Alckmin como vice na chapa do presidente e pré-candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva. Dessa forma, repete-se a dobradinha e a receita usada em 2022, que derrotou Jair Bolsonaro — único presidente que, no exercício do poder, não obteve um segundo mandato desde a promulgação da Emenda Constitucional 16, em 4 de junho de 1997.

Ao lado de Lula, Alckmin não poupou críticas ao clã Bolsonaro, representado no pleito deste ano pelo filho 01 do ex-presidente. “Vamos rodar no Brasil o bordão dos extremistas que era de Deus, pátria, família e liberdade. Como podem falar em nome de Deus se eles pregavam o ódio e Deus é amor? Como podem falar em nome da família, se família é paixão e eles foram responsáveis por 700 mil mortes da covid? Como podem falar em nome da pátria se a pátria é união, não o entreguismo e nem trabalhar contra os interesses dos trabalhadores e das empresas brasileiras?”, lembrou Alckmin.

Ainda em recado a Flávio Bolsonaro, Alckmin salientou tentativa de golpe de Estado chefiada pelo pai do senador fluminense. “Quem não acredita na democracia nem deveria disputar eleições e nem pedir votos ao povo brasileiro”, arematou.

A oficialização da candidatura foi na convenção do PSB. Além de Alckmin, Lula e de políticos da

Minervino Junior/CB/D.A Press



Lula, João Campos (presidente do PSB) e Alckmin confirmaram a parceria que derrotou Bolsonaro em 2022

legenda, a cerimônia contou com a participação de ministros, como José Múcio (Defesa) e Márcio Elias (Indústria e Comércio), e de lideranças históricas do PSB, como o ex-senador e ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, e do deputado federal e também ex-governador do DF Rodrigo Rollemberg.

Em seguida a Alckmin, foi a vez de Lula frisar os avanços de sua gestão à frente do Palácio do Planalto. Entre os destaques, lembrou investimentos na área da saúde,

como a compra de máquinas de radioterapia para hospitais federais do Sistema Único de Saúde (SUS).

Quanto à disputa eleitoral, Lula fez uma provocação aos adversários. “Temos partido, candidatos e programa. E eu pergunto: o que têm nossos adversários? Zero”, alfinetou, para acrescentar: “Vamos ganhar a eleição. Mesmo que a gente comece a errar agora, o acerto foi tanto que vamos nós vamos ganhar essa eleição”, disse. Alckmin tem assumido papel de negociador internacional e de

interlocução entre o Executivo e entidades empresariais.

A confirmação de Alckmin chegou a estar em xeque, uma vez que setores do PT e do governo preferiam o ex-ministro dos Transportes Renan Filho (MDB) para compor a chapa. Seria uma maneira de garantir apoio do partido já para o primeiro turno e isolar os emedebistas simpáticos ao bolsonarismo — como o prefeito paulistano Ricardo Nunes, que apoiará a reeleição de Tarcísio de Freitas em São Paulo. O plano era, também, que Alckmin



Víamos rodar no Brasil o bordão dos extremistas que era de Deus, pátria, família e liberdade. Como podem falar em nome da pátria se a pátria é união, não o entreguismo e nem trabalhar contra trabalhadores e empresas?”

Vice e pré-candidato Geraldo Alckmin

disputasse mais uma vez o Palácio dos Bandeirantes ou uma das vagas paulistas ao Senado.

Mas a situação se ajeitou com Simone Tebet trocando o MDB pelo PSB — e hoje uma das líderes da corrida ao Senado por São Paulo ao lado da também ex-ministra Marina Silva — e Fernando Haddad aceitou concorrer contra Tarcísio, a fim de se cacifar para a eventualidade de ser o nome do PT para a eventual sucessão de Lula na Presidência, em 2030. **(Colaborou Fabio Grecchi)**

Multado em R\$ 15 mil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado ao pagamento de multa no valor de R\$ 15 mil por propaganda eleitoral antecipada em decisão da Justiça Eleitoral de São Paulo. O entendimento é de que o chefe do Executivo fez um pedido explícito de votos em favor das ex-ministras Simone Tebet (PSB) e Marina Silva (Rede) em evento em 19 de maio deste ano. As duas são candidatas ao Senado por São Paulo.

Além da penalidade financeira, a decisão determina a retirada do vídeo com o discurso do canal oficial de Lula no YouTube. A representação foi apresentada pela Comissão Executiva Estadual de São Paulo do partido Missão.

No processo, Lula sustentou que o discurso tinha caráter institucional e negou ter feito pedido explícito de votos. Também pediu que eventual multa fosse fixada no patamar mínimo.

A Procuradoria Regional Eleitoral foi pela procedência parcial da ação, defendendo a condenação apenas do presidente e a absolvição de Tebet e Marina, entendimento que foi acolhido pela Justiça Eleitoral. Ao analisar o caso, o juiz concluiu que o trecho do pronunciamento em que Lula afirma que o público poderia, “um dia”, “dar voto para as duas” caracteriza pedido de apoio antes do período eleitoral.

8º BRASÍLIA SUMMIT

L I D E – CORREIO BRAZILIENSE

05 DE AGOSTO, 8 ÀS 12 HORAS

HOTEL BRASÍLIA PALACE

BRASÍLIA – DF

"A SEGURANÇA JURÍDICA E O DESAFIO DA INFRAESTRUTURA NO BRASIL"

PALESTRANTES



GILMAR MENDES
MINISTRO DO STF - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL



RICARDO VILLAS BÔAS
MINISTRO DO STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA



ARNALDO JARDIM
DEPUTADO FEDERAL (CIDADANIA - SP)
TITULAR DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



LAÉRCIO OLIVEIRA
SENADOR (PP-SE)
RELATOR DA LEI DO GÁS



VITAL DO REGO FILHO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



SANDOVAL FEITOSA
DIRETOR-GERAL DA ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA



NELSON DE SOUZA
PRESIDENTE DO BANCO BRB



GUILHERME SAMPAIO
DIRETOR-GERAL DA ANTT - AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES



DÉBORA SANTOS
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA COSAN



GIUSEPP MENDES
CEO DO PINHEIRO & MENDES ADVOGADOS



ANDRÉ DE ANGELO
CEO DA ACCIONA NO BRASIL
HEAD DO LIDE INFRAESTRUTURA



JOÃO DORIA
FUNDADOR E CO-CHAIRMAN DO LIDE GOVERNADOR DE SÃO PAULO (2019-2022)
PREFEITO DE SÃO PAULO (2017-2018)



TAGIE DE SOUZA
DIRETORA JURÍDICA DE COMPLIANCE DA STRATOS



VINICIUS BENEVIDES
PRESIDENTE DA ABAR - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGÊNCIAS DE REGULAÇÃO



SOLANGE RIBEIRO
DIRETORA VICE-PRESIDENTE DE REGULAÇÃO, INSTITUCIONAL E SUSTENTABILIDADE DA NEOENERGIA



JOÃO DORIA NETO
CEO DO LIDE GLOBAL



GUILHERME MACHADO
PRESIDENTE DO CORREIO BRAZILIENSE



PEDRO GONET
ADVOGADO, JURISTA E PESQUISADOR DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB



DENISE ROTHENBURG
COLUNISTA NO CORREIO BRAZILIENSE



LAURO SEIXAS
ADVOGADO HEAD DO LIDE SEGURANÇA JURÍDICA



BRUNO MEYER
JORNALISTA HEAD DO LIDE CONTEÚDO

APOIO



MÍDIA PARTNERS

TV LIDE CORREIO BRAZILIENSE



REVISTA LIDE



FORNECEDORES OFICIAIS



INICIATIVA



CORREIO BRAZILIENSE





EUA debatem redes com influenciadores anti-Lula

Planalto vê como ofensiva ao governo encontros promovidos pelo Consulado em SP

» ARMANDO HOLANDA

Encontros promovidos pelo Consulado dos Estados Unidos em São Paulo com influenciadores de extrema-direita são lidos por integrantes do governo e por interlocutores do Palácio do Planalto como mais um movimento em favor da pré-candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência. A representação diplomática norte-americana tem convidado blogueiros bolsonaristas para, supostamente, debater “liberdade de expressão e ambiente digital”.

Entre os convidados está Maria Fernanda Schmidt, apresentadora do canal Brasil Paralelo. Em publicação no Instagram em 23 de julho, ela postou que participou de uma dessas reuniões promovidas pelo consulado. “Foi uma excelente oportunidade para compartilhar com os diplomatas os desafios enfrentados por influenciadores, jornalistas e produtores de conteúdo no ambiente digital, em um diálogo enriquecedor sobre os rumos da liberdade de expressão no Brasil”, escreveu. Ela costuma publicar conteúdos críticos ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na publicação, Maria Fernanda aparece ao lado de outros influenciadores bolsonaristas que, segundo ela, também participaram do encontro com representantes

Instagram pessoal



Maria Fernanda divulgou a participação na representação dos EUA

do governo Trump. Na fotografia estão, entre outros, Leandro Narloch, Rafael Ferri e Penélope Nova. Todos integram o ecossistema digital bolsonarista, que atua em defesa da candidatura de Flávio em diferentes nichos das redes sociais e também difunde conteúdos críticos a Lula.

Os encontros organizados pelo consulado ocorrem em meio à escalada de iniciativas do governo Donald Trump contra o Brasil. O mais recente episódio foi a prorrogação na terça-feira, por mais um ano, da emergência nacional em

relação ao Brasil, que mantém em vigor a declaração originalmente estabelecida pela ordem executiva de 30 de julho de 2025.

No documento, o presidente dos EUA afirma que permanecem válidas as razões que embasaram a declaração de emergência, alegando que políticas e ações do governo brasileiro ainda representam uma ameaça “incomum e extraordinária” à segurança nacional, à política externa e à economia dos EUA.

Reportagem da Agência Pública — confirmada pelo **Correio** — trouxe à tona que a Embaixada

norte-americana procurou o líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), para servir de ponte e viabilizar uma agenda de Riley Barnes e Samuel Samson, integrantes do Departamento de Estado dos EUA e subordinados ao secretário Marco Rubio, com Flávio e seus aliados. Porém, eles tiveram os vistos negados pelo Consulado do Brasil na capital dos EUA.

Ao mesmo tempo, o jornal *The Washington Post* publicou reportagem denunciando que o objetivo dos dois era elaborar um relatório difundindo a narrativa de fraude nas urnas eletrônicas e tentar colocar em xeque as eleições brasileiras. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, Barnes e Samson pretendiam, supostamente, promover debates sobre liberdade de expressão. Soma-se a isso a suspeita lançada por Flávio, em 22 de julho, em um evento com representantes de cerca de 40 embaixadas, em Brasília, de que o sistema eleitoral está viciado.

No encontro, o pré-candidato mentiu ao dizer que muitas das máquinas utilizadas nas eleições seriam da Smartmatic, empresa citada em suspeitas de fraudes eleitorais na Venezuela. Isso foi desmentido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, mais uma vez, deixou claro que as urnas eletrônicas são totalmente construídas no Brasil.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Fortes em GO e MG, Caiado e Zema não se nacionalizam

A eleição presidencial mostra uma polarização assimétrica. Candidato à reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lidera a disputa nacionalmente e conserva vantagem nas simulações de segundo turno, enquanto Flávio Bolsonaro demonstra resiliência suficiente para permanecer como seu principal adversário. Apesar das denúncias, erros e brigas na campanha do filho 01 de Jair Bolsonaro, as possibilidades de uma terceira via continuam restritas. Os ex-governadores Ronaldo Caiado (GO) e Romeu Zema (MG), mesmo com a projeção conquistada como governadores, não conseguem transformar seus redutos regionais em alavanca para nacionalizar as candidaturas.

Os principais colégios eleitorais mostram dois Brasis: o meridional e o setentrional. Essa divisão foi apontada a primeira vez em 1920, em *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana. Escrito entre 1916 e 1918, levou dois anos para ser publicado, pela livraria José Olympio. O que dizia Viana? Ele definia três arquétipos para o povo brasileiro: o sertanejo, o matuto e o gaúcho, os quais foram sucedidos pela publicação meteórica de mais quatro ensaios: *O Idealismo da Constituição* (1920), *Pequenos Estudos da Psicologia Social* (1921), *Evolução do Povo Brasileiro* (1923) e *O Ocaso do Império* (1924). O primeiro volume de *Populações Meridionais do Brasil* dedicou aos paulistas, fluminenses e mineiros; o segundo, ao campeador rio-grandense. Partia do homem para criticar as instituições da época.

“O sentimento das nossas realidades, tão sólido e seguro nos velhos capitães gerais, desapareceu, com efeito, das nossas classes dirigentes: há um século vivemos praticamente em pleno sonho (...) O grande movimento democrático da Revolução Francesa; as agitações parlamentares inglesas; o espírito liberal das instituições que regem a república americana, tudo isto exerceu e exerce sobre nossos dirigentes, políticos, estadistas, legisladores, publicistas, uma fascinação magnética que lhes daltoniza completamente a visão nacional dos nossos problemas. Sob esse fascínio inelutável, perdem a noção objetiva do Brasil real e criam para uso deles um Brasil artificial”.

Oliveira Viana atacou frontalmente os liberais brasileiros, corroborado pela iniquidade social que havia sido desnudada por Euclides da Cunha, ao descrever a Guerra de Canudos em *Os Sertões*. Concluía que era preciso “coragem infinita” para “contrair ostensivamente às ideias de liberdade e construir um poderoso Estado centralizado, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional”. Ao dizer que era impossível reproduzir aqui no Brasil o parlamentarismo inglês, o liberalismo democrático à francesa, ou o federalismo e descentralização republicana ao estilo americano, Oliveira Viana recomendava uma intervenção radical pelo Estado, destinado a criação de bases sociais aptas a sustentar futuros governos liberais. Para ele, esse “autoritarismo instrumental” da elite agrária e as populações meridionais, de recente imigração europeia, seriam protagonistas do moderno, enquanto o Brasil setentrional, sobretudo o Nordeste, representaria o atraso.

Faixa de fronteira

A consagração das ideias antissistema de Oliveira Viana viria com o Estado Novo, do qual foi o grande ideólogo, e com a “Polaca”, a Constituição de 1937, redigida por Francisco Campos e outorgada pelo ditador Getúlio Vargas. Ironicamente, Jorge Caldeira, em *História da Riqueza no Brasil* (Estação Brasil), destaca que o colapso político da República Velha interrompe mudanças importantes que estavam em curso, alavancadas por nosso mercado interno e a economia do sertão, como o aumento de rentabilidade da exportação de café, a grande acumulação de capital dos cafeicultores paulistas, que apostaram na industrialização, e não no patrimonialismo, ao contrário das oligarquias rurais que Viana enaltecera.

Que país queremos? Essa pergunta está posta novamente nas eleições, com o agravante de os liberais não terem um projeto claro. Muito da polarização se deve a isso. Segunda as pesquisas regionais divulgadas ontem pela Genial Quaest, Lula domina Bahia e Pernambuco, onde alcança, respectivamente, 52% e 55% no primeiro turno, contra 18% e 21% de Flávio. No segundo, as diferenças aumentam para 56% a 23% na Bahia e 58% a 24% em Pernambuco. O presidente também lidera no Pará, por 38% a 31%, e vence o candidato do PL por 44% a 37% na disputa direta. São resultados que reafirmam a força do lulismo no Brasil setentrional.

Flávio, entretanto, mostra grande competitividade no Centro-Sul. Lidera no Paraná por 42% a 24% e venceria Lula por 50% a 28% no segundo turno. Aparece numericamente à frente em São Paulo, por 34% a 30%, e no Rio de Janeiro, por 32% a 30%. Nos confrontos diretos, as vantagens seriam de 40% a 35% em São Paulo e de 38% a 35% no Rio. Em Minas Gerais, estado historicamente decisivo, Lula e Flávio estão tecnicamente empatados: 30% a 29% no primeiro turno e 38% a 35%, no segundo.

Caiado e Zema estão numa espécie faixa de fronteira entre esses dois brasis. O ex-governador mineiro alcança 12% em Minas, seu único resultado de dois dígitos entre os sete estados pesquisados. Fora de sua base, registra apenas 1% na Bahia, no Pará e em Pernambuco; 2% no Paraná e no Rio; e 3% em São Paulo. Sua candidatura continua sendo uma extensão de sua liderança regional, sem uma identidade nacional. O segundo turno confirma essa limitação. Em Minas, Zema aparece com 37% contra 39% de Lula, em empate técnico, resultado que demonstra sua força estadual. Fora dali, porém, não ameaça a polarização.

Caiado enfrenta o mesmo obstáculo. Estribado nos resultados do governo de Goiás, sobretudo na segurança pública, na educação e na gestão administrativa, entretanto, não atravessa as fronteiras estaduais. Nos sete estados analisados, oscila entre 1% e 4%: chega a 4% em Minas, registra 3% no Pará, no Rio e em São Paulo, 2% no Paraná e somente 1% na Bahia e em Pernambuco. Apesar da trajetória política mais longa e da estrutura do PSD, ainda não conseguiu apresentar uma alternativa nacional ao bolsonarismo. Nas simulações de segundo turno, Caiado alcança resultados melhores: 30% contra 38% de Lula em Minas, 30% contra 45% no Pará, 34% contra 35% em São Paulo e 33% contra 29% no Paraná. Esse crescimento decorre, em boa medida, da transferência do voto contrário a Lula quando Flávio é retirado da disputa.

Ministério da Cultura e Neoenergia Apresentam:

Foto: Raphael Alves

FMF

FESTIVAL MÊS DA FOTOGRAFIA

RETRATOS DE UM BRASIL PLURAL: ORIGEM, TERRITÓRIO E DIVERSIDADE

ABERTURA:

04 DE AGOSTO DE 2026

DAS 18H ÀS 22H

MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA

GALERIA MEZANINO

PROJEÇÃO MAPEADA NA CÚPULA DO MUSEU

APOIO

Lei Rouanet

International Photography Assoc-Festivals MEMBER

BSB BRASIL E DE FESTIVAIS

REDE DE PRODUTORES CULTURAIS

MUSEU NACIONAL DA REPÚBLICA

Secretaria de Cultura e Economia Criativa

PARCEIRO DE MÍDIA

CORREIO BRAZILIENSE

PATROCÍNIO

Neoenergia

REALIZAÇÃO

Leite Cultural

photo AGENCIA

MINISTÉRIO DA CULTURA



MUDANÇA CLIMÁTICA

Ventos fortes causam mortes e destruição

Ao menos cinco pessoas perdem suas vidas em virtude das rajadas que chegaram a 124,9 km/h nos estados de SP e RJ. Governo anuncia plano de R\$ 1,335 bilhão destinado a medidas preventivas para enfrentar os efeitos do El Niño

» FERNANDA STRICKLAND

Os fortes ventos que atingiram, ontem, o Sudeste do país deixaram ao menos cinco mortos e várias pessoas feridas. Houve quedas de árvores e postes; destelhamentos; falta de energia e interrupções no transporte público.

No estado de São Paulo, foram registradas três mortes. Em Santos, um homem em situação de rua morreu atingido por uma árvore. Em Cesário Lange, Região Metropolitana de Sorocaba, outra árvore caiu sobre um carro, matando o motorista. Já em São Sebastião, um pescador morreu após o naufrágio de uma embarcação.

No Rio de Janeiro, houve duas mortes provocadas pela queda de um muro, no bairro de Santa Teresa, e uma pessoa está desaparecida.

As rajadas chegaram a 124,9 km/h no interior de São Paulo e ultrapassaram os 100 km/h no litoral. As operações do Porto de Santos foram paralisadas por mais de quatro horas e as travessias de balsas entre Santos e Guarujá e entre Ilhabela e São Sebastião foram suspensas.

Na capital paulista, dezenas de milhares de imóveis ficaram sem luz e vários voos foram cancelados nos aeroportos.

No Rio de Janeiro, o cenário foi semelhante, diversos bairros Janeiro ficaram sem luz. Equipes do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro foram acionadas para 26 salvamentos de pessoas. A corporação registrou ainda quatro desabamentos e precisou atender a 30 ocorrências de cortes de árvores.

A concessionária de energia Light declarou que uma ocorrência externa ao sistema afetou o fornecimento de energia em áreas de toda a cidade. “Nossas equipes estão atuando para restabelecer o serviço o mais breve possível”, declarou a companhia. O funcionamento das três linhas do metrô foi interrompido às 16h40, segundo a concessionária Metrô Rio.

Segundo a Infraero, o Aeroporto Santos Dumont suspendeu as operações às 16h52 e permaneceu sem funcionar à noite. Já no Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão), quatro voos que iriam pousar foram encaminhados para outros aeroportos.

Os impactos da ventania levaram a Prefeitura do Rio de Janeiro a decretar Estágio Dois em uma escala de níveis de atenção que vai de um a cinco, o que significa que há riscos de ocorrências de alto impacto na cidade. O Centro de Operações da Prefeitura contabilizou a queda de 25 árvores.

Prevenção

No mesmo instante em que as rajadas de vento afetavam os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, o governo federal anunciou, ontem, um plano de R\$ 1,335 bilhão para ações de prevenção e resposta aos efeitos do fenômeno climático El Niño. Durante reunião ministerial convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ministra-chefe da Casa Civil, Miriam Belchior, afirmou que há alta probabilidade de o país enfrentar um evento de forte intensidade e detalhou os riscos previstos para cada região.

Para reduzir os impactos do fenômeno, o governo lançou um plano coordenado pela Sala de Situação do El Niño, integrada por 24 ministérios e órgãos federais responsáveis pelo monitoramento climático, gestão de riscos, defesa civil, abastecimento, saúde, energia e combate a incêndios.

Do total de R\$ 1,335 bilhão previsto, R\$ 998 milhões serão destinados a ações de abastecimento de alimentos, segurança alimentar, saúde e monitoramento hidrológico. Outros R\$ 337 milhões correspondem ao crédito extraordinário autorizado pela Medida Provisória nº 1.367/2026 para fiscalização ambiental e prevenção e combate aos incêndios florestais.

A maior parte dos recursos será aplicada na formação de estoques públicos de alimentos. O plano prevê R\$ 850 milhões para aquisição de 180 mil toneladas de milho e 310 mil toneladas de arroz. Também estão reservados R\$ 65 milhões para compra e distribuição de 350 mil cestas de alimentos destinadas a povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais e agricultores familiares.

Outros R\$ 13 milhões serão direcionados ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com atendimento previsto para 21,6 mil agricultores da Região Norte. Na saúde, serão investidos R\$ 45 milhões nos Centros de Informação em Saúde e Clima e na Força Nacional do SUS (ForSUS), além de R\$ 25 milhões para monitoramento dos níveis dos rios.

Na área ambiental, os R\$ 337 milhões serão empregados em monitoramento, mobilização de equipes, compra de equipamentos, apoio logístico e demais ações operacionais voltadas à fiscalização ambiental e ao combate aos incêndios florestais.

Miriam Belchior afirmou que as medidas fazem parte de uma estratégia mais ampla adotada desde o início do atual governo para fortalecer a resposta a eventos climáticos extremos. Entre as

Tânia Rego/Agência Brasil



Árvores e postes de energia caíram, deixando vários bairros do Rio de Janeiro no escuro. O transporte urbano foi suspenso por várias horas

André Fabiano/Estadão Conteúdo



Árvores caíram no Maracanã antes do jogo Fluminense x Bahia

ações destacadas está a ampliação das equipes federais de combate a incêndios.

Além das ações emergenciais, o governo informou que mantém investimentos estruturantes em segurança hídrica, prevenção de incêndios, defesa civil e saúde. Entre eles estão recursos do Novo PAC para obras de abastecimento de água nas regiões Norte e Nordeste, investimentos do Fundo Amazônia em equipamentos para combate ao fogo, reforço da Operação Carro-Pipa, ampliação da atuação

da Defesa Civil e instalação de Centros de Informação em Saúde e Clima em todas as regiões do país.

Segundo a ministra, os estudos elaborados por especialistas e por diferentes ministérios indicam que os efeitos do El Niño serão distintos conforme a localização.

“Em cada região, os efeitos do El Niño são diferentes. No Norte e no Nordeste, a tendência é seca. No Centro-Oeste e o Sudeste, é atraso das chuvas. E no Sul, é chuva acima da média”, afirmou Miriam Belchior.

Defesa Civil de SP



A forte rajada de vento atingiu o Alto Tietê, em SP, derrubando muros

No Norte, o governo prevê redução da disponibilidade de água para consumo e produção, piora da navegabilidade dos rios por causa da diminuição da vazão, aumento do risco de incêndios, possibilidade de isolamento de comunidades e dificuldades no abastecimento de água, combustíveis e alimentos entre agosto e dezembro.

Já no Nordeste, a principal preocupação está nas áreas agrícolas do Matopiba — região que engloba partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia — onde a

estiagem poderá comprometer a produção agrícola.

Para o Sudeste, o governo projeta maior risco de incêndios florestais e ocorrência de ondas de calor entre setembro e dezembro. No Centro-Oeste, os principais impactos esperados são incêndios e prejuízos às áreas produtivas entre julho e outubro. No Sul, o cenário previsto é de chuvas acima da média, aumentando o risco de enchentes e deslizamentos de terra até o fim do ano. (Com agências de notícias)

Reprodução/Flickr/chemist4u



Os medicamentos foram registrados por comparação ao Ozempic

SAÚDE

Anvisa aprova 5 canetas emagrecedoras

» PEDRO JOSÉ*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou, ontem, o registro de cinco novos medicamentos injetáveis à base de semaglutida sintética para o tratamento de adultos com diabetes mellitus tipo 2. A medida amplia a oferta de medicamentos da classe dos agonistas do receptor de GLP-1 e ocorre em meio ao aumento das apreensões de produtos para emagrecimento comercializados de forma irregular no país.

Os novos medicamentos foram

registrados por comparação ao Ozempic e são indicados para pacientes adultos com diabetes tipo 2 insuficientemente controlado, como complemento à dieta e à prática de exercícios físicos, quando o uso da metformina não é recomendado por contraindicação ou intolerância.

As canetas aprovadas são Owozzy, da Ávita Care Importação e Distribuição de Produtos Ltda.; Seemasun, da Sun Farmacêutica do Brasil Ltda.; Zempneo, da Brainfarma Indústria Química e Farmacêutica S.A.; Semavy, da Cosmed

Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.; e Orsema, da Ranbaxy Farmacêutica Ltda.

Atualmente, 68% das solicitações de registro de medicamentos injetáveis para obesidade e diabetes em análise na Anvisa correspondem a produtos sintéticos. O crescimento é atribuído ao desenvolvimento da tecnologia de produção sintética do GLP-1, em 2022, e ao vencimento de patentes de medicamentos da categoria.

Para o presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), Neuton

Dornelas, a ampliação da oferta tende a aumentar o acesso aos tratamentos e reduzir os custos para os pacientes. “Tais liberações vão ampliar a oferta dos medicamentos, certamente reduzir preço e, com isso, espera-se reduzir ou acabar com o contrabando da semaglutida”, afirmou.

Segundo Dornelas, a chegada dos novos produtos também pode ampliar o acesso ao tratamento por meio da rede pública de saúde.

*Estagiário sob a supervisão de Edla Lula



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,52% São Paulo	175.334 24/7 27/7 28/7 29/7	R\$ 5,108 (- 0,27%)	23/julho 5,083 24/julho 5,080 27/julho 5,112 28/julho 5,121	R\$ 1.621	R\$ 5,849	14,15%	Fevereiro/2026 0,70 Março/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 junho/2026 0,16

TARIFAÇO

Planalto repudia nova investida de Trump

Em nota, governo chama de “infundada” prorrogação da declaração de estado de emergência dos EUA contra o Brasil

» ROSANA HESSEL
» RAFAELA GONÇALVES

SAUL LOEB / AFP



A medida não cria outras sanções nem altera as tarifas de até 37,5% aplicadas a um conjunto de produtos exportados pelo Brasil aos EUA

Um dia após os Estados Unidos prorrogarem o estado de emergência contra o Brasil, o governo brasileiro emitiu uma nota repudiando o anúncio da manutenção da medida decretada há um ano por Donald Trump. De acordo com a nota da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom), a justificativa norte-americana reitera argumentos “infundados e inverídicos” de que o Brasil constituiu uma ameaça à segurança nacional e à política externa dos EUA.

“Ao rechaçar a retomada de acusações sem qualquer fundamentação nos fatos e já amplamente rebatidas em encontros de autoridades dos dois países, o Brasil reafirma sua soberania e a independência dos Poderes da União”, informou a nota, divulgada pela Secom na noite de ontem.

Trump prorrogou, por mais um ano, o estado de emergência nacional em relação ao Brasil, mantendo em vigor a declaração originalmente estabelecida pela ordem executiva de 30 de julho de 2025. Ontem, o aviso foi publicado no Federal Register, o diário oficial dos EUA.

No documento, Trump afirmou que permanecem válidas as razões que embasaram a declaração de emergência, alegando que políticas e ações do governo brasileiro continuam representando uma ameaça “incomum e extraordinária” à segurança nacional, à política externa e à economia dos EUA. O texto também repete as justificativas do decreto do ano passado, incluindo acusações de restrições à liberdade de expressão, violações de direitos humanos e perseguição política ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), além de críticas a decisões do Supremo Tribunal Federal (STF).

A prorrogação dessa medida é uma exigência da Lei de Emergências Nacionais norte-americana, que determina a renovação anual das declarações de emergência para evitar sua expiração automática. Em julho de 2025, o governo Trump havia imposto, por meio de decreto, uma tarifa adicional de 40% sobre a maior parte das importações brasileiras com base na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (IEEPA, na sigla em inglês).

Contudo, essa sobretaxa foi suspensa em fevereiro deste ano, após a Suprema Corte

norte-americana decidir que a IEEPA não confere ao presidente autoridade para impor tarifas comerciais. Por causa dessa decisão, a prorrogação não terá efeito prático na economia brasileira.

Impacto

Para o professor José Andrés Lopes da Costa, advogado e mestre em tributação internacional, no entanto, a renovação não deve ser interpretada apenas pelo impacto imediato. Segundo ele, a permanência do Brasil nesse

enquadramento mantém uma base legal que permite ao governo norte-americano adotar uma ampla gama de sanções contra o país.

“O problema não é a consequência imediata, mas a própria existência do mecanismo. O estado de emergência pressupõe que o país represente uma grave ameaça à política, à economia ou à estabilidade dos Estados Unidos. A partir do momento em que o Brasil entra nessa lista restrita, passa a existir um instrumento pronto para ser utilizado sempre que houver interesse do governo americano”, afirma.

O especialista lembra que países como Venezuela, Irã e Rússia também passaram, inicialmente, por declarações de emergência nacional antes da adoção de sucessivas rodadas de sanções econômicas. Ele ressalta, porém, que a comparação diz respeito apenas ao funcionamento do mecanismo jurídico, e não à situação geopolítica brasileira.

“Não estou dizendo que o Brasil será tratado como Venezuela ou Irã. O ponto é que estamos sob o mesmo instrumento legal, que permite uma escalada de medidas

caso o governo americano decida avançar”, comenta.

Na avaliação de Costa, as possibilidades vão muito além de tarifas de importação. Na prática, entre as sanções primárias, poderiam estar restrições a transações comerciais com empresas americanas, limitações ao uso do dólar em operações financeiras, dificuldades de acesso ao mercado internacional de câmbio e até proibição do uso de componentes brasileiros em cadeias globais de tecnologia.

“O leque é muito amplo. Pode haver impedimentos para transações em dólar, restrições ao mercado de seguros, dificuldades de financiamento e até proibição de utilização de componentes brasileiros em produtos tecnológicos, como ocorre hoje com a Rússia”, explicou.

Ele também cita a possibilidade de sanções secundárias, voltadas contra empresas ou instituições financeiras de terceiros países que mantenham relações comerciais com companhias brasileiras. “Um banco estrangeiro que financiasse uma empresa brasileira, por exemplo, poderia ser punido por manter negócios com um país sujeito a esse tipo de restrição. Tudo isso é juridicamente possível dentro desse mecanismo”, conta.

Embora reconheça que nenhuma dessas medidas tenha sido anunciada, Costa afirma que o simples fato de o instrumento permanecer ativo já produz efeitos econômicos indiretos. Segundo ele, aumenta a percepção de risco do país, encarece seguros, financiamentos e operações internacionais e gera insegurança para investidores. “Como desta vez não houve novas tarifas, criou-se a impressão de que está tudo bem. Mas não está. O Brasil passou a conviver com um mecanismo de coerção que antes não existia”, avalia.

POLÍTICA ECONÔMICA

Durigan garante deficit zero em 2026

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou, ontem, que o governo federal trabalha para encerrar 2026 com deficit primário zerado e que, “com alguma sorte”, poderá registrar um superavit. Segundo ele, o esforço da equipe econômica está voltado para o controle dos gastos e para a melhoria da situação fiscal, com o objetivo de abrir espaço para a redução dos juros.

“Com alguma sorte, faremos um superavit. Mas a conta está em ordem. A conta do Tesouro vai fechar em ordem no fim do ano”, disse em entrevista à Rádio Capital FM, de Mato Grosso do Sul.

Durigan ressaltou que o fortalecimento do equilíbrio fiscal é uma prioridade da equipe econômica. “Isso é uma obsessão. Nós precisamos melhorar a condição fiscal, fazer com que o governo gaste menos e melhor, para que a gente consiga equilibrar a taxa de juros do futuro”, ressaltou.

O ministro lembrou que a economia brasileira ainda enfrenta um cenário externo desafiador, marcado por fatores como o conflito entre

Israel e Irã, os impactos do fenômeno El Niño e o aumento das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros.

Como exemplo do esforço de contenção de despesas, ele citou o bloqueio de cerca de R\$ 17 bilhões no Orçamento. Ele também disse que a proposta orçamentária de 2027 será enviada ao Congresso com medidas de ajuste já previstas, mesmo em um ano eleitoral.

Desenrola

O ministro reforçou, ainda, que o governo federal não pretende lançar uma nova edição do programa Desenrola Brasil. Segundo ele, a iniciativa foi concebida como uma medida extraordinária para reduzir o endividamento das famílias e não como uma política permanente.

Durigan explicou que o principal objetivo do programa foi tornar as dívidas compatíveis com a capacidade de pagamento dos brasileiros, permitindo que milhões de consumidores

deixassem a condição de inadimplência. Para o ministro, esse é o “espírito” do Desenrola, que não deve ser entendido como uma ação recorrente.

“O espírito do Desenrola é fazer a dívida caber no bolso das pessoas e permitir que elas saiam da inadimplência, não criar uma política que se repete continuamente”, afirmou em entrevista à Rede TV.

Apesar de descartar uma nova edição, o governo anunciou, na última terça-feira, a prorrogação do

prazo de adesão ao Novo Desenrola Brasil. Inicialmente previsto para terminar em 3 de agosto, o programa permanecerá aberto até 31 de agosto, ampliando o período para que consumidores elegíveis renegociem seus débitos nas condições oferecidas pela iniciativa.

Segundo o ministro, a extensão do prazo busca garantir que mais brasileiros tenham oportunidade de regularizar suas pendências financeiras antes do encerramento definitivo do programa. (RG)

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Durigan afirmou que monitora o crescimento das importações

Emprego com carteira cai em junho

» RAPHAEL PATI

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informou, ontem, que o Brasil registrou um aumento de 145,1 mil novos empregos formais no último mês de junho. Os dados divulgados pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que, no período, houve 2,22 milhões de admissões e 2,07 milhões de desligamentos entre trabalhadores com carteira assinada.

O setor de serviços que, historicamente, apresenta um contingente maior de empregados no país, foi responsável pela geração de 74,5 mil novos postos de trabalho em junho, com destaque para as atividades Administrativas e Serviços Complementares (+26,6 mil), Saúde Humana e Serviços Sociais (+20,4 mil) e Transporte, Armazenagem e Correio (+16,2 mil).

Na sequência, o setor de Agropecuária registrou um saldo positivo de 22,8 mil novos empregos, seguido por

Comércio (+19,1 mil), Indústria (+14,4 mil) e Construção (+12,1 mil). No recorte por gênero, houve uma diferença de apenas 23 postos de trabalho gerados entre mulheres (72.592) e homens (72.569). Por idade, a população de até 24 anos foi a que registrou o maior saldo positivo, com 125 mil novos postos de emprego.

Em termos relativos, a maior variação percentual foi registrada no Amapá, onde houve um crescimento de 1,04% nos empregos formais, seguido por Acre (0,88%) e Mato Grosso (0,85%). Já em termos absolutos, as maiores altas vieram dos estados mais populosos, com o top 3 formado por São Paulo (34.981), Minas Gerais (20,8 mil) e Rio de Janeiro (16,8 mil).

O salário médio real de admissão dos novos empregados no mês de junho chegou a R\$ 2.404,34. Para os trabalhadores considerados típicos, esse montante foi de R\$ 2.446,27, enquanto para os não típicos, foi de R\$ 2,101,51.



ORIENTE MÉDIO

A guerra se expande para vizinhos do Irã

Forças de Teerã atacam bases americanas na Jordânia. EUA e Arábia Saudita bombardeiam posições de milícias xiitas no Iraque. Drones atingem navio no Egito. Trump usa termo chulo ao jurar vingança

» RODRIGO CRAVEIRO

Um drone atingiu, ontem, um navio-tanque de gás dos Estados Unidos no Porto de Damietta, no norte do Egito, à margem do Mar Mediterrâneo. Horas antes, durante a madrugada, a Guarda Revolucionária Iraniana — espinha dorsal do regime de Teerã — atacou com mísseis uma base aérea norte-americana e o Centro de Comando Central dos EUA, na Jordânia. As Forças Armadas do país anunciaram a interceptação de cinco artefatos. Com o auxílio de aviões da Arábia Saudita, os Estados Unidos lançaram uma ofensiva contra posições da Hashed Al-Shaabi, uma milícia xiita apoiada pelo Irã. De acordo com o grupo, 20 de seus combatentes foram mortos e 32 ficaram feridos.

Washington garante que os alvos foram instalações logísticas e depósitos de armamentos do grupo. No entanto, o governo do Iraque denunciou “um ataque inaceitável e uma flagrante violação da soberania”. Fontes iranianas confirmaram à tevê Al-Jazeera que quatro integrantes da Guarda Revolucionária estão entre os mortos. Uma outra milícia iraquiana pró-Irã, a Harakat Hezbollah Al-Nujaba, advertiu que os interesses americanos e sauditas no Golfo Pérsico enfrentarão “consequências”.

O Ministério da Defesa saudita afirmou que a defesa antiaérea do reino “destruiu vários drones que tentaram alvejar as instalações de petróleo nas regiões da Província Oriental e de Riad, lançados do Iraque e realizados por milícias terroristas alinhadas ao Irã”. Na tentativa de proteger as embarcações que navegam pelo Mar Vermelho de ações dos rebeldes separatistas iemenitas houthis, aliados do Irã, a Arábia Saudita tenta criar uma coalizão internacional, segundo a agência de notícias Reuters. Em reação ao ataque à Jordânia, Trump afirmou à emissora Fox News que “os EUA vão encher a p... do Irã de porrada”.

Mais tarde, na Casa Branca, diante de jornalistas, o republicano voltou a ameaçar o Irã. “Nós vamos atingi-los com muita força. Porque chegou a nossa vez de

AFP



Forças de segurança e socorristas buscam vítimas de bombardeios a uma base de milícia xiita pró-Irã na província iraquiana de Dyalá

Eu acho...

Arquivo pessoal



“O risco é o de que diferentes frentes da guerra se tornem focos de tensão, à medida que Estados individuais adotam ações para se proteger de ataques e, com isso, acabam provocando retaliações. O conflito iniciado em fevereiro, envolvendo os EUA e Israel de um lado e o Irã de outro, pode se tornar mais complexo à medida que novas frentes surjam como zonas adicionais de confronto.”

KRISTIAN COATES ULRICHSEN, especialista em Golfo Pérsico pela Universidade Rice (em Houston)

atacá-los. Eles sabem que isso vai acontecer. Estão nos pedindo para não fazê-lo”, declarou o republicano. Trump disse ter recebido informações sobre a ofensiva de drones no Egito. “Veremos se chegaremos a um acordo (com o Irã) em algum momento”, acrescentou. Ao justificar o disparo de mísseis contra as bases na Jordânia, a Guarda

Revolucionária Islâmica avisou: “Enquanto continuarem as ameaças contra a República Islâmica do Irã, (...) a resistência continuará”.

Estratégia

Especialista em Golfo Pérsico pela Universidade Rice (em Houston), Kristian Coates Ulrichsen admitiu ao



Nós vamos atingi-los com muita força. Porque chegou a nossa vez de atacá-los”

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos

Correio que o objetivo de longa data do Irã tem sido o de afastar as tropas americanas de seu território. “É pouco provável que o regime de Teerã mude de rumo agora. Mais uma vez, os parceiros dos EUA no Golfo Pérsico é que pagarão o preço. Temos observado que eles vêm se mostrando mais assertivos na defesa de seus interesses”, explicou.

“Existe o risco de que dinâmicas de escalada de todos os lados possam desencadear novos ataques, como temos visto com os houthis (rebeldes do Iêmen) do que com o Hezbollah (movimento xiita libanês) nos últimos dias.”

A violação do cessar-fogo no Líbano também elevou a tensão regional. As Forças de Defesa de Israel (IDF) acusaram o movimento xiita libanês pró-Irã Hezbollah de “flagrante” desrespeito da trégua, ao acusá-lo de lançar um drone contra um veículo israelense. O incidente ocorreu em uma faixa do território onde as tropas do Estado judeu estão destacadas, que avança cerca de 10 km no sul do Líbano ao longo da fronteira entre os dois países. Um acordo mediado pelos Estados Unidos no mês passado determina que o Exército libanês desarme o Hezbollah e que os militares israelenses se retirem das chamadas “zonas piloto”.

TERREMOTO

Japão acelera resgate

Entre uma centena de réplicas e alertas para o risco de novos tremores de maior escala, o Japão multiplicava ontem os esforços para resgatar possíveis sobreviventes entre escombros de edificações que desabaram no forte terremoto da véspera, na ilha de Kyushu, a sudoeste do arquipélago. Até a manhã de hoje (noite de ontem em Brasília) as autoridades tinham confirmado 13 mortes, três delas no shopping center Aeon, na cidade de Kashima, onde uma explosão de gás fez ruir um andar do edifício.

Os esforços das equipes de resgate se concentravam lá e na fábrica de papel Nippon Paper, em Yatsushiro, onde uma chaminé desabou. A empresa confirmou a morte de cinco trabalhadores, e quatro seguiam desaparecidos. Em ambos os locais, na província de Kumamoto, bombeiros, policiais e a defesa civil aceleravam as operações para localizar e retirar possíveis sobreviventes.

“É, verdadeiramente, uma corrida contra o tempo”, disse à imprensa a primeira-ministra Sanae Takaichi, depois de participar de uma sessão da Dieta (parlamento). O Exército japonês mobilizou 3.600 efetivos para as operações de resgate e enviou 20 aviões para avaliar os danos.

O tremor provocou danos generalizados na ilha de Kyushu: derrubou residências, provocou incêndios e deixou cerca de 40 mil residências sem fornecimento de água e energia elétrica. Mais de 9 mil pessoas passaram a noite em 506 abrigos. A circulação dos trens de alta velocidade foi suspensa em Kyushu. Não foram relatadas anomalias nas usinas nucleares da região.

Kumamoto foi afetada em 2016 por dois terremotos devastadores: um de magnitude 6,5, seguido por outro de magnitude 7,3. Os tremores deixaram, em conjunto, 273 mortes e mais de 2.800 feridos. O Japão é um dos países mais sujeitos a abalos sísmicos, por sua localização no encontro de quatro placas tectônicas.

David Mareuil/Pool/AFP



A premiê Sanae Takaichi: “Corrida contra o tempo”

CUBA

Ilha aberta para negócios

Postos de combustíveis, farmácias e óticas, instituições de longa permanência para idosos, terminais de passageiros e de cargas, instalações portuárias, importação de veículos, energias renováveis e operações de petróleo e mineração (sob condições) são os setores formalmente abertos desde ontem para a iniciativa privada, em Cuba. O anúncio oficial é parte da regulamentação de um pacote de reformas econômicas com 176 medidas, aprovado em junho pela Assembleia Nacional. A economia da ilha vive um dos momentos mais críticos em quase sete décadas de socialismo, com o fornecimento de petróleo bloqueado pelos Estados Unidos e o setor energético à beira do colapso.

As novas regulamentações ampliam “de maneira considerável o

campo de atuação para empreendedores e empresários privados”, segundo a imprensa estatal. O comunicado oficial reafirma a “responsabilidade (exclusiva) do Estado” pela saúde: “A assistência médica continua garantida à população, com serviços hospitalares gratuitos”. O mesmo se aplica à educação, outro dos pilares da revolução comunista de 1959, liderada pelos irmãos Fidel e Raúl Castro. As dificuldades dos últimos anos, porém, levaram o regime de Havana a flexibilizar o monopólio para atividades como creches, cursos de idiomas e aulas particulares de reforço.

Permanecem também vedadas ao capital privado os meios de comunicação, as telecomunicações, a segurança e a defesa, bem como a indústria do tabaco. Ainda assim, as reformas, anunciadas

inicialmente pelo presidente Miguel Díaz-Canel, representam uma virada de longo alcance para o regime, que se debate em dificuldades desde os anos 1990, com o fim da União Soviética — que por três décadas garantiu o fornecimento de petróleo e outros insumos, além de produtos industriais.

Esperança

“Acho muito bom, porque na farmácia (estatal) quase nunca há medicamentos. Quando a gente vai procurar, não tem, e então as pessoas acabam vendendo na rua”, disse à agência de notícias France-Presse (AFP) María Luisa Pérez, de 77 anos. Ana Diego, 66 anos, precisou voltar a trabalhar na empresa estatal da qual já havia se aposentado para conseguir sobreviver. Também ela deposita esperanças no anúncio oficial da

Yamil Lage/AFP



Farmácias liberadas para o setor privado: cubanos apontam escassez de remédios

relacionados às reformas, em áreas como agricultura, habitação, reorganização administrativa e legislação trabalhista. Deve também ser acelerada a autorização para pequenas e médias empresas, cuja criação foi aprovada em 2021. Segundo as autoridades, mais de 15 mil já operam na ilha, e empregam mais de um terço da população economicamente ativa.

No setor agrícola, a propriedade estatal da terra será mantida, mas está prevista uma ampliação significativa das condições de usufruto para agricultores, cooperativas e empresas privadas, tanto nacionais quanto estrangeiras. No que diz respeito à habitação, os cubanos poderão ser proprietários de duas casas nas cidades — até agora, só podiam ter uma. Passarão a ser permitidas hipotecas imobiliárias.

abertura econômica. “Todo mundo sabe que, neste momento, nós estamos sobrevivendo graças as mipymes (pequenas e médias empresas privadas)”, explicou. “É preciso

encontrar alguma solução, porque a realidade é que as pessoas estão sem medicamentos, sem alimentos.”

A Assembleia Nacional segue examinando projetos de lei

Horizonte de desafios no cenário regional

A crise diplomática aberta com a Argentina, depois das declarações do presidente Javier Milei em visita não oficial ao país, ilustra nos tons mais berrantes o cenário regional que aguarda o próximo governo brasileiro, na virada do ano. Paralelamente, entram em cena, na vizinhança imediata, mais dois governos de direita alinhados em alguma medida a Donald Trump: Keiko Fujimori, no Peru, e Abelardo de la Espriella, na Colômbia.

Para além de eventual incidência no debate eleitoral que deslancha por aqui, a guinada política na América do Sul — e na América Latina, em geral — terá peso fundamental na formulação da política externa para os próximos anos. Desde logo, porque o presidente eleito em outubro deverá contracenar com Trump na Casa Branca por metade do mandato. Seja quem for o titular do Planalto, terá de fazer interface com uma agenda de orientação cristalina: o lema, em Washington, é reafirmar a hegemonia no Hemisfério, inclusive como parte da disputa com a China pela hegemonia global.

Se na relação bilateral predomina hoje a guerra das tarifas, ao longo dos meses tende a ganhar terreno outra guerra — contra o crime organizado transnacional, especialmente o narcotráfico. Milei, Keiko e De la Espriella fazem coro com Daniel Noboa (Equador), Santiago Peña (Paraguai) e José Antonio Kast (Chile) na adesão ao modelo de "mão dura" adotado em El Salvador por Nayib Bukele — outro trumpista

raiz. A presidente peruana anunciou, no discurso de posse, o envio dos militares para "recuperar" as regiões do país conflagradas pela violência.

Figura nos planos de vários deles, se não todos, a perspectiva de cooperação operacional com os Estados Unidos na abordagem militar da segurança pública. Pela perspectiva de Washington, esse movimento se desdobra na direção de estabelecer ou restaurar a presença militar no continente. Nos próximos anos, ainda com Trump no comando, uma rede de bases norte-americanas poderá estar em funcionamento de norte a sul das fronteiras. Sem falar na recente reativação da IV Frota, com jurisdição sobre as Américas: nos últimos meses, ela mostrou ao que veio afundando barcos na costa da Venezuela e da Colômbia e impondo o bloqueio de petróleo contra Cuba.

É de múltiplos desafios o horizonte que se desenha para o vencedor da corrida ao Planalto em outubro. Os candidatos que despontam como favoritos apontam em direção opostas, na pauta externa. Mas subirão ao palco no mesmo cenário. Cada qual com sua abordagem, terá de se debruçar desde logo sobre uma conjuntura regional que se sobrepõe a um panorama global de guerras e conflitos que ensaiam entrelaçar-se. Não bastará enfileirar argumentos para o debate de campanha. Mais que isso, será preciso ter ideias claras e fundamentadas para conduzir o país em um período que se anuncia acidentado e pouco previsível.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Proteção de criança é lei

Na semana passada, citei aqui neste espaço a pesquisa "Atitudes e percepções sobre a infância e violência contra crianças e adolescentes", do Infínis — Instituto Futuro é Infância Saudável —, em parceria com a Quaest. O levantamento mostrou como ainda está arraigada neste país a prática de agressões físicas e psicológicas contra meninas e meninos como "método de educação".

Além de apontar, em números, a persistência dos maus-tratos — 49% dos entrevistados admitiram ter dado tapas em crianças ou adolescentes, 27% disseram que já usaram objetos para agredir-los e 62% afirmaram ter gritado com eles —, a pesquisa elenca outros pontos que chamam a atenção. Um deles revela que, dos 2.202 entrevistados, de todas as regiões do país, 71% não souberam citar leis de proteção à infância.

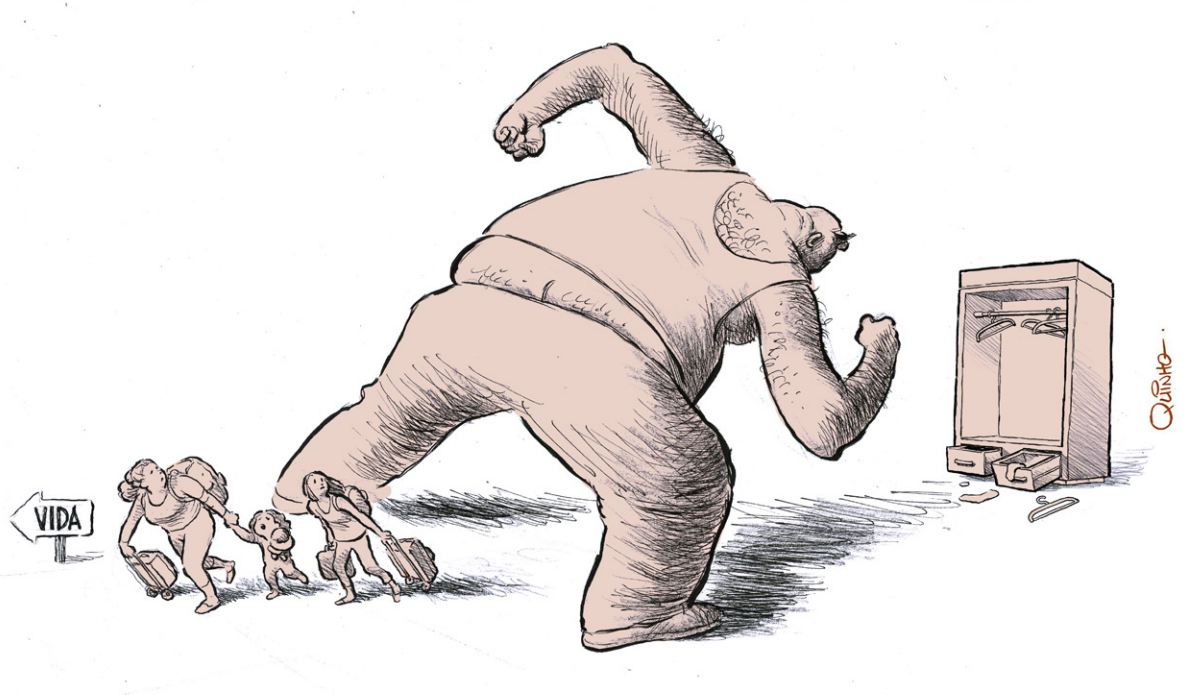
Esse contingente desconhece ou não se lembra — o que é igualmente lamentável — da existência, por exemplo, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A lei enfatiza que meninas e meninos "têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais". Também diz que "o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente". O Artigo 18 frisa ser "dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer

tratamento desumano, violento, atorrozante, vexatório ou constrangedor". E acrescenta que eles "têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los".

O ECA — com seus mais de 260 artigos que dispõem sobre proteção integral a meninas e meninos — tem, nada menos, do que 36 anos de vigência, completados no dia 13 deste mês. Mas a imensa maioria dos entrevistados não soube mencioná-lo. Nem mesmo o ECA Digital, que entrou em vigor em março passado e dispõe sobre a segurança desse público na internet.

O ECA, por sua vez, baseia-se na lei máxima deste país. A Constituição de 1988, no artigo 227, determina ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, "com absoluta prioridade" uma série de direitos, entre os quais o de serem colocados "a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Há outras normas, como a Lei Menino Bernardo, Lei Henry Borel, Lei da Escuta Protegida. Nenhuma citada pelos 71%.

MAIS DE 50% DAS MULHERES DIZEM TER SOFRIDO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Fato X factóide

Para os que acompanharam o lamentável episódio ocorrido durante o julgamento, no Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), do zagueiro Victor Gabriel (Internacional), após uma entrada desastrosa que ocasionou grave lesão ao atacante Gabriel Pec (Cruzeiro), o fato em questão refere-se à apresentação de um áudio falso (em estilo de paródia) da conversa entre a equipe do VAR e o árbitro de campo daquela partida. Pois bem, o ponto central para reflexão acerca desse caso não é o mérito da punição do referido atleta, tampouco a boa ou a má-fé do advogado do jogador do Internacional — embora, a meu ver, trate-se de completa negligência —, muito menos as regras ou os códigos de conduta dos jogadores durante as partidas. A questão reside na quantidade de visualizações, interações e compartilhamentos do citado vídeo, o que demonstra o quanto a sociedade, em geral, está se deixando influenciar por publicações que não correspondem à verdade. Certamente, esse vídeo alcançou milhares de vezes mais usuários das redes sociais e da internet, sem que eles tivessem qualquer informação que os alertasse para sua adulteração ou seu caráter fictício. Quantos outros milhares semelhantes, sobre os mais diversos temas, estão por aí disseminando desinformação, propagando ódio e aprofundando o abismo social em que muitos já não conseguem distinguir fatos de factóides? Se não houver mecanismos eficazes de transparência, responsabilização e controle sobre a circulação de conteúdos nas redes sociais, situações como essa tendem a tornar-se rotina. E o pior: cada vez mais, desperdiçaremos tempo e energia tentando provar que mentiras são, de fato, mentiras.

» **Daniel Cunha**
Águas Claras

Maturidade institucional

Javier Milei, presidente da Argentina, insiste em atacar o Brasil em busca de plateia. O Itamaraty sabe que cada palavra dita por um líder ecoa muito além das redes sociais e afeta o comércio, a cooperação e a vida de milhões de pessoas que dependem de uma relação saudável entre dois países vizinhos. A estratégia para não revidar é uma prova de maturidade institucional. As grosserias podem render manchetes, mas não constroem o futuro. Milei passará, mas as boas relações com a Argentina continuarão.

» **Pacelli M. Zahler**
Sudoeste

Chuvas no Sul

Rastros de agonias crescem com escombros. Garas do desespero secam as lágrimas dos obreiros gaúchos. Chuvas e enchentes fortes voltaram a causar sofrimento e tristeza em cidades do Rio Grande do Sul. Dilacerando e esmagando a felicidade de famílias inteiras. Centenas de famílias estão morando em abrigos. A teimosa esperança pela vida esmaga a raiva. Penaliza os sorrisos. O frio espanta o choro. Trava soluções. A tensão coletiva não sai da alma. Permanece doendo nos ossos. Dias e noites surgem tristes. Ninguém prega o olho. O quadro avassalador de tragédias se multiplica. Insiste em voltar. Humilha o céu. Ninguém sabe

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Lula diz que o Brasil está preparado para enfrentar os impactos do Super El Niño. Deve estar muito preparado mesmo, é só assistir à tevê e ver os estragos de hoje no Sul.

Zélia Mendonça — Brasília

Quer dizer que várias estatais do DF têm servidores recebendo salário líquido acima de R\$ 50 mil, a exemplo do Metrô? Preciso participar do próximo concurso para o Metrô/DF.

Sebastião Machado Aragão — Asa Sul

Brasília virou Santa Catarina. A pergunta que não quer calar: o Marcelinho Carioca vai mudar o nome para Marcelinho Candango ou Brasiliense?

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

STJD suspende jogador até que o adversário lesionado por ele se recupere do lance violento sofrido em jogo do Campeonato Brasileiro. Sábia decisão que pode melhorar o nosso futebol.

Marcos Paulino — Vicente Pires

Anelotti inicia planejamento da Seleção para a Copa de 2030. Ótimo. Deixem o homem trabalhar que o hexa vem!

Mauro Nardi — Cosmópolis (SP)

quando o sofrimento vai acabar. Continuam a fibra e o ânimo para ajudar os necessitados que perderam tudo. A energia vem de Deus. Ganharia saudável alívio caso São Pedro puxasse as orelhas das açodadas chuvas.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

BTS X Grammy

Grupo sul-coreano BTS anuncia que não vai disputar o Grammy 2027 após a criação da categoria “Melhor Performance de Música Pop Asiática”. Sinto um orgulho imenso de acompanhar artistas que não têm medo de defender aquilo em que acreditam. BTS já fez história muitas vezes e, hoje, escreveu mais um capítulo inesquecível. Obrigada por lembrarem ao mundo que a música é universal!

» **Sônia de Sousa**
Brasília

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine (61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

Quando a censura chega antes da urna



» MARCELO MONTEIRO
Especialista de marketing
do Instituto Sivos

No último domingo, o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, anunciou que o país deixará de realizar eleições. Isso significa que não haverá mais disputa pelo poder quando seu mandato terminar, no próximo ano. O anúncio tem sido tratado por boa parte da cobertura midiática como uma ruptura democrática. O colapso eleitoral nicaraguense, entretanto, é apenas o estágio final de uma democracia que já vinha se deteriorando há muito tempo — pelo esvaziamento dos freios e contrapesos constitucionais, a captura de instituições e, algo frequentemente esquecido, pelo cerceamento da liberdade de expressão.

A sequência de fatos é conhecida. Em 2018, protestos populares foram reprimidos com centenas de mortos. Os anos seguintes trouxeram a criminalização sistemática da dissidência: opositores presos ou exilados, mais de 5 mil organizações da sociedade civil fechadas, a maioria delas religiosas, veículos de imprensa cassados e, mais recentemente, a revogação em massa de licenças de advogados, o que especialistas da ONU classificaram como uma verdadeira depuração da profissão jurídica. Quando as eleições de 2021 finalmente ocorreram, os principais candidatos de oposição já estavam na cadeia. A votação foi, na prática, uma formalidade encenada para um público

que já não podia expressar sua discordância.

É preciso se perguntar, portanto, o que precisou ser destruído ao longo do tempo para que canceler eleições não encontrasse uma resistência capaz de deter o processo. E a resposta, tanto no caso nicaraguense quanto em outros processos de erosão democrática pelo mundo, aponta na mesma direção: não é a integridade eleitoral que cai primeiro — é o direito de discordar, informar e ser informado.

Essa não é uma observação incidental, é uma tese sobre como a democracia funciona. Eleições livres pressupõem cidadãos capazes de formar opinião a partir de pluralismo informacional, jornalistas capazes de investigar sem medo de represália e um debate público com espaço para o dissenso. Retirar qualquer um desses pilares torna a eleição mero procedimento: um rito vazio que imita o processo democrático sem cumprir sua função. A Nicarágua aboliu seu processo eleitoral porque, após anos sem imprensa livre, sem oposição organizada e sem possibilidade de discordância pública, ele já não servia a nenhum propósito para quem está no poder, nem representava risco para quem quisesse permanecer nele.

Essa interdependência entre liberdade de expressão e integridade eleitoral tem uma lógica institucional simples, mas frequentemente ignorada: instituições democráticas não se sustentam por si mesmas, como peças de engenharia jurídica que funcionam independentemente do ambiente cultural em que existem. Elas dependem de uma cultura cívica viva, de cidadãos que exercitam, no dia a dia, o hábito de discordar, questionar e se informar por diferentes fontes. Quando esse hábito é asfíxiado, mesmo que gradualmente, a arquitetura

formal da democracia pode permanecer de pé por mais tempo do que se imagina, como uma fachada sem sustentação atrás dela. A urna nicaraguense continuou existindo por anos depois que a liberdade de expressão já havia sido esvaziada. Sua extinção formal, agora, é apenas a consequência tardia de um processo que já havia terminado.

Esse fenômeno, contudo, não é exclusivo do regime nicaraguense ou de um lado do espectro ideológico. A lição que fica interessa a qualquer democracia, independentemente de quem esteja no poder no momento: o teste mais confiável da saúde institucional de um país não é se as eleições ocorrem, mas se a liberdade de expressão que as antecede é robusta o suficiente para que elas signifiquem alguma coisa.

Onde jornalistas são intimidados, onde a discordância é tratada como deslealdade e onde o pluralismo informacional é tratado como incômodo a ser gerenciado, a integridade das eleições já está em risco, mesmo que ninguém tenha ainda ousado dizer — como Ortega disse — que ela deixará de existir.

A boa notícia é que essa mesma interdependência funciona também na direção contrária. Sociedades que protegem a liberdade de expressão como valor cotidiano, e não como cláusula constitucional a ser lembrada apenas em época de eleição, constroem uma reserva de resiliência democrática que não se esgota facilmente. Vigilância sobre esse fundamento, muito antes de qualquer disputa eleitoral estar no horizonte, é o investimento mais barato e mais eficaz que uma democracia pode fazer para não precisar, um dia, escrever sobre o próprio colapso em tempo passado.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A propósito do deficit fiscal



» MARCELLO AVERBUG
Consultor econômico,
economista aposentado
do BNDES e ex-economista
do BID

Entre os constrangimentos que condicionam o desempenho da economia brasileira, destaca-se o elevado e duradouro saldo fiscal negativo, equivalente a aproximadamente 8,0% do PIB. Qualquer estratégia destinada a reduzi-lo passa por dois fatores: o equacionamento do deficit orçamentário primário e a amenização do impacto financeiro resultante do pagamento de juros da dívida pública.

Como o comportamento da taxa de juros depende de um complexo conjunto de fatores que incidem sobre as decisões do Banco Central, este artigo centraliza-se na abordagem a hipóteses de atuação sobre o deficit primário (deficit total do governo federal menos pagamento de juros da dívida), sob os ângulos do gasto e da receita orçamentários.

Considerando a evolução dos saldos primários desde 2000, duas fases podem ser identificadas. Na primeira, até 2013, resultados positivos ocorreram, mas em montantes aquém do necessário para proporcionar contas fiscais favoráveis. Posteriormente, de 2014 a 2025, as cifras negativas são constantes, com exceção de 2022. Os dados disponíveis para 2026 mantêm o clima deficitário.

No lado do gasto, o primeiro fato notório a constatar é sua pouca flexibilidade, pois 92,6% das despesas são rígidas e algumas de caráter obrigatório. Portanto, qualquer intento de reduzir o gasto enfrenta obstáculos quase intransponíveis. Mas, ainda assim, existem alternativas passíveis de oferecer bons resultados e ainda insuficientemente exploradas.

A primeira é a do combate à corrupção no uso de recursos financeiros públicos. Embora o dimensionamento exato desse hábito ilícito seja praticamente impossível, existem algumas estimativas que merecem ser citadas. Por exemplo: o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação avalia em cerca de 8,0% do PIB o uso delinquente de verbas orçamentárias. Mesmo sem ignorar os obstáculos políticos e institucionais ao enfrentamento desse enraizado costume nacional, não há como renunciar à tentativa de reduzir esse tipo de desperdício de recursos.

Outra maneira de baixar o montante do gasto localiza-se no melhor gerenciamento dos subsídios concedidos pelo governo federal, os quais assumem os formatos de dispêndio monetário efetivo ou de renúncia tributária. Dados do Ministério do Planejamento demonstram que em 2024 o total de subsídios provenientes da União atingiu 5,78% PIB e aproximadamente 24,0% da receita. O Ministério da Fazenda estima que, com as isenções fiscais, inclusive sobre lucros e dividendos, o governo federal deixará de arrecadar R\$ 612,8 bilhões em 2026. Além dos subsídios detentores de méritos econômicos e sociais, existem outros abusivos ou

injustificáveis cuja eliminação desafogaria as contas públicas.

No âmbito da receita orçamentária, a atitude mais evidente no sentido de aumentá-la consiste no combate à endêmica sonegação de impostos. Estudo do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional avalia que seu montante pode chegar a 28,4% da arrecadação. Em geral, a escassez de informações a esse respeito impede o dimensionamento confiável do quanto a receita do tesouro é danificada. Porém, não restam dúvidas de que a tendência ao deficit primário diminuiria em relevante proporção se o ato de sonegar fosse menos frequente.

Como consequência das adversidades orçamentárias, o setor público padece de baixa capacidade de investir, privando o país de um impulsor do desenvolvimento econômico e social. As insatisfatórias taxas de incremento do PIB verificadas há vários anos são explicadas em parte pelo encolhimento dos investimentos efetuados pelo governo federal. Essa constatação não endossa a estatização da economia, mas, sim, realça a premência em expandir a quantidade de novos projetos em áreas que cabem ao setor público, principalmente infraestrutura, educação, saúde, pesquisa tecnológica e meio ambiente.

Por outro lado, vale frisar que um cenário fiscal tranquilo cria clima favorável à implementação de políticas visando melhorar o padrão de equidade social, requisito relevante para a prosperidade do país.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

Firmeza diplomática não exclui prudência estratégica

Publicada no Diário Oficial americano (Federal Register) a prorrogação por mais um ano da chamada declaração de emergência nacional em relação ao Brasil, a medida estava valendo desde 2025. Em sua justificativa, o presidente Donald Trump afirma que “políticas e ações do governo brasileiro ainda representam uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional, à política externa e à economia dos Estados Unidos”. Além desses argumentos, o governo americano diz que há no Brasil restrições à liberdade de expressão, violações de direitos humanos e perseguição política ao ex-presidente Bolsonaro. Afirma ainda o presidente americano que o Supremo age da mesma forma perseguindo opositores e violando direitos humanos. Trata-se de medida nunca antes implementada na história das relações Brasil x EUA em mais de 200 anos. Essas medidas somam-se ainda a outras, como a decretação de tarifas de 25% sobre diversos produtos e outra de 12,5% sobre produtos fabricados com o uso de trabalho forçado.

Esse é o resultado de seguidos atos de desprezo nas negociações bilaterais e de inúmeros impropérios ditos pelo presidente brasileiro em palanques contra Trump. Deixar mais de dois séculos de amizade irem para o ralo tem suas consequências e só serve para manter um grau de tensão prejudicial ao Brasil e aos brasileiros. Divergências que antes permaneciam restritas aos canais diplomáticos passaram a ocupar discursos públicos, entrevistas, pronunciamentos oficiais e decisões de elevado impacto econômico. O resultado deixou de ser apenas político. Começa a atingir empresas, exportadores, investidores e trabalhadores brasileiros.

Lembramos que os Estados Unidos continuam entre os principais investidores estrangeiros no Brasil e representam um dos mercados mais importantes para produtos brasileiros de maior valor agregado. Empresas dos setores industrial, aeronáutico, siderúrgico, químico e agrícola dependem, em maior ou menor grau, da estabilidade dessa relação. Outro fato é que, quando tarifas adicionais passam a incidir sobre exportações brasileiras, quem paga a conta não é o governo ou seu partido, mas toda a população. Além disso, pagam empresas que deixam de vender, trabalhadores que podem perder empregos e consumidores que enfrentam ambiente econômico ainda mais incerto do que o atual.

Não é de hoje que o governo brasileiro, desde que tomou posse, tem assumido posições públicas bastante críticas em relação a Donald Trump e à orientação internacional de sua administração. Da mesma forma, Trump respondeu com críticas severas ao governo brasileiro e ao Supremo Tribunal Federal (STF), elevando o tom das divergências entre os dois países. Embora seja até natural que governos democraticamente eleitos possuam visões diferentes sobre comércio internacional, meio ambiente, organismos multilaterais ou política externa, o que não se pode é deixar que diferenças ideológicas passem a dominar uma relação que historicamente sempre foi construída sobre interesses permanentes de Estado.

O Itamaraty também tem sua parte de culpa no enfraquecimento dessas relações internacionais, ao deixar os ensinamentos da escola de Rio Branco, substituindo-os por ideias vagas de um terceiro mundismo retrógrado. Lembrando aqui que a política externa brasileira sempre cultivou certa tradição de pragmatismo. E, mesmo durante períodos de intensas divergências internacionais, sempre procurou preservar canais de diálogo com governos de diferentes orientações ideológicas. Essa postura permitiu ao país ampliar mercados, atrair investimentos e exercer papel relevante em negociações multilaterais.

Enquanto isso, investidores observam estabilidade institucional, previsibilidade jurídica e qualidade das relações internacionais antes de decidir onde aplicar bilhões de dólares. Empresas multinacionais avaliam riscos políticos da mesma maneira que avaliam custos tributários, infraestrutura ou disponibilidade de mão de obra. Isso significa que, quanto maior a percepção de conflito diplomático, maior tende a ser a cautela dos investidores.

A experiência internacional demonstra que grandes potências frequentemente se criticam em público enquanto negociam intensamente nos bastidores, mostrando que a política externa eficaz costuma sempre privilegiar resultados concretos em vez de vitórias retóricas. Em períodos de desaceleração econômica mundial, juros elevados e crescente competição entre mercados emergentes, preservar relações comerciais sólidas deixa de ser apenas uma questão diplomática e passa a integrar a própria estratégia de sobrevivência e de crescimento econômico. O Brasil enfrenta desafios suficientemente complexos em sua economia doméstica para acrescentar novos focos de incerteza tanto no cenário internacional quanto pelos cidadãos.

O relacionamento bilateral tornou-se progressivamente mais personalista e menos pragmático, com divergências entre chefes de governo passando a ocupar espaço que anteriormente era reservado apenas às negociações diplomáticas conduzidas por profissionais do Itamaraty. O problema é que mercados não reagem a discursos.

A frase que foi pronunciada:

“Para Roosevelt, se uma nação fosse incapaz ou não estivesse disposta a agir para defender os próprios interesses, não poderia esperar que os outros a respeitassem. Inevitavelmente, isso aconteceria.”

Henry Kissinger

História de Brasília

Mas jogar futebol por outro país pode ser causa de perda da nacionalidade brasileira? Um assunto tão sério como esse pode ser misturado com futebol e acarretar tão graves consequências? (Publicada em 25/5/1962)

Açúcar na infância: maior RISCO de DEMÊNCIA

Além das doenças já associadas ao consumo precoce, como obesidade, diabetes e até alguns tipo de cânceres, o hábito constante pode estar ligado a um maior risco de desenvolver problemas cognitivos na vida adulta

» ISABELLA ALMEIDA

Em um estudo observacional, cientistas liderados pela Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong, na China, descobriram uma relação entre consumo de açúcar no começo da vida e risco de demência mais tarde. O trabalho foi publicado, ontem, na revista *Neurology* e analisou dados de mais de 67 mil pessoas desde o século passado.

Segundo a pesquisa, ter menos contato com açúcar desde o período gestacional até os dois anos foi associado a um menor risco de desenvolver demência mais tarde na vida. O estudo também descobriu que esse hábito alimentar estava relacionado a um atraso no desenvolvimento do declínio cognitivo.

Para o estudo, os pesquisadores analisaram 64.737 pessoas que nasceram antes e depois do racionamento de açúcar no Reino Unido durante a Segunda Guerra Mundial. O ingrediente foi limitado durante e após as batalhas, voltando a estar amplamente disponível em 1953.

“Nossos resultados sugerem que limitar o consumo de açúcar nos primeiros estágios da vida pode trazer benefícios duradouros para a saúde cerebral”, disse o autor do estudo, Jiazhen Zheng, cientista da Universidade de Ciência e Tecnologia de Hong Kong. “Esses resultados mostram a importância potencial da nutrição nos primeiros anos de vida, para reduzir o risco de demência décadas depois.”

Para o trabalho, os participantes foram agrupados de acordo com o período em que ocorreu o racionamento de açúcar. A partir do momento em que os voluntários completaram uma idade média de 55 anos, os pesquisadores utilizaram registros médicos para determinar quais receberam o diagnóstico de demência.

De 15.025 pessoas que viveram o racionamento de açúcar, desde antes do nascimento e durante o primeiro ano de vida, 388 desenvolveram demência. De 15.256 voluntários que passaram por essa restrição até 2 anos, 456 apresentaram a condição. Por fim, de 23.774 nascidos após o fim da limitação, 504 tiveram um quadro demencial.

Após ajustes para idade, sexo e fatores de saúde como hipertensão e diabetes, pesquisadores descobriram que pessoas que vivenciaram o racionamento de açúcar antes do nascimento e até 1 ano apresentaram um risco 21% menor de demência em comparação com quem não passou por esse controle. Para quem viveu a

Imagem de jcomp no Magnific



Limitar o consumo de açúcar nos primeiros estágios da vida pode trazer benefícios duradouros para a saúde cerebral

restrição de acesso ao ingrediente até os 2 anos, as chances de desenvolver a condição foi 23% menor.

Os pesquisadores também descobriram que, em pessoas com níveis mais baixos de açúcar no sangue no início da vida, o desenvolvimento da demência foi retardado por, em média, 2,6 anos.

Ultraprocessados

Carlos Uribe, neurologista do Hospital Brasília, da Rede Américas, diz que, apesar de se tratar de um trabalho observacional, a pesquisa aborda uma relação importante. “O estudo aponta para uma questão que já vem sendo observada há algum tempo: a recomendação de reduzir o consumo de açúcar, especialmente de alimentos ultraprocessados, que costumam conter grandes quantidades de açúcares refinados”, diz o especialista. E alerta: “Esse padrão alimentar já está associado a doenças como obesidade, diabetes, síndrome metabólica e alguns tipos de câncer. Também existem evidências de uma associação com maior risco de demência”.

O médico explica, também, que existem algumas teorias, ainda não confirmadas, sobre alterações metabólicas que ocorreriam dentro dos próprios neurônios e que poderiam ser influenciadas por fatores ambientais, como o consumo excessivo de açúcar refinado. “Alguns pesquisadores chegaram a propor que a doença de Alzheimer poderia ser considerada um ‘diabetes tipo 3’, justamente porque algumas alterações metabólicas observadas nos neurônios lembram mecanismos presentes no diabetes.”

Um grupo menor de participantes também fez exames de imagem cerebral. Pessoas que consumiram menos açúcar no início da vida apresentaram maior volume total de massa cinzenta e menores níveis de hiperintensidades na substância branca, um conhecido marcador de danos ao tecido cerebral.

O médico Igor Viana, especialista em endocrinologia e metabologia, em São Paulo, diz que o consumo excessivo de açúcar, especialmente na forma de bebidas açucaradas e alimentos ultraprocessados, pode prejudicar

a saúde cerebral. “Principalmente porque favorece resistência à insulina, diabetes, ganho de peso, dislipidemia e doença vascular. Estudos observacionais e metanálises recentes encontraram associação entre maior consumo desses líquidos e maior risco de comprometimento cognitivo ou doença de Alzheimer.” Mas ele faz uma ressalva: “Entretanto, a associação não significa necessariamente causalidade, pessoas que consomem muito açúcar podem também apresentar outros hábitos prejudiciais. Ainda não podemos afirmar que o açúcar, isoladamente, causa demência, mas há razões metabólicas e epidemiológicas suficientes para recomendar moderação”.

“Limitar o consumo de açúcares adicionados durante a gravidez e a infância pode ser uma medida benéfica que famílias e comunidades podem adotar, mas são necessárias mais pesquisas para entender melhor como essas exposições precoces influenciam o risco de demência e para orientar as estratégias de saúde pública”, destacou *Zheng*, o autor do estudo.

Duas perguntas para



MARCO PAULO DUTRA JANINO, NEUROCIRURGIÃO E PROFESSOR DE MEDICINA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNICEPLAC, EM BRASÍLIA

Quais comidas ou padrões alimentares que já demonstraram ajudar a proteger a saúde do cérebro e reduzir o risco de demência?

As evidências mais consistentes apontam para padrões alimentares como a dieta mediterrânea e a dieta mind. Ambas priorizam frutas, verduras, legumes, grãos integrais, azeite de oliva, peixes, oleaginosas e leguminosas, com menor consumo de carnes processadas, gorduras saturadas e ultraprocessados. Estudos observacionais mostram associação entre maior adesão a esses padrões e menor risco de declínio cognitivo.

Além da alimentação, quais são os principais fatores que aumentam ou reduzem o risco de desenvolver demência ao longo da vida?

Os principais fatores modificáveis incluem controle da pressão arterial, diabetes e colesterol; prática regular de atividade física; sono adequado; não fumar; consumo moderado ou ausência de álcool; manutenção do peso saudável; tratamento da perda auditiva quando presente; controle da depressão e preservação da interação social e da estimulação cognitiva. A idade continua sendo o principal fator de risco não modificável, mas estima-se que uma parcela importante dos casos de demência possa ser postergada ou até mesmo evitada com medidas preventivas.

LEGADO

Geoglifos são encontrados na Amazônia brasileira

Uma pesquisa liderada pela Universidade de Helsinque, na Finlândia, detectou 432 padrões, chamados de terraplenagens, no solo do sudoeste da Amazônia, no Brasil. Desse total, 396 não haviam sido documentados anteriormente. As descobertas, publicadas, ontem, na revista *Nature*, foram feitas em uma área anteriormente habitada pela antiga civilização Aquiry, que, segundo a pesquisa, pode ter sido muito maior do que se imaginava.

Os pesquisadores acreditam que os grandes recintos geométricos com valas, conhecidos como geoglifos amazônicos, deixados pela antiga civilização Aquiry, funcionavam como centros cerimoniais, políticos e de encontro público. As estruturas variam em tamanho, a maior encontrada abrange quase 50 hectares.

Tentativas anteriores de estimar o número de estruturas de terraplenagem na Amazônia foram limitadas porque se basearam apenas em sítios descobertos em áreas desmatadas, onde é mais fácil localizar as estruturas. Agora, com uma forma de levantamento aéreo conhecida como LiDAR, que usa detecção por luz, ajudou a revelar geoglifos ocultos sob a cobertura da floresta tropical.

Martti Pärssinen e seus colegas

realizaram levantamentos LiDAR em uma área de 4.497 km² no sudoeste da Amazônia, incluindo os arredores das cidades de Rio Branco, Lábrea, Boca do Acre e Carauari, no Brasil. O conjunto de dados obtido identificou 432 estruturas de terraplenagem.

Extrapolando esses resultados, e em conjunto com estudos de satélite já existentes, os autores sugerem que a região Aquiry, com cerca de 183.000 km², pode conter de 24 mil a 30 mil estruturas. Além disso, eles estimam que a civilização Aquiry tenha sustentado aproximadamente de 1,25 a 3 milhões de pessoas em seu auge, entre 100 e 300 d.C., o que sugere que seu impacto sobre os solos, a estrutura florestal e a biodiversidade da Amazônia foi maior do que se pensava anteriormente.

Mais compreensão

Segundo a geóloga Mayara Fraeda, professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e apoiada pelo Instituto Serrapilheira, a descoberta reforça a ideia de que a Amazônia foi muito mais ocupada e transformada por sociedades pré-colombianas do que se imaginava há algumas décadas. “Essas terraplenagens são evidências de planejamento e organização da paisagem,

Martti Pärssinen



Grandes recintos geométricos com valas, conhecidos como geoglifos amazônicos: marcas da civilização Aquiry

mostrando que esses povos modificavam o ambiente de forma estruturada. Sem dúvidas, o LiDAR vem se mostrando uma ferramenta robusta, com inúmeras aplicações, e tem permitido identificar estruturas antes escondidas pela floresta, ampliando significativamente nosso conhecimento sobre a ocupação humana da região.”

“Esses resultados, integrados a estudos anteriores, ajudam a reconstruir a evolução da paisagem amazônica e a compreender

melhor a interação entre os processos naturais e a ação humana ao longo do tempo. Além disso, o estudo reforça a importância de investir em pesquisas científicas na Amazônia. Ainda conhecemos apenas uma pequena fração desse rico território, que reúne patrimônios geológicos, arqueológicos e biológicos. Certamente, muitas outras descobertas ainda virão e continuarão a transformar nossa compreensão da região”, completou a professora.

Segundo a pesquisa, a civilização Aquiry ocupou uma área menor que 3% da Grande Amazônia, contudo, a região pode conter mais estruturas de terraplenagem do que se previa anteriormente para toda a bacia amazônica. Os autores concluem que, caso concentrações semelhantes de estruturas de terraplenagem ocorram em outros locais, as estimativas das populações pré-coloniais e seu impacto local deverão ser reavaliadas. (Isabella Almeida)

» ENTREVISTA | JOAQUIM MAURO | PRESIDENTE DO REPUBLICANOS-DF

Ao *CB.Poder*, dirigente destacou uma aliança da direita para o Buriti e defende Gustavo Rocha como vice. “Não tenho medo de dizer que a gente vai fazer três deputados distritais, e vamos lutar para fazer dois federais”, disse

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



“Não abrimos mão do apoio a Celina”

» MANUELA SÁ*

O presidente do Republicanos-DF, Joaquim Mauro, reiterou, ontem, o apoio da legenda à reeleição da

governadora Celina Leão (PP). Em entrevista ao *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* — o dirigente disse

que estão apostando na pré-candidatura de Gustavo Rocha (Republicanos) a vice na chapa de Celina. O programa faz parte da

série *Esquenta Eleições* com presidentes de partidos do DF. Mauro também afirmou que a legenda não vai lançar nomes ao Senado.

Para as eleições ao Palácio do Buriti, ele avaliou que só haverá segundo turno se José Roberto Arruda (PSD) concorrer.

Como o senhor avalia o cenário das eleições no DF?

A expectativa, para o nosso caso, é a melhor possível. Estamos apostando em Celina Leão (PP) e Gustavo Rocha (como vice). Vamos para essa eleição com força total. Amanhã (hoje), teremos a nossa convenção. Esperamos fazer uma grande festa e declarar nosso apoio a Celina, Gustavo para vice e, para o Senado, a Bia Kicis (PL). Essa é a configuração para o Republicanos.

O que esperar da nominata para federais e distritais?

Nossa nominata está muito forte. Não tenho medo de dizer que a gente vai fazer três deputados distritais e vamos lutar para fazer dois federais. Priorizamos trazer quadros qualificados e que representem bem os diversos segmentos da população do DF. Temos representantes dos bombeiros, das comunidades e de vários segmentos da Polícia Civil, por exemplo. Temos 10 candidatos com chances de serem eleitos.

Caso Michelle Bolsonaro (PL) não seja candidata ao Senado Federal, o Republicanos pode ocupar uma vaga de candidatura ao Senado?

Temos uma candidata escolhida, a Bia Kicis (PL). No caso da Michelle, estamos aguardando a decisão dela. Espero que ela seja candidata, porque, sem declarar que está fazendo campanha, ela está disparado na frente. A Michelle seria uma candidata que expressaria o que boa parte da população do DF pensa. Então, seria muito significativa e relevante sua participação nessas eleições.

Michelle desistindo dessa candidatura ao Senado, o Republicanos lançaria um nome ou apoiaria alguém? Quem seria?

Temos conversas em andamento, mas sempre caminharíamos com a direita. Não existe possibilidade de caminhar com nenhum dos nomes da esquerda. Na direita, Rafael Prudente (MDB) será candidato ou não? Sebastião Coelho (Partido Novo) será candidato

ou não? Sebastião, acho difícil apoiar, porque na nossa coligação não tem o Novo. Eles têm um pré-candidato ao GDF, Kiko Caputo. Então, não dá para a gente caminhar com o Novo. No entanto, estamos conversando, porque tudo pode acontecer. A gente não abre mão do apoio a Celina. Isso é claro. Não tem possibilidade de ter três senadores na coligação da Celina. Será Bia e Michele; Bia e Rafael ou Rafael e Michelle.

O Republicanos não vai reivindicar uma vaga ao Senado?

Não teremos, nessa eleição, um candidato disputando o Senado pelo Republicanos.

O senhor considera que o caso Master e do Banco de Brasília (BRB) pode atrapalhar uma campanha ao Governo do Distrito Federal (GDF) ou de alguns distritais?

Ainda está cedo para fazer uma avaliação sobre o tema, porque não temos uma conclusão. No entanto, tenho plena confiança de que Celina não tem envolvimento nenhum, nem com o Master nem com o BRB. Por esse motivo, decidimos apoiá-la ao GDF. Em relação a Ibaneis Rocha, sempre tivemos uma relação excelente com ele. Foi uma surpresa ele desistir da eleição para o Senado. Mas ele esclareceu que tomou essa decisão por motivos pessoais, porque está pensando em outras coisas para o futuro dele. Respeitamos a decisão, mas era algo que a gente contava como certo e que acabou interferindo na política do DF. Fechei o apoio para a Bia como o segundo voto do Republicanos antes de o Ibaneis sair. Então, dois ou três dias antes de Ibaneis desistir, eu procurei a Bia, falei que ela tinha muito alinhamento com o Republicanos aqui do DF, que podíamos inaugurar uma parceria que seria uma referência para o Brasil: Republicanos e PL.

O senhor poderia mencionar alguns dos nomes fortes do partido para as eleições 2026?

Na chapa para federal, posso nominar os nove. Na chapa distrital, temos,



Michelle seria uma candidata que expressaria o que boa parte da população do DF pensa"

Priorizamos trazer quadros qualificados e que representem bem os diversos segmentos da população do DF"



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

A questão crucial na eleição para o GDF é a da participação ou não de (José Roberto) Arruda (PSD) no pleito. Se ele for candidato, a tendência é ter segundo turno. Se não, eu diria que a tendência é Celina ganhar no primeiro turno. Acho que a esquerda tem a força dela, mas não chega a levar a eleição para o segundo turno.

Como o senhor avalia a campanha nacional aqui no DF?

A questão no DF é um pouco mais simples, porque, no cenário nacional, temos uma situação complexa com a polarização entre Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL). O Republicanos tem uma posição clara: somos conservadores na essência. Temos um estatuto, um manifesto que caminha no sentido de defender os valores da família, uma economia mais liberal e menos intervenção do Estado. Trabalhamos nessa linha. O candidato que tem um alinhamento maior com as nossas pautas é Flávio Bolsonaro.

É possível uma aliança com Flávio?

Teremos nossa convenção nacional em 4 de agosto. Nessa convenção ficará determinado que candidato nós vamos apoiar. Certamente não tem como fazermos um alinhamento com a esquerda. Tem possibilidade de fazer um alinhamento com o candidato da direita.

Se fosse Tarcísio de Freitas (governador de São Paulo) o pré-candidato à Presidência, estaria mais fácil ganhar as eleições?

Acredito muito na competência e na qualificação de Tarcísio. Não tenho a menor dúvida de que ele era o candidato mais preparado para ser o presidente da República devido à sua qualificação e experiência. No cenário político, há fatores que estão acima daquilo que a gente acha que é o mundo ideal. Para mim, no mundo ideal, o Tarcísio deveria ser o candidato a presidente da República. Mas isso ficou no passado, porque não tem mais essa possibilidade. Vamos apoiar, naturalmente, o candidato da direita, e a tendência, hoje, se for para apoiar um e não ficar neutro, é apoiar Flávio.

Silvio Costa Filho foi ministro de Portos e Aeroportos do governo Lula. Há um certo alinhamento do Republicanos com o presidente Lula?

Na verdade, o que acontece? Nós, do Republicanos, nunca vamos nos furtar de ter uma responsabilidade ou de dar a nossa contribuição ao governo. O governo é de esquerda, mas por que nós não poderíamos colaborar com a gestão? Temos a nossa pauta, mas podemos dar, sim, a nossa contribuição, defendendo aquilo que a gente acredita. Silvio foi ministro, mas não quer dizer que política e ideologicamente a gente vai caminhar com a esquerda.

Republicanos pode dar um vice a Flávio Bolsonaro?

O tema deu uma esfriada. Acho que no Republicanos não dará vice, mas podem acontecer surpresas no meio do caminho. Preferiria aguardar a convenção nacional, que vai ser a posição não de uma pessoa, mas da maioria.

Como o senhor enxerga o cenário nacionalmente?

São muitas indefinições. É um cenário em estado de suspense até hoje. Não é que a gente sabe das coisas e não quer falar aquilo que a gente sabe que vai acontecer. É porque são muitos fatores, muitas conversas de bastidores e muitas coisas inesperadas que estão acontecendo. Vamos pegar o exemplo do vídeo da Michelle, o primeiro e o segundo. A gente não esperava nem o primeiro nem o segundo. E tudo isso vai influenciando as decisões partidárias. Só que a decisão partidária tem que ser discutida, tem que ser conversada. A cada ação que acontece, tomamos uma decisão. A população, naturalmente, vai entender o que está acontecendo. Toda hora tem um fato novo. Então, eu não posso tomar uma decisão em cima de cada fato novo. Vamos aguardar para tomar a decisão no momento oportuno.

*Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira

VICENTE PIRES/ Cadela da raça American Bully fugiu de casa e atacou duas vezes um menino de 10 anos. Pai da criança, que é CAC, atirou e matou o animal

Cão ataca e é morto

» DARCIANNE DIOGO

Um grave incidente envolvendo o ataque de um animal e o uso de arma de fogo assustou moradores do Condomínio Summer Ville, em Vicente Pires, e mobilizou policiais do DF. Uma cadela da raça American Bully morreu com um tiro após avançar sobre uma criança de 10 anos, moradora vizinha.

No fim da noite da última sexta-feira, a cadela fugiu de uma das casas do condomínio quando o portão foi aberto para a entrada de um visitante. A fuga foi registrada às 21h45 por câmeras do circuito interno de segurança do residencial. Elas mostram o tutor, Rogério Marques Fortaleza, 47 anos, e outro homem correndo atrás do animal na tentativa de contê-lo.

Um minuto depois, a mesma câmera mostra a entrada do cachorro na casa do vizinho. A polícia, o pai da criança, Marlon Joaquim Melo, contou que o filho foi mordido nas pernas, nos pés e nas orelhas. Um dos tutores conseguiu segurar o cachorro. Ele levou a cadela no colo para outra residência, mas o animal fugiu e entrou novamente na casa da criança.

De acordo com Marlon, a situação parecia controlada, mas a cadela voltou a avançar contra as pessoas que socorriam o menino. Pelas imagens, entre as 21h48 e as 21h50, os dois homens tentam, sem sucesso, cercar o animal. Às 21h51, Marlon — que é colecionador, atirador desportivo e caçador (CAC) e tem o registro regularizado da arma — saiu da casa e efetuou um disparo contra a cadela, que morreu.

A criança foi levada a um pronto-socorro e iniciou o protocolo profilático contra a raiva, com vacina e soro, atualização da vacina antitetânica, tratamento dos ferimentos e administração de antibióticos.

Defesa

O advogado de Marlon, Hugo Pimenta, afirmou que foi efetuado um único disparo para interromper a nova investida e “proteger o filho, a esposa, a vizinha que prestava auxílio e outras crianças próximas”.

Segundo o defensor, os vídeos do condomínio são claros ao mostrar a dinâmica dos acontecimen-

Fotos: Material, cedido ao Correio



Câmera registrou momento em que o CAC atirou contra a cadela

Criança sofreu vários ferimentos no corpo

tos e a ausência de contenção do animal, o socorro prestado por uma vizinha e a tentativa do cão de avançar contra outra criança.

A Polícia Militar (PMDF) foi acionada e conduziu os envolvidos à delegacia. Segundo o delegado Diogo Carneiro, foi lavrado um termo circunstanciado ao dono do cachorro por omissão de cautela na guarda ou condução de animais.

Quatro dias após o caso, Marlon procurou novamente a delegacia na companhia do advogado para denunciar o tutor do animal por supostas ameaças sofridas. Ele alega que Rogério foi até o portão da casa dele, deu fortes batidas e proferiu: “Eu vou te matar, eu vou te matar”. O defensor afirmou que foi feito um aditamento na mesma ocorrência para a adoção das providências legais cabíveis.

A Polícia Civil não identificou dolo para enquadramento penal da conduta de Marlon, afirma o advogado, acrescentando que a arma estava regularmente documentada e que as autorizações pertinentes foram apresentadas.

“Ele utilizou arma de fogo devidamente registrada perante a Polícia Federal, conforme documentação apre-

sentada à autoridade policial. O equipamento era mantido legalmente para a defesa pessoal e a proteção de sua família, tendo sido empregado, naquela situação excepcional, para fazer cessar o perigo concreto ao qual seu filho e outras pessoas estavam expostos”, frisou o advogado.

A defesa de Marlon lamentou a morte do animal, mas ponderou que não houve perseguição, vingança ou ato gratuito de crueldade. “Houve a reação desesperada de um pai diante de uma nova investida contra seu filho já ferido.”

A reportagem não localizou, até o fechamento desta edição, a defesa de Rogério.

Regras para CAC

Segundo o advogado criminalista Adilson Valentim, a legislação brasileira permite que qualquer cidadão possua uma arma de fogo em casa, desde que ela esteja devidamente registrada na Polícia Federal.

Para obter esse registro, explica o especialista, é necessário ser aprovado na avaliação psicológica, comprovar bons antecedentes e demonstrar idoneidade mo-

ral, ou seja, não responder a processos que impeçam a autorização.

Valentim ressalta que o CAC também pode ter arma de fogo, mas com uma finalidade específica. Segundo ele, diferentemente do cidadão que mantém a arma para defesa residencial, o armamento do CAC deve ser utilizado para atividades de tiro esportivo, caça ou coleção.

O advogado destaca, ainda, que portar uma arma fora de casa exige uma autorização para o porte de arma, expedido pela Polícia Federal. Para conseguir essa autorização, afirma, é preciso comprovar a efetiva necessidade do porte.

Em relação ao uso da arma de fogo por Marlon, Valentim afirma que não identifica, a princípio, o crime de porte ilegal. Segundo ele, se a arma estiver devidamente registrada e o proprietário estiver em situação regular, o fato de o disparo ocorrer dentro de um condomínio fechado não configura porte ilegal.

O advogado ressalta que essa conclusão independe da condição de CAC, já que um cidadão com arma regularmente registrada também pode mantê-la em sua residência.

Seape/Divulgação



» PRISÃO

CASAL DETIDO EM SOBRADINHO

A Polícia Penal do DF prendeu um casal em posse de arma de fogo, drogas, celulares e bloqueador de GPS, na manhã de ontem, em Sobradinho 2. A mulher, de 30 anos, era monitorada com tornozeleira eletrônica. O homem, de 31, tinha um mandado de prisão em aberto por tráfico de drogas e acumulava outras passagens. Durante a abordagem, a polícia encontrou, na cintura do suspeito, uma pistola calibre 9mm municiada. Também foram apreendidos 32 munições, entorpecentes, um bloqueador de GPS, cinco celulares — dois tinham restrição —, além de R\$ 520. A ocorrência contou com o apoio do 13º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal e da Inteligência da Polícia Penal.

Divulgação/CBMDf



» OPERAÇÃO PETARDO

MALA SUSPEITA NA ASA SUL

Uma mala abandonada na 902 Sul mobilizou a Operação Petardo — protocolo de segurança pública acionado em ocorrências que envolvem ameaças ou suspeitas de bombas —, na tarde de ontem. A mala estava perto do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF) e do Conselho Regional de Engenharia (Crea), no Setor de Grandes Áreas Sul. O Esquadrão de Bombas do Batalhão de Operações Especiais (Bope) realizou a detonação controlada para abrir o objeto. Apesar do susto, foi constatado que não havia nenhum material explosivo, apenas algumas roupas e equipamentos eletrônicos.

» JUSTIÇA

ASSASSINO DE TRANS É CONDENADO

O Tribunal do Júri de Brasília condenou a 18 anos de prisão Joaci Oliveira Santos, acusado de matar, em 10 de dezembro de 2020, Juliana da Cruz Costa, 32 anos, mulher trans. O homicídio ocorreu na comercial 101 do Sudoeste após a vítima se negar a dividir o lanche com o autor. O julgamento ocorreu na terça-feira, e os jurados acolheram integralmente a denúncia oferecida pelo Ministério Público (MPDFT). O Conselho de Sentença reconheceu a materialidade e a autoria do crime e acatou as duas qualificadoras apontadas pela acusação: motivo fútil e emprego de recurso que dificultou a defesa da vítima. Na fixação da pena, o juiz destacou o histórico criminal de Joaci e apontou a existência de antecedentes por furto e homicídio. O magistrado negou ao réu o direito de recorrer em liberdade e determinou a execução imediata da condenação em regime fechado.

Divulgação/CBMDf



» TRÂNSITO 1

MOTOCICLISTA MORRE EM BATIDA

Um motociclista morreu após bater em um caminhão, ontem, no Núcleo Bandeirante. Segundo o Corpo de Bombeiros (CBMDf), o condutor da motocicleta (Honda/CG 160 Fan vermelha), um homem de 36 anos, perdeu a vida no local devido à gravidade dos ferimentos. Ainda não há informações sobre as causas ou a dinâmica da colisão. A perícia foi acionada e o CBMDf solicitou o apoio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF) e da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) para os procedimentos legais e o controle do trânsito na região.

» TRÂNSITO 2

ATROPELAMENTO NO LAGO SUL

Um homem de 52 anos morreu ao ser atropelado, na manhã de ontem, na SHIS QI 3, Conjunto 7, no Lago Sul. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDf) foi acionado para realizar o atendimento à vítima. Segundo os bombeiros, o homem apresentava diversas fraturas pelo corpo e estava sofrendo uma parada cardiorrespiratória. A equipe tentou reanimá-lo, mas ele morreu no local. De acordo com a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), o condutor do veículo e uma passageira gestante também foram socorridos e encaminhados para uma unidade hospitalar. As causas do acidente ainda serão apuradas.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

O mistério de Galeno

Fui ver a exposição *Galeno – O mistério do simples*, na Caixa Cultural, e fiquei inebriado e me lembrei de um verso do Carlos Drummond: “Dos cem prismas de uma joia/quantos há que não presumo”. É uma exposição concisa, que condensa os múltiplos aspectos da vida e da obra do artista: a dimensão da família, a herança da arte popular, a transformação do popular em contemporâneo, a participação em

obras públicas e a criação de camisas para o time de Brazlândia, além de reportagens e fotos publicadas no **Correio Braziliense**. Os objetos que ele incorporou à sua obra não são aleatórios, como ocorre em certas vertentes da arte contemporânea; são sempre objetos com uma intensa carga de história e afetividade. Alguém já disse, maliciosamente, que Galeno reincidia nos materiais, signos e símbolos da infância. Realmente, ele utiliza os mesmos carrinhos, latas, canoas, estilingues, bilros, lamparinas, lartixas, barracos e monumentos, mas para compor um quebra-cabeças de infinitas possibilidades líricas. É um jogo de pura invenção.

Por isso, embora esteja sempre ligado, atavicamente, a determinados objetos afetivos, varia e surpreende. Athos Bulcão dizia que Brasília era um museu a céu aberto e deveria educar, cotidianamente, os brasilienses para cultivar a arte. Tenho dúvidas de que isso aconteça com todos. Contudo, no caso de Galeno, a cidade funcionou mesmo como uma grande escola ao ar livre. Nasceu em Parnaíba, no Piauí, e se mudou para Brasília em 1965, aos oito anos. Com a inquietação de curumim arteiro, paulatinamente, assimilou o espírito da cidade ao vivenciar a arquitetura de Niemeyer, os painéis de Athos Bulcão, as banderlinhas de Volpi e a pintura

de Rubem Valentim, inspirada nos signos do candomblé e da cultura afro-brasileira. Aprendeu a valorizar a sua vida de menino nordestino e a olhar para os objetos, as brincadeiras e as festas sob um prisma modernista. Em vez de jogar a experiência de menino nordestino embaixo do tapete e copiar a última moda de Paris ou de Nova York, ele construiu uma obra marcada pela invenção e pela autenticidade. Por isso, suas obras têm um requinte de arte contemporânea e uma alegria de festa popular brasileira. Brasília foi transpassada pelo parnaíba piauiense; e a memória do parnaíba foi tocada pelo modernismo de Brasília.

A exposição de Galeno deixa a impressão de que ele podia transformar tudo em arte. É uma obra que, cada vez mais, se decantava e se depurava rumo ao mistério do simples. Em entrevista a Nahima Maciel para o **Correio**, Paulo Herkenhoff, o curador da mostra *O mistério do simples* não hesita em classificar a obra de Galeno na mesma categoria de notável em que estão Alfredo Volpi, Rubem Valentim, Hélio Oiticica e Alberto da Veiga Guignard: “Se a gente escrever a história da cor no Brasil, o Galeno é fundamental”. Senti falta de que a exposição tivesse um catálogo no qual Herkenhoff escrevesse isso com todas as letras.

ASA NORTE / Ação integrada das polícias Militar e Civil apreendeu drogas, dinheiro, balanças de precisão, produtos importados e diversos bens ligados à atividade criminosa

Presos por tráfico em hotel

» DAVI CRUZ

Três homens foram presos ontem por suspeita de comandar um ponto de tráfico de drogas em um hotel do Setor Hoteleiro Norte, na região central de Brasília. A ação, realizada pela Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), desarticulou o esquema criminoso após denúncias apontarem que o local era utilizado para a comercialização de entorpecentes. Durante a operação, os policiais

apreenderam maconha e haxixe, a droga conhecida como “Colômbia”. Além disso, foi encontrado dinheiro em espécie, balanças de precisão, produtos importados e diversos objetos que, segundo a corporação, eram utilizados ou adquiridos com recursos da atividade ilícita. As investigações começaram após informações repassadas ao 6º Batalhão da PMDF sobre a existência de um ponto de venda de drogas funcionando dentro de um hotel da região. Equipes do GTO



Maconha e haxixe estão entre os entorpecentes apreendidos

26 iniciaram o monitoramento do local e flagraram um dos suspeitos saindo do estabelecimento e colocando um objeto no interior de um veículo.

O automóvel foi abordado nas proximidades da Ponte JK. Durante a revista, os policiais encontraram porções de substâncias semelhantes à maconha e ao

haxixe. Em depoimento, o motorista afirmou ter adquirido os entorpecentes no hotel localizado no Setor Hoteleiro Norte. Com as informações obtidas, equipes do GTO 26 seguiram para a 5ª Delegacia de Polícia (Asa Norte), onde planejaram, em conjunto com a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), uma operação para averiguar os quartos utilizados pelos suspeitos. Nas investigações, os policiais localizaram diversas porções de drogas, produtos importados, perfumes, relógios, um tablet, um videogame, um cordão de ouro, roupas de marca e outros objetos relacionados, segundo a PMDF, à atividade criminosa. Também foi apreendido um veículo que apresentava forte odor característico de maconha em seu interior. Os três suspeitos foram presos em flagrante pelo crime de tráfico de drogas e encaminhados, juntamente com todo o material apreendido, à 5ª DP, que ficará responsável pela continuidade das investigações.

OPERAÇÃO Polícia mira suspeitos de fraude

A Polícia Civil do DF desarticulou ontem um grupo investigado por fraude eletrônica, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A quadrilha causou prejuízo de R\$ 94 mil a uma vítima de 60 anos. Foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão, oito deles na Cidade Ocidental, em Goiás, e um no Núcleo Bandeirante. Os alvos da Operação Nexus Pecuniae têm entre 22 e 35 anos. As investigações iniciaram após uma ocorrência, em dezembro passado, envolvendo a vítima de 60 anos que teve sua conta bancária invadida. Os criminosos realizaram transferências eletrônicas fraudulentas, mas a polícia conseguiu reconstruir o caminho do dinheiro subtraído a partir da quebra do sigilo bancário dos investigados e identificou uma estrutura sofisticada de ocultação dos valores obtidos.

O FUTURO MERECE UM FAENGE

As cidades evoluem.
A forma de viver também.

Construir o futuro é ir além dos números.
É criar espaços que unem conforto,
mobilidade, sustentabilidade e valor.

Porque o futuro faz sentido
quando **melhora a vida das pessoas.**

Park Sul, Noroeste e Águas Claras

Studios, 1, 2, 3 e 4 quartos,
coberturas e lojas

VIVA ÁGUAS CLARAS - LANÇAMENTO



FAENGE

EMPREENHIMENTOS

SEU IMÓVEL MERECE SER UM FAENGE



VISITE OS DECORADOS

CENTRAIS DE VENDAS
3020 2000



Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Republicanos vai confirmar Gustavo Rocha como vice na chapa de Celina

O Republicanos está preparando uma grande festa para hoje à noite no espaço Monumental. Será a convenção onde o partido oficializa quem serão os seus candidatos para os cargos em disputa para a eleição de outubro. Ocasão esperada no evento é a confirmação do nome do ex-secretário da Casa Civil Gustavo Rocha como vice na chapa de Celina Leão (PP). Até o último momento, outros políticos tentaram afastar Gustavo da vaga. Mas, agora, a dobradinha se confirma. Celina deve participar do evento.



PEDRO SANTANA / CB



À QUEIMA-ROUPA PAULA BELMONTE, DEPUTADA DISTRITAL E PRÉ-CANDIDATA A GOVERNADORA (PSDB)

“Estou construindo um projeto para governar o Distrito Federal. E acho importante dizer também que já passou da hora de as mulheres ocuparem espaços de protagonismo na política”

Sua participação na chapa majoritária como vice é o sonho de vários candidatos. Você está discutindo essa possibilidade?

Recebo esses convites com muito respeito, porque entendo que refletem um reconhecimento ao trabalho que tenho feito nesses anos de mandato, na Câmara Legislativa e, antes disso, na Câmara dos Deputados. Mas minha decisão está tomada há muito tempo. Quando me filiei ao PSDB, foi com um compromisso público de disputar o Governo do Distrito Federal, porque acredito que Brasília precisa de um novo projeto e de uma nova forma de governar, mais próxima das pessoas e mais comprometida com resultado. Não estou construindo uma candidatura para ser vice. Estou construindo um projeto para governar o Distrito Federal. E acho importante dizer também que já passou da hora de as mulheres ocuparem espaços de protagonismo na política, de serem cabeça de chapa, e não apenas lembradas na hora de escolher um vice.

Pretende mesmo ser candidata ao GDF?

Sim, e falo isso sem nenhuma hesitação. É uma decisão que já tomei e que venho amadurecendo com trabalho concreto, não com discurso. Tenho passado os últimos meses estudando a fundo os

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



problemas do Distrito Federal, ouvindo as pessoas, visitando regiões administrativas, construindo soluções para as dores da população, em áreas como saúde, educação, segurança e mobilidade. Eu quero apresentar às pessoas uma alternativa real, com soluções, plano de governo, com experiência de fiscalização e com compromisso de fazer diferente. Essa é a candidatura que estou construindo, com muita seriedade.

Entre os pré-candidatos ao GDF, com quem você toparia uma aliança?

Prefiro não citar nomes neste momento, porque as conversas ainda estão em andamento e tratá-las publicamente, uma a uma, pode prejudicar diálogos que estão sendo construídos com responsabilidade. O que posso dizer é qual o critério que vai definir qualquer aliança da minha parte: não é uma questão de nome ou de cálculo eleitoral, é uma questão de projeto. Estou aberta a conversar com quem realmente tem compromisso com a renovação da política do Distrito Federal. Alianças que sirvam apenas para somar palanque, sem esse compromisso, não me interessam.

O PSDB vai ajudar financeiramente?

O PSDB tem me dado todo o apoio institucional necessário para viabilizar essa candidatura, tanto o diretório distrital quanto a direção nacional do partido têm acompanhado de perto essa construção. Sobre os detalhes de fundo partidário e fundo eleitoral, esses são elementos que fazem parte da estratégia de campanha e serão definidos

dentro das regras eleitorais, no momento apropriado. O que posso garantir desde já é que essa campanha será feita com responsabilidade e dentro da lei, prestando contas de cada centavo à sociedade, como sempre fiz ao longo da minha vida pública.

Como se tornar conhecida em tão pouco tempo de campanha?

Eu não parto do zero. Sou deputada distrital em primeiro mandato, mas já fui deputada federal e tenho um histórico de atuação conhecido, sobretudo na fiscalização do dinheiro público e na defesa das mulheres e das crianças. Agora, o desafio é levar esse trabalho para mais perto das pessoas, principalmente para quem mora nas regiões administrativa e no Entorno do DF, que muitas vezes se sente esquecido pelo poder público. Por isso, tenho concentrado minha campanha em cinco compromissos bem claros e concretos: educação integral, saúde sem filas, segurança inteligente, transporte público eficiente e um governo digital e transparente. Acredito que as pessoas se conectam com propostas objetivas, que resolvem problemas do dia a dia, muito mais do que com promessas genéricas. Então minha estratégia não é só aparecer, é aparecer com conteúdo, com plano de governo, mostrando que existe um caminho concreto para mudar o Distrito Federal.

Quem vai ser vice e candidato ao Senado na sua chapa?

Tenho muito respeito pelo Reguffe e considero que ele reúne muitas qualidades para representar o Distrito Federal no Senado. Quanto ao vice, essa composição ainda está em construção, e faço questão de conduzir esse processo com cuidado, porque uma chapa precisa refletir coerência. Estou conversando com lideranças respeitadas dentro e fora do partido, gente com histórico de gestão, capacidade de diálogo com diferentes setores da sociedade e, principalmente, compromisso com a proposta de renovação que apresento ao Distrito Federal.

Aguardando os pênaltis

Pré-candidato a deputado federal, o presidente do Sindijus, Costa Neto, ainda espera uma mudança de rumo do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB), de quem é aliado. Parte da fortuna de Ibaneis surgiu nas causas judiciais de servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, que o ex-governador do DF venceu. Assim surgiu a relação de Ibaneis com o sindicato que representou como advogado. Para Costa Neto, a decisão final de Ibaneis, de renunciar a qualquer candidatura nessas eleições, só vale no último minuto da prorrogação.

Convenção deve confirmar candidatura de Mayara Noronha à Câmara Federal

O Podemos-DF deve confirmar a candidatura da ex-primeira-dama Mayara Noronha como deputada federal na convenção regional marcada para sábado (1º). Ela se filiou mais por uma onda da amiga Ana Paula Marra, também do Podemos, que está no páreo para deputada distrital. Aos poucos, no entanto, Mayara foi tomando gosto pela política. E decidiu arriscar. Ela já mandou ao partido toda a documentação para o registro da candidatura.



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Desistência

Já o advogado Renato Barros, irmão de Ibaneis Rocha, desistiu de concorrer a um mandato de distrital, como vinha planejando. Ele está filiado ao Podemos, mas optou por permanecer fora da disputa deste ano. “Questões familiares. Já sacrifiquei demais”, justifica. Ele afirma que tem uma filha de 1 ano e 4 meses que precisa de atenção. “Eu preciso cuidar da família, senão vou perder o que é mais valioso na minha vida”, explica.

Sabatina

O **Correio** vai promover, em 6 de agosto, um dia depois do prazo final das convenções partidárias, uma sabatina com candidatos e candidatas ao governo do Distrito Federal. Os concorrentes serão entrevistados por jornalistas do **Correio** sobre temas relacionados ao desenvolvimento econômico, saúde, educação, segurança pública, transparência, combate à corrupção e outros voltados à qualidade de vida da nossa cidade.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

METEOROLOGIA

Com possibilidade de a umidade relativa do ar ficar abaixo de 20%, especialistas alertam para impactos na saúde da população

Alerta laranja para tempo seco no DF

» VITÓRIA TORRES

O Distrito Federal entrou, hoje, em alerta laranja de perigo para baixa umidade relativa do ar, com índices que podem cair abaixo de 20% nas horas mais quentes do dia. O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) prevê que o tempo seco persistirá pelo menos até 3 de agosto. Durante a semana, a umidade relativa do ar deve variar entre 20% e 30% no período da tarde,

enquanto nas primeiras horas da manhã e, durante a noite, os índices podem chegar a até 80%.

Amanhã, os índices sobem levemente para 30%, acompanhados de uma pequena queda nas temperaturas. O fim de semana continuará seco, com umidade entre 25% e 30% no sábado, e em torno de 29% no domingo, sem qualquer previsão de chuva.

O meteorologista do Inmet Olívio Bahia explica que o cenário faz parte do comportamento climático

esperado para esta época do ano, mas exige atenção redobrada. “O período seco iniciou em maio e costuma durar até setembro. Quase sempre, há risco elevado de incêndio em função da falta de chuva, do mato e do solo seco. É a época do ano em que se instala a massa de ar seco em grande parte da região central do Brasil. Essa massa dificulta a formação de nuvens, por isso costumamos ter pouca chuva nessa época e, consequentemente, baixa umidade”, analisa.

Vulnerabilidade

O médico generalista Marcelo de Araújo Lopes Júnior destaca que, embora todas as pessoas sintam os efeitos do clima seco, alguns grupos são mais vulneráveis.

“Crianças e idosos costumam sentir os efeitos de forma mais intensa, assim como pessoas que já têm doenças respiratórias, como asma e rinite, ou problemas de pele, como dermatite. Quem passa muitas horas ao ar livre, exposto ao sol e à poeira, também tende a apresentar mais sintomas nessa época do ano”, afirma.

Segundo o médico, a redução da umidade compromete as barreiras naturais de proteção do organismo. “As mucosas do nariz, da garganta e dos olhos perdem parte da hidratação natural, assim como a pele, e

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Para minimizar impactos da seca, a hidratação deve ser prioridade

ficam mais suscetíveis à irritação e favorecem o aparecimento de sintomas e até de infecções respiratórias. Além disso, o clima seco facilita a permanência de poeira e outros alérgenos em suspensão, o que

pode desencadear ou agravar crises de rinite, asma e outras doenças alérgicas”, ressalta.

Para minimizar os impactos do tempo seco, Marcelo orienta que a hidratação deve ser prioridade.

Obituário/ Sepultamentos realizados em 29 de julho de 2026

» Campo da Esperança

Abel Fernando da Silva Santos, 46 anos
Altair Francisco de Miranda, 81 anos
Antônia Pereira de Sousa, 100 anos
Aristides Stradiotto Junior, 68 anos
Carlos Magno Lopes da Silva, 54 anos
Cláudia da Silva Lima, 76 anos
Francisco de Assis de Sousa, 64 anos
Georgina Mariana Nunes Brandão, 87 anos
Ivar Camillo de Oliveira, 89 anos
James Christian dos Reis Queiroz, menos de 1 ano
José Cosme de Lima, 70 anos
Juscelina Trindade da Silva, 85 anos
Livia Fernandes Lima, menos de 1 ano
Luiz Fogaça Lage de Cerqueira, 87 anos

Manuel Pires Rodrigues, 88 anos
Maria Celeste Carvalho Freitas, 90 anos
Maria de Fátima Brasil de Miranda, 72 anos
Maria de Jesus Queiroz, 92 anos
Maria Luci Fernandes Lima, menos de 1 ano
Rina Rovatti Levoni, 98 anos
Robélia dos Santos, 53 anos

» Taguatinga

Alexandre de Moura Filho, 73 anos
Antônio Alves da Costa, 77 anos
Benedita Maria dos Santos, 92 anos
Diego Pereira de Sousa, 38 anos
Domingas Rodrigues Pereira, 83 anos
Erinaldo Pereira Mendes, 44 anos
João Clemente Ferreira, 89 anos

João Silva Athayde, 99 anos
José Braz de Macedo, 86 anos
Maria Faustino de Souza, 77 anos
Maria José da Silva, 71 anos
Maria Veras de Aguiar, 98 anos
Maurício Araújo Lima, 56 anos
Miriam de Souza Cardoso, 76 anos
Ronaldo Santos dos Passos, 57 anos
Rui Pedro Schabarum, 65 anos
Terezinha Maria de Araújo Macedo, 70 anos
Vitória Pereira da Silva, 76 anos

» Gama

Ieda dos Anjos Dias, idade não informada
Maria Gesse Olinda, 91 anos

» Planaltina

Alda Alves de Oliveira, 82 anos
Antônio Cândido da Silva, 72 anos
Dimas Tenório de Maria, 79 anos
Dolores Rodrigues Medeiros, 80 anos

» Sobradinho

Anderson Mykael Camilo da Silva, 31 anos
Nelson Maranhão Neto, 80 anos

» Jardim Metropolitano

Abdon Vitorio de Carvalho, 94 anos
Aderson Carlos Zorzi, 68 anos (cremação)
Darcy Neves Pereira, 75 anos
Ernandes Gomes da Silva, 70 anos



Na política, a ética é uma exigência aplicada ao adversário

Jorge Díaz Martínez, advogado argentino

Varejo é o que mais contrata no comércio do DF, mas paga mal no Centro-Oeste

Três em cada quatro pessoas empregadas no comércio do Distrito Federal trabalham no setor varejista. Ao todo, são 164,1 mil trabalhadores em 24,9 milhões. É o que mostra a Pesquisa Anual do Comércio (PAC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, divulgada ontem, com base em dados de 2024.

A pesquisa também mostra que a folha de pagamentos do comércio alcançou R\$ 5,1 bilhões em salários e outras remunerações ao longo do ano. Apesar do volume movimentado, a remuneração média

permaneceu em 1,7 salário mínimo por trabalhador, o equivalente hoje a R\$ 2.755, indicando que a expansão do comércio segue sustentada por atividades de menor renda.

De acordo com o IBGE, esse resultado coloca o DF ao lado de Goiás entre as menores médias salariais do Centro-Oeste. Na comparação regional, Mato Grosso registrou o maior salário médio do comércio, com 2,1 salários mínimos. Em seguida aparece Mato Grosso do Sul, com média de 1,8 salário mínimo.

Destaques da PAC do IBGE

- As empresas comerciais do DF registraram R\$ 132,2 bilhões em receita bruta em 2024.
- O varejo liderou a receita bruta (R\$ 56,7 bilhões), seguido do atacado (R\$ 56 bilhões). Na sequência, comércio de veículos automotores, peças e motocicletas com R\$ 19,5 bilhões.
- A margem de comercialização das empresas comerciais alcançou R\$ 26,7 bilhões, dos quais 58,8% foram gerados pelo comércio varejista.
- As empresas comerciais empregavam 164,6 mil pessoas e somavam 24,9 mil unidades locais, sendo o varejo responsável por cerca de três em cada quatro empregos e estabelecimentos do setor.
- Os gastos com salários e outras remunerações das empresas comerciais chegaram a R\$ 5,1 bilhões.
- O salário médio pago foi de 1,7 salário mínimo.
- Apesar do volume de negócios, o DF respondeu por 14,2% da receita bruta de revenda do Centro-Oeste, a menor participação entre as unidades da Federação da região.

Ed Alves CB/DA Press



Desafio 1

Para o presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, o fato de o DF ter o menor patamar salarial do Centro-Oeste evidencia um desafio que deve ser enfrentado de maneira estrutural. "A valorização da remuneração dos trabalhadores depende do crescimento da produtividade, da qualificação profissional, da inovação, do fortalecimento das empresas e de negociações coletivas equilibradas", diz.

Desafio 2

Segundo José Aparecido, a CNC e as Fecomércios estaduais reconhecem a importância de ampliar as condições para a valorização profissional no comércio, mas esse avanço também está relacionado à superação de entraves que limitam a capacidade de investimento e expansão das empresas. "Entre eles estão os juros elevados, os encargos incidentes sobre a folha de pagamento, a carga tributária, a burocracia, a insegurança jurídica, as margens reduzidas e os gargalos de produtividade e qualificação", afirma.

Futuro

"Empresas mais produtivas, competitivas e financeiramente saudáveis têm melhores condições para gerar empregos, investir na formação de trabalhadores e ampliar salários de maneira consistente. Esse é um compromisso permanente da Fecomércio-DF, em parceria com os sindicatos, o setor produtivo e os trabalhadores", completa José Aparecido.

IA no e-commerce

A Cielo lançou uma plataforma de pagamentos baseada em agentes de inteligência artificial em parceria com o Google Cloud. A solução permite que o consumidor conduza toda a jornada de compra, desde a busca pelo produto até a liquidação financeira, sem preencher formulários tradicionais ou sair da conversa. O movimento alinha a tendência de adoção de assistentes autônomos no varejo digital, integrando o sistema de pagamentos diretamente ao estoque e ao catálogo dos lojistas para automatizar transações complexas. A nova ferramenta, segundo a Cielo, vai ajudar o empresário a conhecer melhor as preferências de seus clientes para oferecer promoções personalizadas.



Reprodução/Cielo

Restituição em dobro

O 5º Juizado Especial Cível de Brasília condenou uma empresa a restituir valores cobrados de cliente após o encerramento da unidade, na qual ela realizava tratamento de depilação a laser. A consumidora contratou pacote de depilação em julho de 2025, parcelado em 10 vezes no cartão de crédito, para ser realizado em unidade no Conjunto Nacional. Depois de três sessões, o estabelecimento encerrou as atividades em novembro de 2025. A empresa prometeu transferir o atendimento a um parceiro, mas nunca indicou local, data ou empresa para a retomada do tratamento, e seguiu descontando as prestações mensais sem prestar o serviço. A empresa foi condenada a devolver, em dobro, as parcelas cobradas indevidamente entre novembro de 2025 e abril de 2026, no valor total de R\$ 1.198,80, além de pagar R\$ 5 mil por danos morais.

Médicos católicos

Mais de 370 médicos de 15 países participam, a partir de hoje, do XXVII Congresso Mundial de Médicos Católicos (Fiamc World Congress). O encontro será realizado em Brasília e vai reunir representantes dos cinco continentes até sábado para discutir o impacto das revoluções industrial e digital na prática médica. Esta é a primeira vez que o evento é realizado em solo brasileiro. A solenidade de abertura, na paróquia Nossa Senhora da Esperança (307/308 Norte), contará com a participação do Arcebispo de Brasília, cardeal dom Paulo Cezar Costa, de representantes da Federação Internacional de Associações Médicas Católicas, do Conselho Federal de Medicina e da Associação Brasileira de Médicos Católicos. A sessão de abertura amanhã será conduzida pelo secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Ricardo Hoesers. O evento também contará com a presença do monsenhor Renzo Pegoraro, presidente da Pontifícia Academia para a Vida.

ENEM 2026



PREPARE-SE PARA O ENEM 2026 JUNTO COM O CORREIO BRAZILIENSE.

O Correio Braziliense, com o apoio do Bernoulli Educação, está preparando conteúdos exclusivos para ajudar você na preparação para o ENEM 2026.

Serão materiais, dicas e orientações pensados para fortalecer seus estudos, aumentar sua confiança e contribuir para um bom desempenho nas provas.

Fique ligado: em breve, teremos novidades.



Apoio:



Promoção:



Templo budista realiza tradicional festa

Com o tema "Sabores da Paz", quermesse ocupa os finais de semana de agosto com gastronomia típica, apresentações de dança, atrações inéditas e mobilização voluntária na 315/316 Sul

» LETÍCIA MOUHAMAD

O Templo Shin Budista de Brasília dá início, neste sábado, a mais uma edição do Obon Matsuri, tradicional festival de gastronomia e cultura japonesa que movimenta a capital ao longo de todos os sábados e domingos de agosto. Em 2026, a quermesse adota o tema "Sabores da Paz", inspirando-se na essência do Obon — celebração budista dedicada à gratidão e à memória dos antepassados — para propor o alimento como um canal de encontro, generosidade e fortalecimento de laços comunitários.

A festividade tem raízes no sutra Urabon-e, que relata a história de Mogallana, discípulo do Buda Shakyamuni. Afliito ao ver a falecida mãe sofrendo no mundo dos espíritos famintos devido ao carma da avareza, o discípulo foi orientado a praticar a doação de alimentos aos monges. O ato libertou a mãe do sofrimento e deu origem à tradição de oferecer refeições abundantes e compartilhar a comida com a comunidade.

"Tanto na avareza quanto na fome, não se pode esperar sentir o sabor do alimento. Ele só nos surge onde não há preocupação alguma, seja por apego, seja por escassez. Cada sabor é um fruto da paz, que as pessoas de diferentes origens podem compartilhar entre si", explica o sensei regente do templo, Keizo Doi. "Nosso refeitório principal abrange 1,8 mil pessoas num lugar só. Ali, presenciamos a paz brotando no sabor", completa.

Solidariedade

A gastronomia figura como um dos carros-chefes do evento, trazendo pratos clássicos como yakisoba, tonkatsu, guioza, karaague, onigiri, udon e tempurá, além de novidades no cardápio desta edição, como o kare rice e o dorayaki. O compromisso com a solidariedade é renovado pelo projeto "Yakisoba Solidário", que permite ao visitante adquirir a refeição por valor promocional e custear a doação de um prato a pessoas em situação de vulnerabilidade. "O Obon Matsuri tem como origem a doação de alimentos. Aqueles que não têm fácil acesso ao evento também podem participar dele, recebendo o sabor do principal prato do festival", destaca o monge Keizo Doi.

A programação artística reúne atrações locais e grupos vindos de outros estados. Entre os destaques estão o espetáculo de teatro-dança Kabuki e uma apresentação inspirada nas tradições cênicas do Kagura, ambos trazidos por companhias de São Paulo. O público poderá acompanhar as demonstrações de taiko (tambores japoneses), artes marciais e participar do Bon Odori, a tradicional dança coletiva em roda. "Dessa vez, vamos trazer artistas de outros estados, São Paulo e Pará, para que os moradores do DF possam ver nossa

Davi Pereira/CB/D.A Press



A organização do evento tem 312 voluntários inscritos para atuarem em todos os fins de semana da festa

Ana Clara Araújo



Público poderá participar do tradicional Bon Odori, dança coletiva aberta a todos os visitantes

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Sensei Keizo Doi é o regente do Templo Shin Budista

Ana Clara Araújo



A gastronomia será um dos principais atrativos do festival, que irá ocorrer em todos os sábados e domingos de agosto

cultura de perto. Sintam o tambor no peito. Entrem na roda de dança com a gente", convida o regente.

A festividade conta com exposição de imagens históricas do Buda vindas de diferentes países de tradição budista, além de oficinas gratuitas de culinária com a chef Rosa Takematsu e de artes tradicionais, como sumiê, ikebana e mangá. No campo da inclusão e da sustentabilidade, o espaço dispõe de uma área sensorial voltada ao acolhimento de pessoas neurodivergentes, controle de ruídos e gestão de resíduos em parceria com cooperativas de reciclagem. "O budismo é para todos os seres sencientes. A

inclusão é originalmente contemplada no budismo", ressalta o sensei Keizo Doi.

Força voluntária

Declarado Patrimônio Cultural do Distrito Federal, o Templo Shin Budista mantém suas portas abertas e estrutura em funcionamento graças ao engajamento da comunidade. A realização do Obon Matsuri é viabilizada pelo trabalho de voluntários e pela parceria com a Federação das Associações Nipo-Brasileiras do DF (Feâm-bra), responsável pelo preparo dos pratos típicos. A arrecadação

da quermesse responde por cerca de 70% dos recursos necessários para a manutenção anual do espaço e de suas atividades sociais, culturais e religiosas.

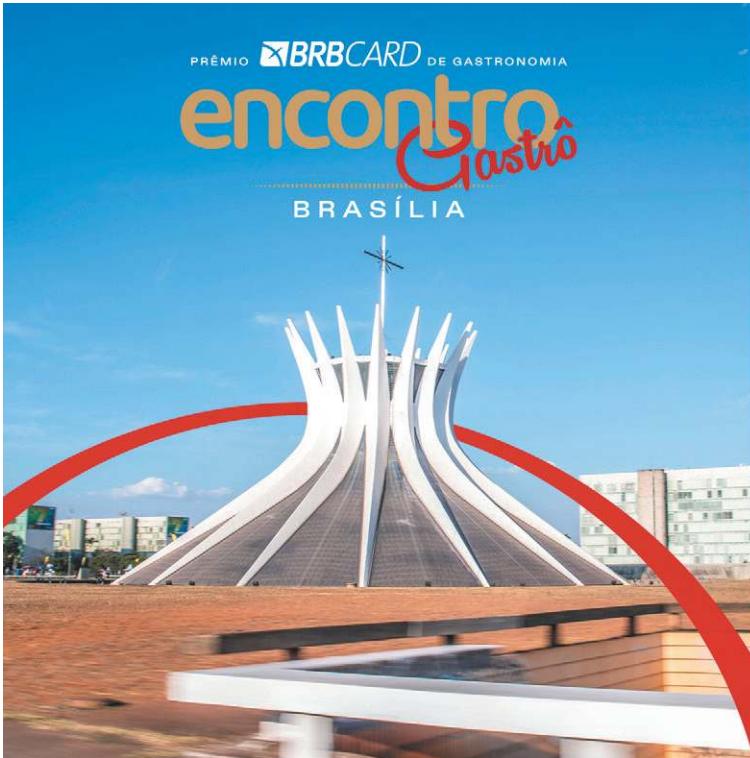
Para a edição de 2026, a organização contabiliza 312 voluntários inscritos, coordenados por meio de um sistema web desenvolvido por três voluntárias da área de dados para orientar os fluxos pelo celular. O grupo é liderado pelo assistente social, pedagogo e gestor financeiro do templo, José Aguilera (Shaku Myou-Gan), de 55 anos. Frequentador do local há mais de duas décadas e atuante na coordenação desde 2022, ele relembra que

seu primeiro contato com o espaço ocorreu na condição de visitante apreciador da cultura.

"Frequentei inicialmente o templo pela festividade, pela curiosidade, e me encantei com aquele volume de informações. Mais tarde, ao ver uma mensagem do Papa Francisco enfatizando a importância do diálogo inter-religioso e da promoção da paz, me senti encorajado a conhecer o espaço em seu conteúdo religioso", relata José Aguilera. A quermesse, segundo o coordenador, é o que popularmente se chama de Natal do templo. "É nela que reunimos os voluntários para ajudar

na manutenção do espaço, garantindo que ele permaneça seguro e aberto a toda a sociedade."

Essa ponte entre gerações é simbolizada por figuras como dona Kayo, moradora de Sobradinho, que atuou como voluntária na primeira quermesse promovida pelo templo, em 1973, e que retornou ao espaço nas edições recentes. "Vê-la como uma das primeiras voluntárias é muito marcante para nós, que estamos em 2026 dando continuidade à agenda do Obon Matsuri com os mesmos princípios de mais de 50 anos atrás", pontua o coordenador, animado para o início da celebração (veja mais em Serviço).



VOCÊ ESCOLHE.
A CIDADE RECONHECE.
**OS MELHORES
SÃO PREMIADOS.**

Agora vote em quem **representa a gastronomia brasiliense.**

PATROCÍNIO: **SENAI** Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

OFERECIMENTO: **Del Maipo**

APOIO: **SEBRAE**

CORREIO BRAZILIENSE

REALIZAÇÃO: **INSTITUTO** SERVIÇO CULTURAL



ESPORTES

correio braziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

BRASILEIRÃO Alheio a duas expulsões do Vitória no primeiro tempo, Palmeiras se impõe para superar um dos estádios mais hostis da elite nacional. Aliado ao tropeço do Flamengo, resultado fora de casa ampliou vantagem alviverde na ponta

O líder não tem dó

DANILO QUEIROZ

Palmeiras e Vitória começaram o jogo de ontem, no Barradão, separados por 12 posições e 18 pontos. No entanto, antes de a bola rolar, o confronto do líder da Série A do Campeonato Brasileiro contra um time de meio de tabela tinha no palco da partida um componente importante de dificuldade. Terceira melhor campanha da elite nacional como mandante, o rubro-negro baiano contava com a força de casa para complicar a missão alviverde. No entanto, o destemperado de duas expulsões ainda no primeiro tempo deram outro rumo à partida e auxiliaram no triunfo palmeirense, por 4 x 0.

O Barradão tem status de fortaleza quase intransponível para o Vitória na temporada de 2026. Ao longo do ano, o clube baiano perdeu três vezes em casa, apenas uma delas na Série A do Brasileirão. Na caminhada, fez vítimas importantes pelo caminho e ganhou pontos contra Atlético-MG, São Paulo, Internacional e Vasco, por exemplo. Pela Copa do Brasil, contou com o fator casa para eliminar o todo-poderoso Flamengo. Mas o líder da Série A tinha um antídoto: fez uso da melhor campanha como visitante — seis triunfos em 10 jogos — para disparar na primeira colocação.

O desenrolar da importante goleada alviverde, porém, passa por destemperado e decisões da arbitragem. O jogo começou parelho, com o Vitória equilibrando forças em casa e as duas equipes perdendo chances. Aos 25 minutos, o cenário mudou. Maurício atingiu Cacá com o cotovelo em dividida. Com o zagueiro sangrando, os baianos pediram vermelho, mas o palmeirense foi punido

Fillipe Alves/Estádio Conteúdo



Elenco do Palmeiras comemora o gol marcado por Maurício: partida se desenhava parelha, até expulsões gerarem espaços para o alviverde

com o amarelo. Com o jogo quente, o rubro-negro perdeu dois atletas em um lance só. Aos 35, Cacá atingiu a canela de Arias. O VAR chamou e o defensor foi expulso. Luan Cândido protestou da decisão com gestos de “roubo” e, também a partir do vídeo, deixou o gramado mais cedo.

Alheio à situação numérica do rival, o Palmeiras colocou a bola no chão para buscar o resultado e

disparar na ponta. Aos 45, Maurício recebeu passe de letra de Arias e deu chute certo: 1 x 0. Bagunçado, o Vitória cedeu espaços. Com 50 jogadores, o alviverde fez trama ofensiva de bons passes. Sosa cruzou e o estreante Fabiano Souza, ao tentar desviar, marcou contra.

A vantagem e os dois jogadores a mais em campo transformaram o segundo tempo em uma contenção de

danos. Com os três pontos garantidos, o alviverde ficou com a bola para minimizar o desgaste e mexeu no time para poupar amarelados e dar ritmo a quem está voltando. Abel Ferreira promoveu, por exemplo, deu mais minutos para Vitor Roque. Mesmo sem tanto volume, o alviverde foi premiado com o terceiro gol, marcado por Jhon Arias, e o quarto, anotado por Sosa, de falta.

No fim das contas, o Palmeiras fez o necessário. Alheio ao destemperado responsável por provocar as expulsões do Vitória e às discussões envolvendo as decisões da arbitragem, o alviverde somou pontos importantes diante da brecha concedida pelo vice-líder Flamengo. Os oito pontos, de quebra, dão um conforto a mais para o time concentrar as forças na Copa do Brasil.

À espera de Memphis, Timão pega o Furacão

O Corinthians enfrenta o Atlético-PR, às 19h30 de hoje, com a missão de somar pontos antes de voltar atenções para os mata-matas da Copa do Brasil e da Libertadores. Na Neo Química Arena, os corintianos buscam uma vitória contra um dos melhores times da Série A do Campeonato Brasileiro, na 21ª rodada, para ter a oportunidade de ficar mais próximo do G-5. A Record transmite ao vivo.

Depois de empatar por 1 x 1 em confronto direto com o Bahia, em Salvador, a equipe de Fernando Diniz continuou no meio da tabela, com 28 pontos. Já mais distante da zona de rebaixamento, ainda busca consistência e substância para pensar em brigar na parte de cima, como o Atlético, terceiro colocado, com 36 pontos.

Espera-se que, em breve, Memphis possa ajudar nesta missão, mas é certo que ele não estará em campo. De volta de um período

de férias após disputar a Copa do Mundo, o holandês é esperado no CT Joaquim Grava, hoje, para fazer exames médicos e ter, enfim, a renovação de contrato concretizada. O vínculo atual termina amanhã.

As conversas pela ampliação se estendem há dois meses e dividem opiniões no Parque São Jorge. O jogador, que fez concessões como aceitar uma redução de quase metade do salário, fez uma publicação enigmática nas redes sociais, ontem. “Estou esperando como todo mundo... A grandeza está prestes a se revelar novamente.”

Também continua fora do time o lateral-esquerdo Matheus Bidu, ainda se recuperando de dores no púbis. Angileri o substituiu na partida contra o Bahia e, inclusive, marcou o gol alvinegro, mas recebeu o terceiro cartão amarelo e está suspenso. Dessa forma, Diniz deve improvisar o lateral-direito Pedro Milans na posição.

Rodrigo Coca/Agência Corinthians



Holandês deve fazer exames médicos hoje para assinar novo vínculo

Pelo lado esquerdo, Milans deve ter a missão de marcar Leozinho, destaque do Atlético-PR na volta após a pausa da Copa do Mundo. O atacante, que trocou o status de estrela de futsal pelo futebol de campo em 2022, está no time paranaense desde o ano passado e cada vez mais adaptado a jogar no gramado.

O Atlético-PR problemas na viagem de Curitiba para São Paulo.

O voo que sairia da capital paranaense com a delegação atlética na, às 15h de ontem, foi cancelado por causa dos fortes ventos que atingem as regiões Sul e Sudeste do Brasil. Eles conseguiram embarcar perto das 17h30, em um novo voo, após atraso de uma hora. O lateral-esquerdo Esquivel e o volante Luiz Gustavo foram poupados pelo técnico Odair Hellmann e não viajaram.

SÉRIE A

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
LIBERTADORES								
1º Palmeiras	47	21	14	5	2	38	16	22
2º Flamengo	39	20	11	6	3	37	18	19
3º Atlético-PR	36	20	11	3	6	28	19	9
4º Fluminense	34	21	9	7	5	30	25	5
5º Bahia	32	21	8	8	5	29	25	4
6º Bragantino	31	20	9	4	7	26	20	6
7º Botafogo	29	20	8	5	7	34	32	2
8º Atlético-MG	28	20	8	4	8	25	25	0
9º Corinthians	28	20	7	7	6	22	20	2
10º Coritiba	27	20	7	6	7	25	27	-2
11º Cruzeiro	27	20	7	6	7	26	30	-4
12º São Paulo	26	20	7	5	8	25	23	2
13º Vitória	26	21	7	5	9	22	31	-9
14º Mirassol	23	20	6	5	9	23	27	-4
15º Santos	22	20	5	7	8	29	33	-4
16º Internacional	22	21	5	7	9	23	27	-4
17º Grêmio	22	20	5	7	8	22	26	-4
18º Vasco	21	20	5	6	9	23	31	-8
19º Remo	21	21	5	6	10	24	34	-10
20º Chapecoense	10	20	1	7	12	19	41	-22

21ª RODADA

Ontem		Mirassol 2 x 1 Remo
		Internacional 1 x 1 Flamengo
		Fluminense 0 x 0 Bahia
		Vitória 0 x 4 Palmeiras
Hoje		
19h30	Corinthians	x Atlético-PR
21h30	Coritiba	x Cruzeiro
Adiados		
	Botafogo	x Grêmio
	São Paulo	x Santos
	Atlético-MG	x Bragantino
	Chapecoense	x Vasco

Fla oscila e vacila de novo

A retomada dos compromissos oficiais pós-Copa do Mundo seguem evidenciando um Flamengo marcado por oscilações e falta de objetividade. Ontem, o rubro-negro visitou o Internacional, no Estádio Beira-Rio, em Porto Alegre, abusou da displicência e amargou um novo tropelo: o 1 x 1 foi responsável por afastar o time carioca ainda mais da liderança da Série A do Campeonato Brasileiro e deixar o Colorado colado na zona de rebaixamento.

Internacional e Flamengo fizeram um jogo de um tempo para cada um. Propositivo no primeiro tempo, o time gaúcho teve grandes momentos no ataque e terminou premiado por um gol de Vítinho. Naquele momento, os três pontos iam para a equipe mais empenhada. Assim como contra o São Paulo, o rubro-negro teve novos 45 minutos iniciais apáticos. A etapa final trouxe mais posse de bola para os cariocas. Acuados, os colorados abdicaram se jogar e acabaram punidos. Na insistência — e nem tanto do merecimento —, Samuel Lino decretou o empate dos visitantes.

O tropeço com erros repetidos certamente vai martelar o período de descanso do Flamengo. Eliminado pelo Vitória na Copa do Brasil, o rubro-negro terá 11 dias de descanso até reencontrar com os baianos, em 9 de agosto, desta vez pelo Brasileirão. No período, ocorrem os jogos de oitavas de final do mata-mata nacional. Depois de não colocar em prática as virtudes praticadas nos mais de 50 dias de intertemporada durante a Copa do Mundo, o técnico Leonardo Jardim terá tempo como todo o elenco à disposição para corrigir a rota.

O Internacional, por outro lado, terá de mudar a postura com o batidão da temporada 2026 em andamento. Mal no Brasileirão, o time gaúcho terá dois jogos contra o Corinthians, no domingo, em casa, e na quinta-feira, em São Paulo, para seguir em busca de evolução. Uma eliminação na Copa do Brasil, no entanto, tem o potencial de conturbar ainda mais o abalado ambiente colorado. **(DQ)**

Ricardo Duarte/Internacional



Vítinho e Samuel Lino marcaram, mas ninguém celebrou o empate

NO MAIÃO

O Mirassol fez um dos jogos de abertura da 21ª rodada da Série A do Campeonato Brasileiro e largou com o pé direito. Ontem, no Maião, mostrou força diante da torcida e venceu o Remo por 2 x 1. Com o resultado positivo, os paulistas chegam a 23 pontos e deixam, de forma provisória, a zona de rebaixamento.

NO MARACANÃ

O duelo de G-5 da 21ª rodada da Série A do Campeonato Brasileiro entregou intensidade, mas ficou devendo em gols. Ontem, o quarto colocado Fluminense recebeu o quinto Bahia, no Estádio do Maracanã, mas o duelo terminou no 0 x 0. Assim, nenhum dos times cumpriu o objetivo de se firmar na zona de Libertadores.

NO COUTO PEREIRA

O Cruzeiro visita o Coritiba, hoje, às 21h30, no Couto Pereira, pela 21ª rodada do Brasileirão, em um confronto direto que pode mexer na disputa por vagas na Libertadores. As duas equipes somam 27 pontos, mas o time paranaense leva vantagem nos critérios de desempate e aparece à frente na classificação. O SporTV transmite.

NO CÍCERO SOUZA

O Bragantino colocou mais um brasileiro nas oitavas de final da Copa Sul-Americana. Ontem, no Cícero Marques de Souza, o Massa Bruta tomou para si a responsabilidade da partida, venceu o Sporting Cristal, por 1 x 0, gol do zagueiro Pedro Henrique, e avançou para realizar duelo nacional diante do Atlético-MG.

EM SÃO JANUÁRIO

Sob pressão e com tons dramáticos, o Vasco conseguiu carimbar o passaporte para as oitavas de final da Sul-Americana. Ontem, em duelo tenso diante do Independiente Medellín-COL, o time carioca foi superior, mas ganhou por 1 x 0, gol de Thiago Mendes. Agora, o cruzmaltino terá a frente o paraguaio Olimpia.

NA ARENA

O Grêmio tem um compromisso decisivo pela Sul-Americana nesta, às 19h, quando recebe o Bolívar, em Porto Alegre, pela partida de volta dos playoffs das oitavas de final. No primeiro embate, na altitude de La Paz, o time boliviano venceu por 3 x 2, e hoje joga por qualquer empate. O Paramount+ exibe.

ESPORTES

SÉRIE D Gama aproveita semana de descanso até a decisão contra o São José para amenizar calendário

O precioso tempo alviverde

RAFAEL LINS*

O Gama está a dois passos do tão sonhado acesso à Série C do Campeonato Brasileiro. O alviverde terá o São José-RS como adversário nas quartas de final da quarta divisão e, em caso de classificação às semifinais, carimba vaga na Terceirona e sobe de prateleira nacionalmente. No entanto, antes mesmo de entrar em campo, a equipe gamense ganhou um aliado importante para se fortalecer: o tempo.

Após eliminar o América-RN nos penáltis no domingo, o Gama ganhou 13 dias livres. O jogo de ida das quartas de final foi marcado, ontem, pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para 8 de agosto, às 17h, no Estádio Passo d'Arelia. A volta será no Bezerrão, no dia 16, às 16h. O Periquito teve a melhor campanha da primeira fase do torneio e, com isso, tem o direito de decidir todos os jogos do mata-mata em casa, além de enfrentar a pior campanha dentre os classificados, caso do São José.

Nas eliminatórias, o Gama demonstrou saber jogar a Série D. Depois de eliminar o Mixto-MT com autoridade, o Periquito sofreu diante de Porto Velho e América-RN. As classificações vieram nos penáltis e, além do desgaste físico, exigiu o mental do elenco. Nos dias livres até encerrar o São José, o técnico Luís Carlos Sousa aproveitou para aprimorar os treinamentos, visando devolver o clube à Série C após 16 anos. A última participação no torneio foi em 2010.

Ao **Correio**, o técnico gamense comentou a importância da brecha no calendário. “Precisamos recuperar a parte física dos atletas, mas, principalmente, a mental. Por ser mata-mata, sabemos que a descarga emocional é grande, pela possibilidade de ser eliminado, ainda mais

Filipe Fonseca/Gama



Relógio virou aliado importante do Gama: time de Luís Carlos Sousa aproveita dias livres antes de pegar o São José

depois de duas decisões por pênaltis. É aproveitar o descanso e focar na recuperação total da equipe”, destacou.

O nível de minutagem do elenco corrobora a preocupação. Quatorze jogadores atuaram, ao menos, em 10 dos 16 jogos do time na Série D do Brasileirão. Felipe Clemente (1.275), Ramon (1.264), Renan Rinaldi (1.260), Michel Henrique (1.255) e Darlan (1.146) compõem o top-5 de atletas com mais tempo de jogo.

Lucas PiauÍ (1.123), Renato Soares (1.115), David Lucas (1.107), Lúcio (1.107), Zulu (1.080) e Willian Júnior (1.049) completam o grupo com tempo de jogo relevante na caminhada alviverde no torneio nacional. Ainda de olho no mercado, o Gama repatriou, na terça-feira, o zagueiro Dudu, formado na base do clube.

Entretanto, as duas semanas de descanso também servirão de trabalho duro e muito estudo. Luís Carlos

não pretende arriscar algo diferente e, sim, seguir com o mesmo planejamento. “Temos que aproveitar o tempo e estudar melhor a equipe do São José. Ver como eles se comportam e aproveitar algumas falhas que eles tenham, mas, claro, trabalhar em cima das nossas virtudes também”, contou.

Luis também enaltece a campanha da equipe na Série D e afirma a importância de conseguir o sonhado acesso. “Vamos manter nossa

essência. Estamos fazendo um trabalho bonito e que vem dando certo desde o início da temporada. Não tem muito mais o que mudar, mesmo sendo os jogos mais importantes do ano. Jogaremos para vencer os dois desafios e adquirir o acesso, pois nós e nossa torcida merecemos", garantiu.

***Estagiário sob a supervisão de Danilo Queiroz**

Giro sportivo

Tiziana Favi/AFP



Mancini é apresentado

Roberto Mancini foi apresentado, ontem, como técnico da Itália e aproveitou a primeira entrevista para prometer um futuro melhor. "Vou tentar tornar a seleção tão boa que os torcedores me perdoem."

Fabrice Coffrini/AFP



Em defesa da FFE

O presidente da Fifa, Gianni Infantino, defendeu, ontem, o polêmico projeto de criar uma entidade comercial aberta a investidores. "É uma oportunidade, mas não uma obrigação", ressaltou.

Real Madrid/Divulgação



Futuro de Endrick

Depois do destaque pelo Lyon, o atacante Endrick está de volta ao Real Madrid. Ele se reapresentou, ontem, e a expectativa é saber se ele terá espaço com José Mourinho ou se será emprestado novamente.

GOIÂNIA

SUA
ENERGIA
SEU RITMO!

2K | 5K | 10K

CORRIDA E CAMINHADA

23
DE AGOSTO

NO PAÇO
MUNICIPAL

APOIO

JUNTOS POR UM FUTURO MAIS SUSTENTÁVEL.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua Cheia de Aquário começa a minguar. O espírito de equipe e a necessária solidariedade que o sustenta nunca serão resultado de imposições de regras nem muito menos produto do medo, porque as pessoas só são solidárias e altruístas quando se sentem motivadas interiormente nesse sentido. Ninguém pode obrigar outrem a ser solidário, o ser humano só desenvolve as virtudes do altruísmo quando assim o decide no seu coração, é por isso que nada nunca poderá ser consertado nem tampouco progresso social algum será promovido como resultado das políticas. Para que uma sociedade seja bem-sucedida cultural e economicamente as pessoas precisam se motivar a se envolverem solidariamente umas com as outras, confiando minimamente em que, pelo menos, os vizinhos cuidarão melhor uns dos outros do que os órgãos públicos cuidam deles.



ÁRIES
21/03 a 20/04

Dentro do possível, e de uma forma que não pareça insultante aos olhos das pessoas, mantenha uma postura alegre e descontraída, como se você estivesse no melhor dos mundos e nada nem ninguém pudesse contrariar sua alma.



TOURO
21/04 a 20/05

As coisas são como são e não como a gente imagina que deveriam ser, tenha isso em mente para evitar resistir ao que a vida dispõe, pois, assim você ganhará tempo e poupará recursos materiais e espirituais.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Selecionando bem as pessoas que você precisa para realizar seus planos, sejam esses enormes ou banais, tudo ficará mais fácil e divertido. Há pessoas que ajudariam enquanto há outras que atrapalhariam. Seleção.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Ficar esperando que as coisas se resolvam por intervenção divina seria uma fantasia linda, porém, que faria você perder o precioso tempo que está disponível para você tomar as devidas iniciativas e resolver tudo.



LEÃO
22/07 a 22/08

O tempo das concessões está finalizando para dar início ao tempo das atitudes mais determinantes, que para as pessoas em questão parecerão duras demais para engolir, mas que para você será a sequência natural dos fatos.



VIRGEM
23/08 a 22/09

As resoluções que você esta cozinhando a fogo lento em seu coração serão determinantes para a construção do seu destino e o progresso em nome do qual tudo está sendo preparado. Tome seu tempo, sem pressa.



LIBRA
23/09 a 22/10

Se as pessoas ajudam, melhor, e se as pessoas atrapalham, melhor ainda, porque você terá a oportunidade de distinguir quem está realmente ao seu favor e quem chuta contra, e poderá selecionar melhor suas parcerias.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Procure continuar mantendo tudo em ordem, mesmo que de imediato você não veja nenhuma vantagem nisso. Pode parecer que não há avanços, mas quando esses começarem, se tudo estiver em ordem você se beneficiará.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Vai chegar uma hora em que você terá de adotar uma postura mais dura em relação a essas pessoas que, apesar de toda sua boa vontade e esforço, continuam resistentes a ouvir o que você tem a dizer. Postura diferente.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Sua alma percebe que certos assuntos não vão mais poder ser driblados ou evitados, e que chegou a hora de fazer algo concreto a respeito. Pois bem, o tempo propício para tomar atitudes está começando. Aproveite.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Há decisões que as pessoas tomam, e que afetam você, que não podem ser dribladas nem anuladas, apenas aceitas e, a partir daí, você acomodar suas pretensões do jeito que seja possível. Adaptações necessárias.



PEIXES
20/02 a 20/03

Esse misterioso e colossal organismo inteligente em que tudo e todos nos movimentamos, existimos e somos, e que chamamos de Universo, costuma dar o primeiro impulso de nosso progresso. A partir daí é com a gente.

MÚSICA



Divulgação

Thaise Mandalla reúne blues, jazz e folk no Calçadão Cultural do Guará

Arte na rua

» JÚLIA HARLLEY

Neste sábado, a Avenida Contorno do Guará II se transforma em galeria e palco a céu aberto. Das 16h às 21h, entre as QEs 13 e 21, o asfalto da décima região administrativa do DF cede espaço para jazz, blues, viola caipira, esculturas, artesanato e debates. A 2ª edição do Festival do Guará chega com 24 atrações gratuitas de diferentes gêneros musicais e uma feira de artesanato que destaca a produção criativa da região, com peças e criações de artistas locais.

Segundo Rafael Souza, idealizador do festival, o evento reflete o desejo de valorizar os talentos da cidade. “O Festival do Guará nasceu da necessidade de criar palco para os artistas locais. O calçadão cultural é a principal vitrine desta edição, porque nosso desafio sempre foi colocar o máximo de atrações possível, nas mais diferentes linguagens”, explica. “No fim de tarde, a luz sobre as árvores cria um cenário mágico, onde a pista movimentada contrasta com o bucolismo das pessoas caminhando sob as árvores e as casas baixas do Guará ao fundo”. A proposta ultrapassa o estilo convencional de festival com palco fixo e público estático, com nove pontos de apresentação instalados pelo percurso. A trilha sonora do dia é plural e sem hierarquia. O Duo Smart Jazz, formado por Yara e Alberto Gambirasio, divide o calçadão com a viola caipira de Claudivan Santiago, o blues visceral de Thaise Mandalla e o Arrasta Pé Existencial do músico Hamilton Oliveira. Entre outros destaques, estão a guitarrista e compositora Marlene Souza Lima, referência da música instrumental brasileira, e Fábio dos Santos, criador da Banda Patacorí, que propõe um diálogo entre o samba e as tradições afro-brasileiras.

“São 24 artistas de várias linguagens, e todos recebem o mesmo cachê. Não há nenhuma grande estrutura, não vamos interromper o calçadão e nem alterar a rotina de quem passa por ali”, destaca o idealizador.

Quem prefere ver em vez de ouvir também tem muito o que encontrar pelo percurso. As esculturas de sucata do artista Zakeu Vitor, já símbolos visuais da cidade, e cartões-postais do Guará, ocupam o espaço entre o público e se tornam parte viva da paisagem urbana. Além disso, os debates sobre economia criativa, governança popular e participação cidadã abrem uma oportunidade para pensar sobre o futuro da comunidade. Para Souza, a intenção é fortalecer o sentimento de pertencimento local. “O Guará é um celeiro cultural no DF. O que queremos mesmo é mostrar a nossa arte para nossos vizinhos. É tirar a arte feita dentro das casas e colocá-la na rua, sob as árvores, para reafirmar quão rica é nossa produção”, afirma.

Para guiar o público entre as atrações, o aplicativo Explora Guará transforma a caminhada em jogo. Com um mapa interativo na palma da mão, os visitantes acompanham a programação, cumprem missões e concorrem a prêmios.

CALÇADÃO CULTURAL - 2ª EDIÇÃO DO FESTIVAL DO GUARÁ

Neste sábado, das 16h às 21h, na Avenida Contorno do Guará II (entre as QEs 13 e 21). Entrada gratuita.

*Estagiária sob supervisão de Severino Francisco

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

gênese II

no princípio era o verbo uma vaga voz sem dono vagando pela via láctea.

depois veio o sujeito e junto com ele todos os erros de concordância.

Gregorio Duvivier

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

				7				
				6		5		
5						3	4	
	4				3			
		3			2	8		6
7		6		5				
	8					2		1
6	9				4			8

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Enviar (dados pela internet)	Dança maranhense de origem africana	Expressão sonora de reprovação	Forma de escrita da prosa literária	Leste, em francês	Interjeição de alegria	Filme de 1985 com Mia Farrow
O cuidado para aliviar dor do paciente					Abrigos de coelho	
						Letra que indica o masculino
Apêndice do navegador da internet	Conteúdo do airbag	Medida agrária	Andy Murray, ex-tenista britânico	Ex-presidente falecido em 2011		
		Planta têxtil nativa da Ásia tropical			Pontos de saque no vôlei	Braço de hélice
				Herói que matou o Minotauro (Mit.)		Peça da corrente
Ornato símbolo do Estado monárquico					Estilo musical de Justin Timberlake	
Coletivo de alho (pl.)	"Master", em MBA (Econ.)				Pedido do insaciável	
					4ª nota musical	
				Osso do septo nasal		Princípio ativo de vacinas
Como a tequila é servida no México	Formação circundante de Saturno			Quarto, em inglês		Período
		Diversão ruidosa	Escavação da trincheira de guerra		Facção de orientação política	
Obscura; modesta		Registra (áudio)				"Central", em CIA
Triturar; esmagar						Terra, em inglês
			Título nobre de Newton e Fleming			
				Pequena onda oceânica	Olivier Toni, regente paulista	
Burros; jumentos	Ranhura sobre uma superfície					Varre-(?), cidade de Baden Powell (RJ)
Enchido em excesso						

BANCO 3/est — ita — sít. 4/aces — land — room. 8/inglória. 50 © Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM	R	C	P	A	C	I	T	I	S	M	B
	C	A	P	A	C	I	T	I	S	M	B
	I	A	R	T	E	N	T	E	N	T	E
	E	S	P	O	R	O	Z	O	I	T	O
	M	O	A	T	O	K	E	N			
	O	R	A	G	O	T	N	T	I		
	O	R	A	G	O	T	A	N	G	O	
	E	T	A	R	A	C	O				
	L	H	A	M	A	D	E	D	O		
	D	I	A	S	E	N	O	I	T	E	S
	G	T	A	F	R	O	C				
	I	C	I	N	W	A	P				
	B	O	L	A	E	B	O	N	E	C	A
	S	E	N	A	I	A	B	A	S		
O	S	A	O	N	I	B	U	S			

2	8	9	5	6	3	4	1	7
4	6	5	1	7	9	2	8	3
7	3	1	4	2	8	9	5	6
9	5	2	3	8	6	7	4	1
6	1	8	9	4	7	3	2	5
3	4	7	2	5	1	8	6	9
5	2	6	7	9	4	1	3	8
1	7	4	8	3	5	6	9	2
8	9	3	6	1	2	5	7	4

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

www.assinecoquetel.com.br

Siga a gente nas redes sociais: @coquetel | EditoraCoquetel



João, Clodo
e Pedro Ferreira:
DNA musical
brasiliense

EXPANSÃO DO LEGADO MUS



Pedro e João
Ferreira, que
fizeram shows
em dupla para
homenagear
o pai, agora
convocam
banda

» JOÃO PEDRO ALVES*

Quando eram adolescentes, João e Pedro Ferreira manifestaram interesse em enveredar pela carreira musical, algo que o pai, Clodo, a princípio, reprovou. “É uma profissão solitária e difícil”, disse. Teimosos, os meninos montaram bandas, participaram de festivais e pegaram gosto pela coisa. “Depois, ele viu que não tinha jeito e começou a nos chamar para shows”, relembra Pedro. Os irmãos celebram o legado de Clodo Ferreira no Clube do Choro hoje, data em que o compositor piauiense completaria 75 anos, às 20h30.

O show Clodo Ferreira — existência é um apanhado da trajetória do músico que, ao lado dos irmãos Climério e Clésio, impregnou a música popular brasileira de poesia e de riqueza melódica. Além de pinçar canções dos seis discos que o trio lançou, o espetáculo coloca em evidência parcerias com nomes como Dominginhos e Fagner. *Querubim, Carece de explicação, Revelação, Conterrâneos e Balé* compõem o repertório. Outro destaque da apresentação é Garantia, um dos raros sambas compostos por Clodo, nunca antes cantado ao vivo.

O espetáculo se divide em três partes. A primeira contempla as baladas, com

canções mais lentas e reflexivas; a segunda, os forrós; e, por último, canções em voz e violão, formato em que Pedro e João fizeram as primeiras homenagens ao pai. A novidade, agora, é a presença do baixo de Vavá Afrouni e da bateria de Sidney Campos. João comenta que a ideia é aos poucos integrar mais instrumentos para aumentar o show e expandir, cada vez mais, o legado de Clodo.

“A gente, ao longo da vida, teve esses momentos no palco com ele muitas vezes. O show vai ser no dia do aniversário dele, um dia emotivo por si só. A minha ideia quando eu falei com o Pedro para a gente marcar esse show foi que pensei que isso poderia ser uma forma da gente reunir as pessoas. Ele deixou muitos amigos”, aponta João.

A primeira vez que os dois se apresentaram juntos em homenagem ao pai foi na cerimônia do segundo Prêmio Candango de Literatura, em 2025, na sala Martins Pena. No mesmo palco, a dupla também se reuniu para lançar o último trabalho de Clodo, *Constelação de palavras*, álbum póstumo.

O diferencial da nova proposta, diz Pedro, é dar um peso maior ao show a partir da junção de instrumentos. “Adiciona um pouquinho mais de vigor, porque os outros shows com nós dois

OS IRMÃOS JOÃO E PEDRO FERREIRA APRESENTAM SHOW COM BANDA NO CLUBE DO CHORO PARA CELEBRAR O PAI, CLODO, E AS PARCERIAS COM CLÉSIO E CLIMÉRIO

CAL



João e Pedro Ferreira
testam novos
formatos para o
repertório de Clodo

foram muito legais, mas tinham caráter mais intimista”, explica o cantor e percussionista. Na opinião dele, a homenagem abarca Clodo, Climério e Clésio. “Para falar da obra do meu pai, não tem como não falar das parcerias dele, e acho que os principais parceiros dele realmente foram os irmãos durante a trajetória do trio.”

A partir da herança do DNA musical, cada irmão seguiu por um caminho. João se tornou arranjador e diretor musical do Natiruts, banda de reggae brasiliense, e acumula contribuições em diversos projetos, como os álbuns Clodo Ferreira e Calendário, a partir da guitarra e violão. Pedro Ferreira, percussionista, atua em grupos como Dr. Jah e Poção do Forró, e, na Zabumba, acompanha a instrumentista Maísa Arantes.

“Ele gostava de tudo muito caprichado, porém simples. Nunca gostou de coisa muito complicada. Então, acho que carrego um pouco disso também no meu trabalho de produtor”, reconhece João. “Sempre procuro fazer algo que tenha muita comunicação, de como isso vai ser recebido, assim, se vai haver uma interação com aquele conteúdo artístico”, completa o guitarrista.

“Eu sempre tive muito orgulho do meu pai. Então, poder lembrá-lo é motivo de orgulho para mim, eu me sinto muito satisfeito. E o Clube do Choro

é uma casa que tem muito a ver com a história dele”, argumenta Pedro.

O percussionista, na ausência do pai, sente que a música é uma forma de permanecer conectado a ele. “Às vezes, eu até falo assim: ‘Pai, tô precisando conversar com você’. Aí, boto o disco dele para ouvir, e as coisas que ele fala vão me acalutando. É meio que a presença dele de volta.”

Ao final dos shows, muitos colegas da Universidade de Brasília, onde Clodo lecionou, e de outros lugares se aproximam para contar histórias, que serão incluídas no show. “Ele deixou muitos amigos. Vai ser uma forma de a gente poder reunir essas pessoas. E nos lembrar dele, com música, que eu acho que era o jeito que ele mais gostava. Vamos celebrá-lo nesse dia, continuar celebrando por meio da obra dele, porque a pessoa vai, mas a obra fica”, reflete João.

SERVIÇO

Clodo Ferreira — existência, por João e Pedro Ferreira, nesta quinta-feira (30/7), às 20h, no Clube do Choro. Ingressos: R\$ 40.

*Estagiário sob supervisão de Severino Francisco



A gente, ao longo da vida, teve esses momentos no palco com ele muitas vezes. O show vai ser no dia do aniversário dele, um dia emotivo por si só”

João Ferreira, violonista e filho de Clodo Ferreira



Às vezes, eu até falo assim: ‘Pai, tô precisando conversar com você’. Aí, boto o disco dele para ouvir e as coisas que ele fala vão me acalutando. É meio que a presença dele de volta.”

Pedro Ferreira, percussionista e filho de Clodo Ferreira



Entrevista — Carlos Maroja / Juiz da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF

“O planeta não precisa de proteção. Quem precisa é o ser humano”

Ana Maria Campos

À frente da Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios (TJDFT), o juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros tem conduzido processos que estão no centro de alguns dos principais debates do DF, como ocupação do solo, regularização fundiária, preservação ambiental e grandes empreendimentos. Ele comenta, nesta entrevista, os desafios de julgar temas que frequentemente colocam em choque interesses políticos, econômicos e ambientais, responde às críticas que recebeu do ex-governador Ibaneis Rocha e defende um Judiciário independente, aberto ao diálogo, mas firme na proteção dos direitos fundamentais e do meio ambiente.

O ex-governador Ibaneis Rocha o chamou de “idiota com a caneta” após decisões da Vara do Meio Ambiente. Como o senhor reagiu àquela declaração?

Com a perplexidade de quem é ultrajado por alguém que sequer conhece pessoalmente, mas também com certo espanto, por saber que a ofensa partiu de um profissional do Direito experiente e renomado. O juiz não é adversário das partes no processo, nem escolhe o que irá julgar; apenas decide as demandas que recebe por provocação dos interessados, conforme a sua compreensão jurídica. O autor do insulto, que jamais travou qualquer tipo de contato pessoal comigo, sabe perfeitamente disso, mas por alguma razão parece enxergar o caso como uma querela pessoal, o que é totalmente equivocado. Mesmo que houvesse alguma questão pessoal – o que, reitero, não é o caso, pois, reitero também, jamais tive qualquer contato pessoal com esse réu – as divergências devem ser resolvidas com educação, respeito e civilidade.

Na sua avaliação, quando uma crítica de um agente público ao Judiciário deixa de ser legítima e passa a representar uma pressão sobre a atuação dos magistrados?

Num regime constitucional democrático, o Poder Judiciário se submete às regras da

Arquivo Pessoal



“O juiz não é adversário das partes no processo, nem escolhe o que irá julgar; apenas decide as demandas que recebe por provocação dos interessados, conforme a sua compreensão jurídica”

democracia. Críticas, demandas e reclamações fazem parte do ambiente democrático, e, em geral, são salutares, na medida em que propiciam o aprimoramento da jurisdição. A “pressão” exercida por pessoas e grupos de interesse sobre qualquer instância estatal integra o que Hannah Arendt denominava “contrato social horizontal”, ou seja, a interlocução permanente dos anseios, interesses,

pretensões, demandas, projetos, dos variados grupos que formam uma comunidade. Num democracia, isso estabelece um diálogo permanente que define as ações que, ao menos em tese, visam ao atendimento do bem comum, e o Poder Judiciário opera no equacionamento e adequação dessas soluções à legislação. Mas, para que esse diálogo seja salutar e eficiente, alguns princípios básicos

de civilidade e racionalidade são indispensáveis: 1) os envolvidos no diálogo devem reconhecer no outro um ser também racional e com interesses que devem ser levados em consideração (digamos, um princípio de reconhecimento mútuo); 2) não deve haver qualquer tipo de agressão física ou moral entre os debatedores (princípio de não-violência); 3) as falas devem expressar asserções verdadeiras ou ao menos supostamente verdadeiras, se possível acompanhadas de provas (princípio de veracidade); 4) os interlocutores devem dispor de oportunidades iguais para a expressão (princípio de igualdade). Quando qualquer interlocutor, não necessariamente um agente público, desborda de algum desses princípios, a comunicação perde legitimidade como parte de um diálogo civilizado e eficaz.

Ataques pessoais ou críticas podem influenciar, ainda que indiretamente, o trabalho de um juiz? Como o senhor lida com esse tipo de situação?

As prerrogativas constitucionais da magistratura (vitaliciedade, inamovibilidade, irredutibilidade de subsídios) protegem os juízes contra interferências indevidas sobre sua atividade, assegurando a independência tão necessária à distribuição serena e segura de Justiça. Críticas fazem parte da rotina dos juízes – normalmente, são expostas pela advocacia, Ministério Público, Defensorias, outros juízes e atores processuais, de modo respeitoso, ainda que eventualmente bem contundente. Como dito antes, quando legítimas e expressas de modo civilizado, são sempre ouvidas e levadas em consideração, pois servem ao aprimoramento da atividade jurisdicional. Ataques pessoais, críticas infundadas, mentiras, ameaças e demais formas de rupturas civilizacionais são fenômenos que não integram um debate legítimo, e por isso mesmo não influem sobre o trabalho de aplicação da lei pelo juiz. Após trinta anos de atuação no ambiente forense, aprendi a não me impressionar ou influenciar com isso. Lido com esse tipo de situação valendo-me da sábia recomendação popular: “palavras loucas, ouvidos moucos”.

» Leia mais na página 2



Entrevista — Carlos Maroja / juiz da Vara de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do DF

A Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário decide questões que afetam diretamente a vida da população. Quais são, hoje, os principais desafios enfrentados pela Justiça nessas áreas?

O maior desafio para qualquer ambientalista é a falta de educação ambiental da população em geral, especialmente em sua faceta mais danosa, a do negacionismo científico. A proteção do meio ambiente não é uma mera aspiração idílica, idealista e abstrata pela natureza ou pelo planeta. O planeta não precisa de nossa proteção; ele existe muito antes de nós e por certo sobreviverá ao ser humano. Quem precisa de proteção é o próprio ser humano, que é um dentre outros seres da natureza, e depende de um ambiente sadio e equilibrado para viver. A consciência ambiental exige não apenas um pouco de conhecimento, mas também de senso de ética comunitária, o que é um tanto prejudicado por concepções de mundo exageradamente individualistas, mas infelizmente bastante comuns. Se houvesse maior consciência e cooperação pela cidadania, por certo a tarefa de cuidar da preservação das condições de possibilidade para a vida saudável e digna de todos os seres da natureza, que são as aspirações últimas da preocupação ambiental, seria bem mais fácil.

O Distrito Federal vive um conflito permanente entre expansão urbana, regularização fundiária e preservação ambiental. Como o Judiciário pode ajudar a equilibrar esses interesses?

De fato, o crescente déficit ambiental é fortemente influenciado pelo crescimento desordenado das cidades e pelas ocupações ilegais no campo, não raro acompanhadas de devastação ambiental. Tal situação, que infelizmente é uma tradição brasileira, não apenas no Distrito Federal, é causada por vários fatores, dentre os quais se destacam a ausência de políticas públicas de expansão racional da malha urbana, com oferta suficiente de moradias, e de descumprimento sistemático da diretriz constitucional de reforma agrária. O Judiciário vem se esforçando para ajudar a equacionar todos esses temas por vários modos, sendo que o CNJ define diretrizes claras para tanto: A política judiciária para o clima e o meio ambiente consagra o reconhecimento do direito ao meio ambiente como direito fundamental e prioritário, exige transparência e eficiência dos órgãos jurisdicionais no trato desse interesse, facilita o uso de tecnologias, inclusive sensoriamento remoto e imagens de satélite, para a produção de provas nos processos ambientais (o que confere simplicidade e eficácia à apuração dos fatos). Já a política judiciária fundiária visa garantir a paz social, a função social da propriedade e o direito à moradia, sobretudo das populações mais carentes. No âmbito fundiário, destaco a instituição das Comissões de Soluções Fundiárias, que atuam no esforço de equacionamento de conflitos coletivos sobre a posse de

Ed Alves/CB/DA Press



Uma das decisões de Maroja em tema de debate público foi a proibição de alienação da Serrinha em socorro ao BRB

“O maior desafio para qualquer ambientalista é a falta de educação ambiental da população em geral, especialmente em sua faceta mais danosa, a do negacionismo científico”

“O direito ambiental é um instrumento de contenção dos excessos do modo de produção em prol da preservação das condições de possibilidade da vida para todos os seres da natureza”

imóveis envolvendo comunidades de pessoas economicamente vulneráveis. A Comissão Regional de Soluções Fundiárias tem empreendido um grande esforço na interlocução com o poder público, visando assegurar soluções que combinem o respeito ao meio ambiente e à propriedade com o direito de moradia de pessoas humildes, com resultados promissores. Na jurisdição ambiental, dado que boa parte dos problemas é complexo e exige a conjunção de muitos esforços de pessoas e instituições, tem crescido o uso da técnica do processo estruturante, mediante o qual o bem ambiental é recomposto mediante ações graduais e concertadas, definidas pelo amplo diálogo entre sociedade civil e poder público. Percebe-se uma tendência do Judiciário em abandonar a postura autoritária em prol de uma atuação dialógica, em que o juiz atua mais como uma espécie de mediador social. Por outro lado, há uma nítida tendência de reprovação do Judiciário à grillagem e atos de destruição ambiental, a partir sobretudo do incremento da atuação do Ministério Público nestas frentes (no DF, a iniciativa de especializar promotorias do meio ambiente e de desenvolvimento urbano elevou em muito a qualidade da atuação do MP neste campo). São problemas que infelizmente estão longe de ser suficientemente equacionados, mas que vêm experimentando uma lenta, mas segura evolução.

Grandes obras e empreendimentos costumam gerar disputas entre

desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Quais critérios orientam a atuação da Justiça nesses casos?

A tensão entre interesse econômico e proteção ambiental é o fundamento de toda a cultura e ações ambientalistas. O direito ambiental é um instrumento de contenção dos excessos do modo de produção em prol da preservação das condições de possibilidade da vida para todos os seres da natureza. A Constituição Federal assumiu posição de vanguarda no reconhecimento do interesse jurídico ambiental como valor preponderante e transversal (ou seja, a preocupação com o meio ambiente se articula com vários outros aspectos, como ordem econômica, proteção ao consumidor etc.). Daí que o norte de quem aplica a lei é o chamado “desenvolvimento sustentável”, ou seja, o esforço para se garantir que o desenvolvimento almejado pelo capitalismo se compatibilize com a preservação de um meio ambiente saudável e equilibrado. É um desafio e tanto, na medida em que ainda persiste a ideia de exploração predatória dos recursos naturais em prol de um crescimento econômico sem limites e, portanto, irreal. Para encarar tal desafio, que envolve a necessidade de aprimorar a educação ambiental da cidadania, não prejudicar o setor produtivo e estimular o maior controle e prevenção de danos ambientais, tenho buscado propiciar a mais ampla discussão social nas ações coletivas envolvendo temas de interesse geral, por meio de audiências públicas.

Data Venia

Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Antonio Augusto/STF



Alexandre de Moraes defende atuação articulada das instituições contra violência de gênero

Ao participar da cerimônia de sanção de dois projetos voltados ao fortalecimento das políticas públicas para mulheres, no Palácio do Planalto, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, afirmou, nesta quarta-feira (29), que o enfrentamento à violência de gênero depende tanto de mudanças legislativas quanto da atuação articulada das instituições. Presidente em exercício do STF, Moraes defendeu uma atuação coordenada entre os três Poderes e os governos estaduais para reduzir casos de feminicídio no país.

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Prisões por inadimplência nas pensões alimentícias

Uma das leis sancionadas pelo presidente Lula prevê o pagamento automático da pensão alimentícia por Pix. A iniciativa partiu da deputada federal Tábata Amaral (PSB-SP) e estabelece débito automático pelas instituições financeiras na conta de quem paga a pensão em datas definidas pela Justiça. Ex-promotor de Justiça da área de família, o ministro Alexandre de Moraes sustentou que o problema da inadimplência no pagamento de pensões alimentícias permanece praticamente inalterado há décadas. Segundo o magistrado, houve, aproximadamente, 51 mil prisões por esse motivo em 2025, e cerca de 2 mil pessoas continuam presas por se recusarem a quitar o débito. Na avaliação de Moraes, a lei dará maior segurança econômica às mães responsáveis pelos filhos e reduzirá a inadimplência. Ele afirmou que o CNJ atuará em parceria com o Banco Central para viabilizar rapidamente a implementação do sistema.

Sem autorização

A defesa de Jair Bolsonaro negou que o ex-presidente tenha autorizado a divulgação de um vídeo com sua imagem produzida por meio de Inteligência Artificial na convenção nacional do PL. Quem vai acabar sendo punido é o candidato Flávio Bolsonaro. Provavelmente, com multa. A decisão da Justiça Eleitoral, neste caso, será um bom parâmetro para excessos no uso de IA na campanha.

Reprodução/YouTube



Concurso de decisões em favor do meio ambiente

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai premiar decisões judiciais proferidas com base na proteção e promoção da defesa do meio ambiente. Magistrados e magistradas pode inscrevê-las, até 20 de setembro, no II Concurso Nacional de Decisões Interlocutórias, Sentenças e Acórdão sobre Meio Ambiente. O material tem de ter sido proferido no período de 1º de janeiro de 2024 até 16 de julho de 2026, data em que o edital do concurso foi publicado.

Pedido de reconhecimento de elegibilidade

O ex-procurador da República e ex-deputado Deltan Dallagnol entrou com um pedido na Justiça Eleitoral do Paraná para ser declarado em condições para concorrer a um mandato de senador nas eleições de outubro. Ele entrou com um dispositivo denominado RDE (Requerimento de Declaração de Elegibilidade), mecanismo introduzido na legislação pela Lei Complementar 219/2025, que alterou a Lei da Ficha Lima. Funciona para que um pré-candidato obtenha uma manifestação prévia da Justiça sobre a sua elegibilidade antes do registro da candidatura. É que ele teve o mandato cassado pelo TSE, mas no acórdão não consta penalidade que o impeça de disputar eleições.



Evaristo Sá/AFP - 26/9/19

TJDFT mantém condenação de homem por bomba em caminhão-tanque no Aeroporto de Brasília

Em decisão unânime, a 3ª Turma Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) manteve condenação de Wellington Macedo de Souza a seis anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime de explosão majorada. O artefato explosivo foi colocado no eixo traseiro de caminhão-tanque, carregado com 63 mil litros de querosene de aviação, estacionado nas imediações do Aeroporto Internacional de Brasília, na madrugada de 24 de dezembro de 2022.

Carga explosiva

Segundo a denúncia, Wellington Macedo de Souza recebeu o artefato de comparsa e depositou no veículo, que aguardava para reabastecer aeronaves. A bomba só não detonou por falha na montagem do mecanismo de acionamento. Na apelação, a defesa alegou ausência de intenção, desconhecimento sobre o conteúdo transportado, além de defender a tese de crime impossível, uma vez que o artefato não teria capacidade real de explodir. Os desembargadores rejeitaram os argumentos e ressaltaram que imagens de câmeras de segurança e a confissão de um corrêu demonstraram que o grupo passou repetidas vezes pelo local antes de escolher o ponto exato para a colocação do explosivo. A perícia concluiu que a carga explosiva era eficiente para produzir a detonação, e que a falha decorreu de erro acidental na montagem.

Cury recebe a carta das mulheres para a política

O escritor Augusto Cury (Avante) foi o primeiro pré-candidato a presidente da República a receber a Carta das Mulheres para a Política elaborada por coletivos femininos. A ideia é encaminhar a todos os presidenciáveis que disputarão as eleições desse ano, com a pauta de prioridades das mulheres para fortalecer a democracia brasileira e ampliar a participação feminina em espaços de poder. Assinam o documento: Movimento Mulheres que Pensam o Brasil, Quero Você Eleita, Elas no Poder, Instituto de Gestão, Cooperação e Políticas Públicas (IGCP), Rede Governança Brasil (RGB), RIG – Mulheres em Relações Governamentais, Lumine Gestão & Comunicação, Instituto Global ESG e Elas Pedem Vista. Para os coletivos femininos, “mais do que um conjunto de propostas, esta Carta expressa o compromisso de construir um Brasil mais representativo, plural e democrático, reconhecendo que ampliar a participação das mulheres na política é condição indispensável para o desenvolvimento econômico, social e institucional do país”.

Divulgação/Dennis William



Walter Craveiro/Flip



"Sou servidora pública e fui duas vezes presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Tenho certeza da higidez e da segurança da urna eletrônica. (...) Não acredito que alguém em sã consciência tenha dúvidas sobre sua segurança"

Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF)

Entrevista — Renata Furbino / professora de direito criminal

Crimes eleitorais: o que pode levar candidatos e eleitores à Justiça

Ana Maria Campos

Com a campanha eleitoral em curso, aumentam, também, os casos de crimes que podem comprometer a lisura do processo democrático, desde a compra de votos até a disseminação de desinformação nas redes sociais. Em entrevista ao *Correio*, a professora de direito criminal Renata Furbino, do Centro Universitário Arnaldo, em Belo Horizonte, explica quais são as infrações mais comuns, as punições previstas para candidatos e eleitores, e como a Justiça Eleitoral tem reforçado a fiscalização, especialmente diante do uso de inteligência artificial e das fake news.

Quais são os crimes eleitorais mais comuns durante uma campanha?

No período eleitoral, os crimes comumente praticados são os de corrupção eleitoral previsto no art. 299 do Código Eleitoral; boca de urna e propaganda irregular no dia da eleição previsto nos arts. 39, § 5º, e 40-B da Lei 9.504/1997; crimes contra a honra de candidatos, como por exemplo: calúnia, difamação e injúria eleitoral, previstos nos arts. 324 a 326 do Código Eleitoral e pesquisa eleitoral fraudulenta: divulgação de dados adulterados ou sem registro previsto nos art. 33, § 4º, da Lei 9.504/1997).

Muita gente ouve falar em compra de votos, mas nem sempre sabe o que isso significa na prática. O que caracteriza esse crime e qual é a punição?

O crime de corrupção eleitoral, previsto no artigo 299 do Código Eleitoral, configura-se quando um candidato doa, oferece, promete ou entrega dinheiro, vantagem pessoal ou bens, como cestas básicas ou materiais de construção, para obter ou garantir o voto, ou até para acertar uma abstenção. Importante chamar atenção que o crime ocorre no momento do oferecimento ou da promessa da vantagem. Não é necessário que o eleitor efetivamente vote no candidato. A pena cominada pela legislação é de reclusão de até quatro anos e pagamento de multa

Espalhar fake news ou usar inteligência artificial para enganar o eleitor pode dar problema com a Justiça. Em quais casos?

Sim, e as regras foram endurecidas pelo

Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por meio das Resoluções 23.610/2019 e 23.755/2026 que estabelecem o seguinte: rotulagem obrigatória: qualquer conteúdo de propaganda produzido ou alterado por Inteligência Artificial (áudio, vídeo, imagem ou texto) exige aviso claro e visível ao eleitor informando o uso de tecnologia sintética; proibição total de deepfakes: é proibida a utilização de simulações digitais para alterar imagem ou voz de candidatos a fim de difundir fatos notoriamente inverídicos. Se o objetivo for manipular o pleito, a sanção aplica-se independentemente da prova de falsidade do fato; janelas de silêncio: fica vedado publicar ou impulsionar novos conteúdos sintéticos com voz ou imagem de candidatos entre 72 horas antes e 24 horas depois da votação; inversão do ônus da prova: havendo suspeita de manipulação digital, o emissor do conteúdo tem o dever legal de provar sua licitude; o descumprimento gera remoção imediata, multas de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil, enquadramento por uso indevido dos meios de comunicação social e até sanções penais pelo crime do art. 323 do Código Eleitoral.

O que acontece com um candidato que comete um crime eleitoral? Ele pode perder a candidatura ou até o mandato?

As consequências jurídicas podem inviabilizar a carreira política do candidato. Dependendo da gravidade e da ação judicial utilizada, o candidato está sujeito a: cassação do registro, do diploma ou do mandato eletivo; inelegibilidade pelo período de 8 anos conforme prevê a Lei da Ficha Limpa - LC 64/1990, aplicação de multas judiciais; instauração de processo criminal que pode resultar em penas de prisão como no caso de falsidade ideológica eleitoral, art. 350 do CE. É importante esclarecer que a perda do mandato depende de ações eleitorais próprias e não ocorre automaticamente.

E o eleitor? Se ele vender o voto ou participar de alguma fraude, também pode ser punido?

Com certeza. A legislação eleitoral estabelece que a pena para o eleitor também é de reclusão de até 4 anos e multa. Outras condutas graves do eleitor incluem a fraude no alistamento ou na votação (art. 309, CE) e a inserção de dados falsos nos cadastros eleitorais (art. 347, CE).

Divulgação



"As resoluções recentes do TSE, em especial quanto ao rigor sobre Inteligência Artificial, janelas de silêncio e regras de prova, representam avanços importantes. Porém, o gargalo operacional continua sendo a velocidade da informação: a velocidade de propagação de uma mentira/fake news é muito superior ao tempo de resposta do Poder Judiciário"

Como a Justiça Eleitoral consegue identificar e investigar esses crimes, principalmente nas redes sociais?

O combate aos crimes digitais apoia-se em uma estrutura integrada de fiscalização, como responsabilização das plataformas; provedores e redes sociais são obrigados a manter canais de denúncia, planos de mitigação de riscos e agir rapidamente na

suspensão de conteúdos ilícitos ou desinformação impulsionada. Perícia Digital e Parcerias Tecnológicas: Os Tribunais Regionais Eleitorais firmam parcerias com universidades e institutos de peritos forenses para identificar montagens digitais e uso de robôs. Ação Conjunta com a Polícia Federal: rastreamento técnico de redes organizadas para disparos massivos em aplicativos de mensagem como WhatsApp e Telegram. Celeridade Processual: ações movidas perante a Corregedoria Eleitoral tramitam sob ritos céleres durante o pleito.

Na sua opinião, as punições previstas, hoje, são suficientes para desestimular os crimes eleitorais ou ainda deixam a desejar?

As resoluções recentes do TSE, em especial quanto ao rigor sobre Inteligência Artificial, janelas de silêncio e regras de prova, representam avanços importantes. Porém, o gargalo operacional continua sendo a velocidade da informação: a velocidade de propagação de uma mentira/fake news é muito superior ao tempo de resposta do Poder Judiciário. Além disso, multas administrativas aplicadas às plataformas, compreendidas na faixa de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil, frequentemente mostram-se inócuas perante o orçamento financeiro de grandes campanhas. No âmbito penal, as penas do Código Eleitoral, em sua maioria até 4 anos, acabam convertidas em penas restritivas de direitos, reduzindo o efeito preventivo/dissuasório. O debate atual aponta que a efetividade do combate depende mais do aumento da celeridade processual e das cassações do que exclusivamente da elevação das penas.

Que cuidados candidatos e eleitores devem ter para evitar problemas com a Justiça Eleitoral durante as eleições?

É preciso: documentar rigorosamente todas as peças de propaganda digitais e contratações de IA, monitorar canais paralelos e páginas de apoiadores para evitar que veiculem desinformação ou materiais não autorizados. Em relação aos eleitores, jamais aceitar dinheiro, doações ou vantagens em troca de promessa de voto, confirmar a veracidade de notícias, vídeos e áudios em veículos de imprensa confiáveis antes de compartilhar, utilizar o aplicativo oficial do TSE ou os canais do Ministério Público Eleitoral para denunciar irregularidades, deepfakes e compra de votos.

Visão do Direito



Luiz Fernando Gomes Assad

Advogado, atua em contencioso tributário administrativo e judicial de alta complexidade perante a Receita Federal, o CARF e os Tribunais Regionais Federais.

Elisão fiscal: as salvaguardas do modelo britânico que o Brasil ainda não copiou

Há mais de vinte anos, o contribuinte brasileiro convive com uma fonte crônica de insegurança jurídica: a possibilidade de ver um planejamento tributário lícito recharacterizado, anos depois, por falta de “propósito negocial” ou por “abuso de direito” — teste sem previsão legal, aplicado caso a caso por câmaras do CARF e auditores fiscais que frequentemente divergem entre si. A origem do problema é conhecida: o parágrafo único do art. 116 do CTN, incluído pela LC 104/2001, nunca foi regulamentado por lei ordinária, apesar de duas tentativas frustradas (MPs 66/2002 e 685/2015).

O STF, ao julgar a ADI 2.446/DF, confirmou sua constitucionalidade, mas como norma de combate à evasão — e a relatora, ministra Cármen Lúcia, rejeitou expressamente a “interpretação econômica” do fato gerador. Na prática, porém, essa distinção fina raramente sobrevive ao contato com o CARF.

De um lado, temos aqueles que defendem que o limite para qualquer planejamento tributário está unicamente na letra da lei: se determinada organização, por mais engenhosa que seja, é permitida ou não proibida, seus efeitos tributários devem ser observados, pelo princípio da legalidade estrita previsto no art. 151 da Constituição Federal de 1988.

Por outro lado, amparados pela doutrina jurídica de Marco Aurélio Grecco, há aqueles que defendem que o a liberdade negocial do contribuinte é garantida, desde que observados outros princípios constitucionais e doutrinários, como a solidariedade social, a capacidade contributiva e a justiça fiscal.

O problema da segunda linha — amparada por doutrinadores renomados como Grecco e Marcus Abraham — é que ela concede excessiva liberdade ao intérprete de determinado ato econômico, ou seja, o fisco. Coloca nas mãos do Estado uma certa liberdade interpretativa moralizante, para definir, sem critérios claros e bem definidos, se determinada organização econômica, societária ou mercadológica deve gozar dos efeitos previstos e amparados em lei (com diminuição da carga tributária) ou não (sendo tributada como se fosse operação mais onerosa). Isso tudo sendo justificado por meio de institutos altamente subjetivos como a solidariedade social, o “abuso de direito” e a “justiça fiscal”.

Gera-se, portanto, uma situação de relevante insegurança jurídica aos particulares, já que a liberdade negocial do contribuinte é restringida não por parâmetros claros e bem definidos, mas por princípios constitucionais subjetivos cuja definição é diferente em cada intérprete. Vale

olhar para quem enfrentou o mesmo dilema e legislou sobre ele: o Reino Unido, com a General Anti-Abuse Rule (GAAR), instituída em 2013. A norma não nasceu no vácuo: veio depois de mais de trinta anos de uma doutrina jurisprudencial (o chamado Ramsay principle) que, mesmo rompendo com o formalismo do caso Duke of Westminster (relacionado à primeira linha exposta acima), sempre recusou substituir a interpretação da lei por um juízo livre de “substância econômica” desvinculado do texto.

Mais relevante do que a letra da GAAR, porém, é o preço institucional que o legislador britânico considerou necessário pagar para justificar essa ruptura perante o próprio contribuinte: (i) o ônus de provar a abusividade de um arranjo recai sobre o Fisco, não sobre o contribuinte; (ii) o teste de abusividade adota um padrão deliberadamente tolerante — não basta que o arranjo pareça irrazoável, é preciso que não se possa sustentar razoavelmente que era razoável; (iii) antes de autuar, a autoridade fiscal precisa da opinião de um painel consultivo independente, sem vínculo com a arrecadação; e (iv) a orientação interpretativa oficial tem efeito vinculante por lei, obrigando os tribunais a considerá-la — o que reduz a divergência entre órgãos julgadores, problema crônico no CARF e nos tribunais judiciais.

Nenhuma dessas quatro garantias existe no Brasil. Não há regra de ônus da prova em favor do contribuinte, não há padrão decisório definido, não há instância consultiva independente, não há orientação vinculante que unifique o conceito de propósito negocial e abuso de direito entre câmaras. Em suma: importamos a substância da ruptura britânica com o formalismo, sem nenhuma das salvaguardas que o próprio sistema que a criou considerou indispensável — e fizemos isso em cenário constitucional mais rígido, no qual a legalidade tributária estrita é garantia expressa (art. 150, I, CF).

Não se trata de copiar a GAAR literalmente — tarefa que ignoraria diferenças relevantes de tradição jurídica e de desenho constitucional —, mas de usá-la como roteiro. Se o Congresso decidir, enfim, regulamentar o art. 116, parágrafo único, a regulamentação deveria contemplar, no mínimo, ônus da prova ao Fisco, padrão decisório claro e não impressionista, instância consultiva prévia e independente, e orientação vinculante que unifique o entendimento entre câmaras. Até lá, o contribuinte brasileiro segue exposto a um teste que o próprio sistema jurídico que o inspirou considerou, desde o início, perigoso demais para operar sem essas quatro garantias.

Visão do Direito



Napoleão Casado Filho

Professor do curso do Programa de pós-graduação em direito (nível mestrado) do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ)

As oportunidades da inteligência artificial no combate à inflação processual brasileira

Há uma transformação silenciosa — mas irreversível — em curso no mercado jurídico brasileiro. A inteligência artificial deixou de ser tema de debates sobre o futuro e passou a integrar a rotina de escritórios, departamentos jurídicos e tribunais. O desafio já não é decidir se a tecnologia será utilizada, mas como incorporá-la de forma ética, segura e responsável.

Os números confirmam esse movimento. O mais recente Relatório sobre o Impacto da IA no Direito, produzido pela OAB/SP, Jusbrasil e ITS Rio, mostra que 77% dos profissionais do Direito utilizam inteligência artificial generativa ao menos uma vez por semana. A ferramenta já auxilia na elaboração de peças processuais, pesquisas jurídicas, análise de contratos e produção de pareceres, reduzindo o tempo dedicado a atividades repetitivas

e permitindo que advogados concentrem esforços na estratégia, na análise crítica e no atendimento ao cliente.

O Poder Judiciário também acompanha essa transformação. Tribunais brasileiros já utilizam sistemas de inteligência artificial para apoiar a pesquisa de jurisprudência, a triagem de processos e a elaboração de minutas de decisões, demonstrando que a tecnologia deixou de ser experimental para se tornar parte da modernização institucional da Justiça.

Esse avanço ganha ainda mais relevância diante de um dos maiores desafios do Judiciário brasileiro: a inflação processual. Embora o acervo de processos tenha apresentado redução em 2024, o Brasil continua convivendo com um volume de litigiosidade sem precedentes. Nesse cenário, a IA pode contribuir de forma decisiva

ao identificar demandas repetitivas, organizar informações, otimizar fluxos de trabalho e liberar magistrados para atividades que exigem efetivo raciocínio jurídico.

Entretanto, a adoção da inteligência artificial traz desafios éticos que não podem ser ignorados. A tecnologia amplia capacidades, mas não substitui o julgamento humano. Advogados e magistrados continuam responsáveis pela verificação das informações produzidas pelas ferramentas, especialmente diante do risco das chamadas “alucinações”, quando a IA gera conteúdos incorretos com aparência de veracidade.

Os próprios tribunais já começam a estabelecer esses limites. Recentemente, a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que laudos produzidos por inteligência artificial generativa não podem fundamentar

denúncias criminais, justamente pela falta de transparência dos critérios utilizados e pela impossibilidade de reproduzir os resultados de forma confiável. O precedente reforça uma mensagem importante: a IA pode ser uma aliada da Justiça, mas jamais substituir a responsabilidade humana na tomada de decisões.

O futuro da advocacia não será definido pela escolha entre pessoas ou máquinas. Será construído pela capacidade de integrar tecnologia, responsabilidade e pensamento crítico. A inteligência artificial representa uma oportunidade concreta para tornar o sistema de Justiça mais eficiente e enfrentar a histórica inflação processual brasileira, desde que permaneça como instrumento de apoio — e nunca como substituta da autonomia, da ética e do discernimento que caracterizam o exercício do Direito.

Visão do Direito



Rafael Oliveira Beber Peroto

Advogado, mestre e doutorando em direito constitucional e processo tributário pela PUC-SP



Carlos Eduardo Delmondi

Advogado, mestrando em direito pela PUC-SP, especialista em direito penal econômico

O risco oculto da informalidade

Vai passar a escritura? Vai declarar? Pode pagar em conta de terceiro? Pode ser “sem nota”? Quem vive o cotidiano das operações comerciais no Brasil se depara, com alguma frequência, com esse tipo de indagação. À primeira vista, são perguntas tratadas como banais, quase culturais, próprias de uma informalidade brasileira que se acostumou a confundir agilidade com improviso e economia com risco.

O problema é que aquilo que parece uma simples praxe comercial pode, em determinadas circunstâncias, configurar um crime extremamente grave: lavagem de dinheiro. Mais do que isso, pode inserir empresários, administradores e profissionais liberais em investigações complexas, com bloqueio de bens, quebra de sigilos, danos reputacionais e acusações difíceis de desfazer mesmo quando, ao final, se mostrem indevidas.

Há mais de uma década, a Lei de Lavagem de Dinheiro sofreu alteração substancial ao deixar de exigir um rol fechado de crimes antecedentes. Com isso, qualquer infração penal capaz de gerar bens, direitos ou valores passou a poder, em tese, anteceder o crime de lavagem de dinheiro.

A consequência prática é relevante: movimentações patrimoniais que não guardem consonância com a realidade do negócio, com a origem dos recursos ou com a efetiva titularidade dos envolvidos podem ser interpretadas como atos de ocultação ou dissimulação.

Isso não significa, evidentemente, que toda informalidade seja lavagem. Tampouco autoriza

transformar qualquer irregularidade fiscal, contratual ou documental em crime autônomo. Mas significa que práticas antes toleradas como costume empresarial passaram a produzir risco penal muito mais intenso. A compra de imóvel por valor artificialmente reduzido, o pagamento feito por terceiro estranho à operação, a emissão parcial de documentos fiscais, a simulação do real beneficiário ou a tentativa de economizar custos de transferência podem deixar de ser apenas indícios de desorganização ou sonegação. Podem ser lidos, em certos contextos, como mecanismos de ocultação patrimonial.

A complexidade das relações humanas na era digital acentuou esse problema. As plataformas eletrônicas facilitaram transações entre pessoas que nunca se viram, empresas que se relacionam por aplicativos e negócios fechados à distância, muitas vezes impulsionados por redes sociais, intermediação digital e inteligência artificial. A facilidade econômica, nesse ponto, convive com a imprecisão sobre a identidade real do parceiro comercial.

É nesse espaço que a informalidade se torna perigosa. Quando a operação é atípica, quando o fluxo financeiro não corresponde ao contrato, quando o pagamento vem de quem não comprou, quando o bem é registrado por valor diferente do efetivamente praticado ou quando a documentação não permite reconstruir a racionalidade econômica do negócio, cria-se um ambiente propício à suspeita. E, se uma das partes estiver vinculada à atividade ilícita, a outra, ainda que se considere inocente, poderá ter enorme dificuldade para explicar seu não envolvimento.

De certo modo, algumas práticas comerciais brasileiras precisam ser revistas com a mesma seriedade com que a sociedade revisou antigas condutas antes naturalizadas. O que era visto como esperteza, economia tributária ou ajuste informal pode hoje representar exposição penal relevante. Pequenos ganhos momentâneos podem gerar severos dissabores futuros.

O desafio, porém, é evitar que a gravidade da lavagem de dinheiro conduza à banalização da imputação penal. O combate à criminalidade econômica muitas vezes se aproxima do chamado Direito Penal de Emergência: diante de fenômenos graves e de difícil repressão, cresce a tendência de alargar conceitos, antecipar punições e reduzir exigências de prova. A suspeita passa a valer quase como demonstração; o contexto substitui a conduta; a posição ocupada pelo agente passa a pesar mais que o fato efetivamente praticado.

Esse movimento é especialmente delicado no ambiente empresarial. É comum afirmar, retrospectivamente, que determinado administrador, contador, diretor financeiro, corretor, consultor “deveria saber” que a operação era suspeita. A afirmação pode ser relevante para discutir falhas de governança, deveres regulatórios ou controles internos. Mas, no Direito Penal, ela não basta.

Ademais, o avanço das organizações criminosas sobre a economia formal exige maior vigilância. Muitas empresas aparentemente lícitas funcionam como invólucros de estruturas ilícitas sofisticadas. Empreender negócio atípico com alguém pode gerar severos indícios de

adesão à atividade criminal, ainda que inconsciente. Por isso, a prevenção é indispensável. Mas prevenir não é presumir culpa. E punir não pode ser o mesmo que responsabilizar por associação, proximidade ou incapacidade posterior de explicar uma operação mal documentada.

A resposta para esse ambiente hostil continua simples, embora demande disciplina: seguir as operações dentro de estrita normalidade e regularidade, desconfiando de qualquer proposta que desvie dessa diretriz. Buscar o correto, fazer o correto e ser capaz de provar que está correto. Em matéria empresarial, a prova da licitude não nasce quando a investigação começa; ela precisa ser construída no momento do negócio.

Medidas de gestão de risco penal, nesse sentido, não são ornamentos burocráticos.

São mecanismos de proteção econômica, reputacional e penal. Identificar beneficiários finais, exigir coerência entre contrato, pagamento e documentação fiscal, recusar pagamentos por terceiros sem justificativa idônea, registrar a racionalidade econômica da operação e rejeitar propostas “sem nota” ou “por fora” são providências simples que podem evitar danos imensos.

Com alguma frequência, empresários e cidadãos comuns acabam envolvidos em investigações criminais severas por não observarem essas diretrizes. Já é tempo de repensar antigas práticas. A informalidade pode parecer banal, até não ser. E, quando deixa de ser, o custo costuma ser muito maior do que qualquer economia obtida no início da operação.

Visão do Direito



Ednei Nascimento

Mestre em direito econômico pelo IDP e ex-coordenador-geral da Superintendência-Geral do CADE. Sócio da área concorrencial do Almeida Prado e Hoffmann Advogados

Modernizar os critérios de notificação fortalece o Cade

O crescimento das fusões e aquisições no Brasil evidencia que os critérios de notificação obrigatória ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) precisam ser atualizados. Após mais de uma década praticamente inalterados, esses parâmetros já não permitem um monitoramento mais racional da real dinâmica da economia nem asseguram que a atuação da autoridade esteja concentrada nas transações capazes de produzir impactos concorrenciais relevantes.

Os números ajudam a explicar essa necessidade. Em 2025, o Cade analisou 847 atos de concentração, alta de 21% em relação ao ano anterior. A ampla maioria foi

aprovada pelo rito sumário, sem restrições. Esse cenário indica que parte relevante da capacidade técnica da autarquia permanece dedicada à análise de negócios que, pela experiência acumulada, raramente suscitam preocupações concorrenciais.

A revisão das regras, no entanto, não representa flexibilização do controle. Ao contrário, é uma oportunidade para tornar o sistema mais eficiente, direcionando recursos públicos e equipes especializadas às operações que realmente exigem exame aprofundado. Um modelo mais seletivo fortalece a capacidade institucional do Cade e amplia a efetividade da política de defesa da concorrência.

Essa atualização torna-se ainda mais necessária diante das transformações da economia. Plataformas digitais, inteligência artificial e novos modelos de negócios desafiam os instrumentos tradicionais de análise e exigem respostas regulatórias cada vez mais qualificadas, como a supervisão de big techs prevista no Projeto de Lei n. 4.675/2025. Nesse contexto, a criação de um grupo de trabalho para revisar a regulamentação sobre atos de concentração demonstra que o próprio Cade reconhece a importância de aperfeiçoar o modelo vigente, assim como os estudos do Ministério da Fazenda para majorar os requisitos de faturamento nesses casos.

A experiência acumulada pela autoridade ao longo dos últimos anos oferece segurança para esse avanço. O desafio não é ampliar indiscriminadamente o universo de operações submetidas à análise prévia, mas aperfeiçoar os critérios para que a atuação estatal permaneça direcionada aos casos de maior relevância concorrencial.

A maturidade alcançada pelo sistema brasileiro de defesa da concorrência permite esse passo. Modernizar os critérios de notificação não reduz o rigor do controle. Ao contrário, fortalece o Cade ao concentrar sua capacidade institucional onde ela produz maior valor para a economia, para a livre concorrência e para a segurança jurídica.

Visão do Direito



Thais Precoma Guimarães

Advogada, especialista em direito das famílias e das sucessões e secretária-adjunta do IBDFAM/PR

O “Pix Pensão” e a busca por maior efetividade na obrigação alimentar

O verdadeiro desafio da pensão alimentícia nunca foi o reconhecimento do direito aos alimentos, mas a efetividade de seu cumprimento. Quando o pagamento depende de sucessivas cobranças judiciais, medidas coercitivas e longos períodos de espera, quem sofre primeiro são justamente aqueles que a legislação busca proteger. É nesse contexto que o chamado “Pix Pensão” surge como uma das mais relevantes iniciativas recentes para aproximar a decisão judicial de sua efetiva concretização.

A sanção do projeto de lei 4.978/2023 representa um importante passo nessa direção. De autoria da deputada federal Tabata Amaral (PSB/SP), a proposta altera o Código de Processo Civil para disciplinar a transferência automática da prestação alimentícia. Após análise pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sob relatoria da senadora Ana Paula Lobato (PSB/MA), a matéria foi aprovada em 7 de julho de 2026 e sancionada pela Presidência da República.

A finalidade central da proposta, conforme se extrai de sua justificativa e dos debates legislativos, é assegurar que os instrumentos processuais já existentes sejam empregados de forma mais eficiente, priorizando o efetivo adimplemento da obrigação alimentar. Trata-se de medida voltada a remodelar a dinâmica das ações de alimentos mediante uma solução simples, tecnológica e compatível com a urgência inerente à matéria.

O próprio projeto ressalta, com base em dados de 2022, que a Justiça recebe anualmente cerca de 576 mil novas ações de alimentos, ao passo que profere mais de 1,7 milhão de decisões relacionadas ao tema no mesmo período.

Historicamente, a continuidade do pagamento da pensão alimentícia sempre encontrou entraves práticos relevantes. O desconto automático em folha mostra-se eficaz, em regra, apenas quando o devedor possui vínculo formal de emprego ou fonte pagadora identificável.

Em contrapartida, quando o alimentante atua como trabalhador informal, autônomo ou profissional liberal, o ônus da cobrança tende a recair sobre o beneficiário, que se vê obrigado a acionar reiteradamente o Poder Judiciário a cada novo inadimplemento. Essa sistemática retarda o recebimento de valores indispensáveis à subsistência de crianças e adolescentes e, simultaneamente, contribui para a multiplicação de demandas repetitivas.

Embora a legislação já admita a prisão civil do devedor de alimentos em caso de inadimplemento injustificado, a necessidade frequente de recorrer a uma medida coercitiva tão gravosa não se revela suficiente para solucionar a inadimplência sucessiva. Além disso, intensifica a burocracia e os desgastes inerentes ao processo.

É justamente nesse contexto que se insere a principal inovação do Projeto de Lei nº 4.978/2023: a autorização para que o valor da prestação alimentícia seja transferido automaticamente para a conta do beneficiário ou de

seu representante legal.

A operacionalização ocorrerá por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, podendo ser requerida em qualquer fase do cumprimento de sentença.

A medida tende a evitar descontos e compensações indevidas da pensão alimentícia, pagamentos realizados fora da data fixada judicialmente e o descumprimento da atualização anual da obrigação, normalmente vinculada a índices econômicos, como IPCA, INPC, Selic ou outros critérios estabelecidos na decisão judicial.

Nos termos do texto aprovado, caberá ao magistrado, ao proferir a decisão, indicar os elementos necessários à execução contínua da medida, incluindo o valor mensal da prestação, o período de duração da obrigação, as contas de débito e crédito envolvidas, bem como os critérios de atualização monetária. A partir dessas informações, as instituições financeiras deverão promover automaticamente as transferências nas datas judicialmente estabelecidas.

Na hipótese de inexistência de saldo suficiente na data do vencimento, a instituição financeira deverá indisponibilizar automaticamente outros ativos financeiros do devedor, inclusive aplicações, até o limite do valor devido. A constrição poderá, posteriormente, ser convertida em penhora e também alcançará valores mantidos em contas de empresário individual, reduzindo obstáculos patrimoniais

que, na prática, dificultam a satisfação do crédito alimentar.

A proposta também introduz alterações destinadas a ampliar a transparência das ações de alimentos, ao prever a divulgação, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelos tribunais, de estatísticas detalhadas sobre sua tramitação, sempre de forma anonimizada. A medida pretende subsidiar a formulação de políticas públicas mais precisas e eficazes nessa área.

O direito das famílias demanda instrumentos capazes de superar entraves burocráticos em favor da dignidade e da efetividade da tutela jurisdicional. A automação prevista no projeto concretiza essa diretriz ao conferir maior previsibilidade ao recebimento da pensão alimentícia, reduzir a necessidade de sucessivas provocações judiciais e desestimular a inadimplência.

Mais do que incorporar uma ferramenta tecnológica ao processo, a proposta busca enfrentar um dos maiores desafios das ações de alimentos: transformar decisões judiciais em prestações alimentares efetivamente pagas, no tempo em que são necessárias. Além de beneficiar diretamente os alimentandos, a medida reafirma a centralidade da responsabilidade parental e aproxima o processo civil de soluções tecnológicas já incorporadas à realidade social. Afinal, quando se trata do direito aos alimentos, a efetividade da decisão judicial não é apenas uma questão processual. É condição para assegurar dignidade, proteção e acesso concreto à Justiça.

Visão do Direito



Tomáz de Aquino Resende

Advogado especialista em direito do terceiro setor

Como associações podem evitar processos trabalhistas graças à atuação de voluntários

O trabalho voluntário é peça central na atuação de boa parte das associações e organizações da sociedade civil no Brasil, mas o uso incorreto dessa modalidade tem gerado um número crescente de processos trabalhistas. Em muitos casos, a entidade não formaliza a relação por meio do Termo de Adesão previsto na Lei nº 9.608/1998 ou permite que o voluntário atue de forma tão próxima à de um funcionário que a Justiça do Trabalho acaba reconhecendo vínculo empregatício, com direito a verbas retroativas.

A lei do voluntariado exige que a prestação de

serviço seja gratuita, sem qualquer natureza de emprego, e formalizada por escrito antes do início das atividades. O termo de voluntariado não é um detalhe burocrático, é a principal prova de que aquela relação nunca teve natureza de emprego.

Sem ele, a entidade fica exposta.

Além do termo assinado, a Justiça do Trabalho costuma observar elementos concretos da rotina do voluntário para diferenciar essa atuação de um vínculo empregatício: subordinação rígida a horários e ordens diretas, habitualidade no comparecimento, exigência de

exclusividade e pagamento de qualquer valor que se assemelhe a salário são sinais que podem levar ao reconhecimento do vínculo, mesmo que a entidade nunca tenha registrado o voluntário formalmente.

O risco aumenta quando a organização trata o voluntário exatamente como trataria um funcionário: define escala fixa obrigatória, cobra horário de entrada e saída, exige justificativa para faltas. Nesses casos, o nome dado à relação importa menos do que a forma como ela realmente acontece no dia a dia.

Entre as medidas recomendadas para reduzir esse risco estão a assinatura do termo de voluntariado antes do início de qualquer atividade, a definição clara do escopo de tarefas e da carga horária esperada, e a revisão periódica das rotinas internas para identificar situações em que a linha entre voluntariado e emprego esteja se tornando tênue. Segundo o advogado, entidades que revisam esses pontos com apoio jurídico especializado reduzem de forma significativa a chance de enfrentar passivos trabalhistas no futuro.

Visão do Direito



Luis Carlos Alcoforado
Advogado



Claudia Beck
Advogada

Fintechs sem controle: o colapso da Naskar e o silêncio do Estado

O recente colapso da Naskar Gestão de Ativos, deflagrado em maio de 2026, quando a empresa simplesmente deixou de creditar os rendimentos prometidos a milhares de investidores, reacende um debate incômodo, mas inadiável: até que ponto a euforia em torno das chamadas fintechs tem servido de biombo para operações financeiras exercidas inteiramente à margem do Sistema Financeiro Nacional?

O termo fintech — contração de financial technology — designa as empresas que prestam serviços financeiros por meio de plataformas digitais, segmento em franca expansão no Brasil, abrangendo bancos digitais, instituições de pagamento, gestoras de recursos e fornecedoras de crédito. A doutrina especializada há tempos adverte que a roupagem tecnológica não desnatura a essência financeira da atividade.

Com efeito, nos termos do artigo 17 da Lei 4.595/1964, é instituição financeira toda pessoa jurídica que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros. O rótulo de startup ou de fintech, portanto, não subtrai a empresa do regime de autorização e fiscalização do Banco Central do Brasil e, quando envolvida a oferta de valores mobiliários, da Comissão de Valores Mobiliários.

Pois bem. A Naskar operou por cerca de treze anos captando recursos de particulares mediante promessa de rentabilidade fixa de 2% ao mês — algo próximo de 175% do CDI —, com aplicativo próprio, sede física, filiais em diversas capitais e publicidade ostensiva. Tudo isso sem jamais ter obtido registro como instituição financeira, instituição de pagamento ou qualquer outra modalidade autorizada a captar recursos do público, como confirmaram publicamente, após o desastre consumado, o próprio Banco Central e a CVM.

A promessa de rendimento fixo e elevado, sustentada por mais de uma década, é a marca estrutural do velho esquema Ponzi: os rendimentos pagos aos cotistas mais antigos

“A inovação financeira não pode servir de salvo-conduto para a captação irregular da poupança popular, tampouco a modernidade tecnológica pode anestesiar o dever de vigilância das autoridades”

são custeados pelos aportes dos ingressantes mais recentes, sem geração real de riqueza. Quando o fluxo de novos aportes se exaure, a pirâmide desaba — e desaba sempre sobre os mesmos ombros: os do pequeno investidor, não raro idoso, que ali depositou as economias de toda uma vida.

O desfecho seguiu roteiro conhecido. Ao inadimplemento seguiram-se justificativas inverossímeis — uma alegada “perda na base de dados” —, o pedido para que os próprios clientes reenviassem seus comprovantes de aporte e, por fim, o anúncio de uma suposta venda bilionária da empresa a um grupo sem qualquer capacidade econômica demonstrada, sem registro nos órgãos regulatórios americanos onde diz ter sede e cujo domínio digital foi criado no exato dia do anúncio.

Trata-se de sequência que reúne, em tese, os elementos clássicos da blindagem patrimonial fraudulenta: encerramento coordenado de filiais, migração silenciosa de operações para empresas coligadas e negócio jurídico com fortes indícios de simulação, nulo de pleno direito nos termos do artigo 167 do Código Civil, sem prejuízo da fraude contra credores e da fraude à execução.

Mas há uma segunda dimensão do problema, menos comentada e igualmente grave: a inércia do Poder Público. Não se cuida, aqui, de lacuna normativa. O arcabouço legal existe e é suficiente. O artigo 10, X, e o artigo 44 da Lei 4.595/1964 impõem ao Banco Central o dever de fiscalizar as instituições financeiras e de punir as infrações; o artigo 12 da mesma lei estende essa fiscalização a toda pessoa jurídica que capte recursos do público; e os artigos 8º, 9º e 11 da Lei 6.385/1976

conferem à CVM poderes permanentes de fiscalização, inspeção e sanção.

Como explicar, então, que uma operação dessa envergadura — pública, ostensiva, publicitada — tenha funcionado por treze anos sem que qualquer providência fosse adotada pelos órgãos de controle? A pergunta não é retórica: ela toca o cerne da responsabilidade civil do Estado.

Nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros. E a jurisprudência distingue, com acerto, a omissão genérica — que não gera, em princípio, responsabilização automática — da omissão específica, configurada quando há obrigação legal determinada de agir para impedir o resultado danoso.

In casu, havendo dever legal expresso de vigilância e sinais exteriores abundantes da irregularidade, a inação prolongada das autarquias aproxima-se, perigosamente, da omissão qualificada, apta a ensejar o dever de indenizar. Não por outra razão, ações de reparação movidas por investidores lesados começam a bater às portas da Justiça Federal, colocando no polo passivo, ao lado dos gestores da empresa, a própria União e suas autarquias de supervisão.

Registre-se, por oportuno, que o Superior Tribunal de Justiça vem consolidando orientação rigorosa quanto aos deveres de segurança no mercado financeiro digital. A compreensão firmada a partir da Súmula 479, no sentido da responsabilidade objetiva das instituições financeiras por fraudes ocorridas no âmbito de suas operações, foi

expressamente estendida às instituições de pagamento, às quais incumbe criar e aprimorar mecanismos capazes de identificar e coibir fraudes, dado o elevado risco da atividade que desempenham.

Nada disso significa demonizar as fintechs. A inovação tecnológica no setor financeiro é conquista relevante: ampliou o acesso ao crédito, reduziu custos, incluiu milhões de brasileiros antes ignorados pelo sistema bancário tradicional. O que não se pode admitir é que a aura de modernidade funcione como salvo-conduto para a captação irregular da poupança popular, nem que o entusiasmo regulatório com a inovação se converta em leniência fiscalizatória.

O caso Naskar deixa lições que precisam ser assimiladas. A primeira, dirigida ao investidor: rentabilidade fixa muito acima do mercado, prometida por quem não exhibe registro nos órgãos competentes, não é oportunidade — é sintoma. A consulta aos cadastros públicos do Banco Central e da CVM está ao alcance de qualquer cidadão e deveria preceder todo aporte.

A segunda, dirigida ao Estado: fiscalização tardia é fiscalização falha. De nada adiantam notas oficiais esclarecendo, depois do colapso, que a empresa jamais foi autorizada a funcionar, se durante mais de uma década nenhum alerta foi emitido, nenhum procedimento instaurado, nenhuma medida acauteladora adotada.

A terceira, dirigida ao Judiciário: caberá aos juízes, com a prudência de sempre, mas sem timidez, assegurar a recomposição patrimonial das vítimas, inclusive mediante a desconsideração da personalidade jurídica, o reconhecimento das fraudes perpetradas e, quando presentes os pressupostos, a responsabilização do Estado omissor.

A confiança é a matéria-prima do sistema financeiro. Quando o Estado se omite diante de quem a explora fraudulentamente, o dano transcende as vítimas diretas: corrói a credibilidade do próprio mercado que se pretendia modernizar. Que o estrondoso caso Naskar sirva, ao menos, de vacina institucional.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 30 de julho de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
- 1.2 Apartamentos**
- 1.3 Casas**
- 1.4 Lojas e Salas**
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

1.1 APARTHOTEL

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Express and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Os melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ASA NORTE

QUINTINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ASA NORTE

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

COMPRO URGENTE PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Asa Norte/Sul (61) 99330-9049 c3594

ASA SUL

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

PARTICULAR

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339.53 m², 2gar, 6199985-8313

1.2 CRUZEIRO

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

JARDIM INGÁ

2 QUARTOS

ED SANTA FELICIDADE

JD INGA Vd apt 2qts, bem arejado c/sala, banho coz p/ moradia ou investimento. Ao lado de mercado, parada de ônibus Tr. (61) 99909-1050

ED SANTA FELICIDADE

JD INGA Vd apt 2qts, bem arejado c/sala, banho coz p/ moradia ou investimento. Ao lado de mercado, parada de ônibus Tr. (61) 99909-1050

NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

1.2 NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

TRATO FEITO IMÓV

QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV

QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694



Curso de Departamento Pessoal e eSocial

Aprenda cada etapa do **DP** e **eSocial** em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento **Dexion** e **eSocialWeb**.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.2 SUDOESTE

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

COMPRO URGENTE PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

COMPRO URGENTE PARA CLIENTES 2, 3 4qtos Noroeste/Sudoeste 61 99842-6366 c3594

OUTROS ESTADOS

1 QUARTO

COND ENSEADA
CALDAS NOVAS Cond Pé No Lago Vendo apto térreo 1qto sala coz banho churrasq e jardim. Tr: (61) 99909-1050

COND ENSEADA
CALDAS NOVAS Cond Pé No Lago Vendo apto térreo 1qto sala coz banho churrasq e jardim. Tr: (61) 99909-1050

1.3 CASAS

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV

QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banho. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

1.3 GAMA

GAMA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE

3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

RITA LANDIM VENDE

3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

1.3 PARK WAY

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar It 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guará 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

VALPARAÍSO

2 QUARTOS

PQ ESPLANADA I Vdo Casa 2qtos laje escritura-da 250Mil 98151-3115

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?**

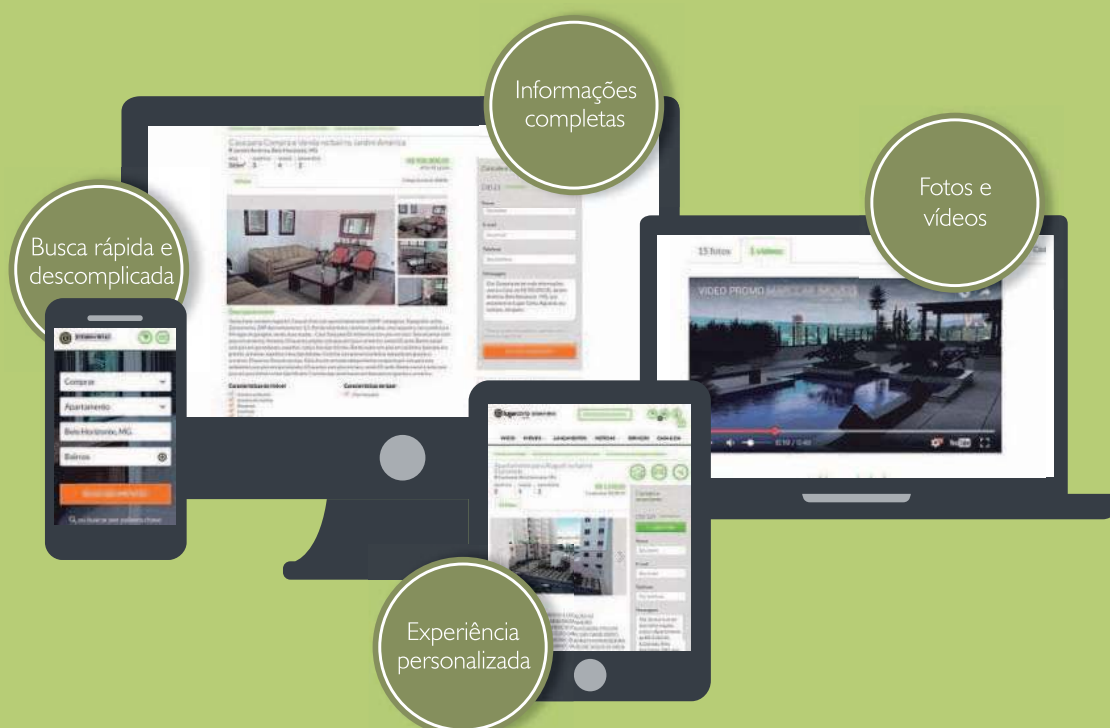
**TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

 **lugarcerto**
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

1.4 SUDOESTE

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esqui-
na. Alugada. > tima locali-
zação. Exc Oportunida-
de 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St
Habitação al V.Pires, lo-
caliz. privilegiada 30m2.
99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala
área 173m2 c/ 5 vagas
4 banhs, próx estação
metrô 3032-7700 98313-
0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova
34m² Nascente andar al-
to phimoveis.com.br T.
99275-8882 Cj6210

ASA SUL

ED SEGURADORA
VENDO 2 SALAS Co-
merciais. Prédio Recém
Reform. Ideal p/ montar
Escritório Jurídico, Corre-
tora ou Investimento R\$
160Mil Tr. 99909-1050

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2
próximo QE 19, nascent-
te, canto R\$ 250 mil fi-
nancio Tr. 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

**1.5 LOTES, ÁREAS
E GALPÕES**

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à ven-
da no Bairro Asa Norte,
2.500m2 área 99418-
8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à ven-
da no Bairro Asa Norte,
2.500m2 área 99418-
8477 cj21694

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Oportunidade Lotes de 400 metros, con-
trôl três vezes, residencial
e comercial só R\$
1.530.000,00 Contato:
99109-6160 Sr Imóveis
cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote
Bairro Taquari
742m2, quitado, esquina,
ótima localização CJ
5211 3322-3443

2

**IMÓVEIS
ALUGUEL**

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01
suite, dce, cozinha, sala,
reformadíssimo, 160
metros, 3 andar, gara-
gem Tr. 99109-6160 SR
Imóveis cj9417

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz á99112-3703 /
3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz á99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com terreno e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de terreno e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

CHEVROLET

CORSA/08 Completo. Vendo/troco Tr: (61) 99969-9595/99909-7931

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

DONA PERCILIA FAZEMOS TRABALHOS MARQUE SUA CONSULTA PARA O AMOR e buscamos a pessoa amada . Presencial ou online . (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

AMANDA DO ANAL ACOMPANHANTE E MASSAGISTA, recém cheg de Minas, sua namoradinha perfeita faz tudo s/ frescuras. (61) 98173-1287 Asa Norte

RENATO ATIVÃO MACHAO, SERIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

5.7 ACOMPANHANTE

ISABELA FERRARI ESTILO MULHERÃO - Capa de Revista! Asa Norte 61 99607-1156

LIVIA MULATA FAÇO ORAL até o fim e deixo finalizar na boca Asa Nte 61 99906-7716

MASSAGEM RELAX

JULLY DELICIOSA LOIRA APERTADINHA gostosa até o final Atendo Aguas Lindas e videochamada (61) 99639-3199

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE DE PIN-TOR para morar. Casal 99976-4334.

AJUDANTE DE SERVIÇOS Gerais, para morar. Casal 99903-0605.

AUXILIAR DE COZINHA COM EXPERIÊNCIA
PRECISA-SE Enviar CV c/ resumo da experiência no corpo do email: processoseul@gmail.com

CONTRATA - SE CHAPEIRO/ E AJUDANTE c/experiência. Interessados entrar em contato: (61) 98190-6312 Marques

DOMÉSTICA c/Experiência e Referência comprovadas. Residência na Asa sul p/ 02 pessoas R\$ 2.050,00. Tratar: (62) 99972-0041

DOMÉSTICA c/Experiência e Referência comprovadas. Residência na Asa sul p/ 02 pessoas R\$ 2.050,00. Tratar: (62) 99972-0041

6.1 NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE 1 VAQUEIRO E 1 Caseiro p/ Fazenda c/ experiência. Tr: (61) 99939-4445

CONTRATA-SE AUXILIAR Cabelheiro Que saiba escovar. Tr: (61) 98151-9332

CONTRATA-SE AUXILIAR Cabelheiro Que saiba escovar. Tr: (61) 98151-9332

NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE / CRC CLINICADONTOLÓGICA contrata para agendamento e atendimentos. Lição e WhatsApp. Asa Norte - Shopping Conjunto Nacional. Segunda à sexta das 8:30 às 18:30h. Favor, enviar currículo para: soublu.cv@gmail.com

SUPERVISOR (A) Líder de Televidas. Gestão de equipe, gestão de metas. Acompanhamento de rotina, focado em resultados. Experiência comprovada. Enviar CV p/: atendimentoconsigh@gmail.com

MASSEIRO COM EXPERIÊNCIA
NA ÁREA de banificação, salário acima de R\$2.200 + Vale transporte + Vale alimentação. Enviar currículo p/: rh@germana.com.br

ITIQUEIRA INDÚSTRIA LTDA ÁGUA MINERAL ITIQUEIRA

Torna público que requereu ao IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, a Licença de Operação (LO), para a operação da atividade de fabricação de água mineral envasada (CNAE 11.21-6), localizada na Rodovia DF 205, KM 78 – Área Rural – Planaltina-DF. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

2º OFÍCIO
DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA
RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO
DEMerval SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a **BANCO SOFISA S.A. (SOFISA)**, na qualidade de CREDOR FIDUCIÁRIO, pelos requerimentos de 02/04/2025, 07/07/2026, requereu a este Serviço Registral as intimações de **ANDREIA FORTALEZA CUNHA VASCONCELOS**, administradora, solteira, CPF nº 494.931.751-20; e, **FABIO VASCONCELOS BRAGA**, funcionário público, solteiro, CPF nº 769.907.961-20, brasileiros, na qualidade de DEVEDORES, residentes e domiciliados, nos seguintes endereços: 1) SQN 215, Bloco B, Apartamento 105 - Asa Norte; e, 2) SQSW 303, Bloco C, Apartamento 302 – Sudoeste; na qualidade de DEVEDORES FIDUCIÁRIOS nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R\$31.896,05 (trinta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e cinco centavos), atualizada até o dia 15/10/2026, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária do instrumento particular com alienação fiduciária do Apartamento 105, Bloco "B", Superquadra Norte 215, SQN - Asa Norte; nesta cidade, registrada sob os nºs R.20 e R.21, na matrículas nº 38.829. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS – QUADRA 08 – BLOCO "B" nº 60º – SALA 140C – "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade das Apartamentos 105, Bloco "B", Superquadra Norte 215, SQN - Asa Norte, desta cidade, em nome do CREDOR FIDUCIÁRIO. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 28 (vinte e um) dias do mês de julho de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL – OFICIAL.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.145/2026

OBJETO: Fornecimento, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), de licenças perpétuas, com software assurance (S.A.), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, do produto Microsoft Exchange Server Enterprise Edition 2019 ou versão mais recente, compreendendo licenças de software para os servidores e licenças de utilização para os usuários (CALs – Client Access Licenses).

DATA DA ABERTURA: 13/08/2026, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar RAYANA CARVALHO DA SILVA, vendedora, RG nº 3.044.021 SSP-DF, CPF nº 049.095.091-43, e seu marido ALESSANDRO LOPES DE LIMA, cobrador, CNH nº 05586305219 DETRAN-DF, CPF nº 049.785.991-21, brasileiros, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas a Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 18 de junho de 2021, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.9 na matrícula nº 24.828 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 302 do Bloco E1, a ser edificado no Lote nº 11 do Conjunto 02 da Quadra 501 do Itapoá Parque, situado no Setor Habitacional Itapoá, Região Administrativa do Itapoá - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 3.633,02, posição de 23/07/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel.

Atenciosamente,
Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar THAIS ALVES DE SOUSA, brasileira, solteira, consultora de negócios, CPF nº 063.642.181-30, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas a Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 15 de dezembro de 2022, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.19 na matrícula nº 29.081 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 102 do Bloco C1, a ser edificado no Lote nº 09 do Conjunto 02 da Quadra 401 do Itapoá Parque, situado no Setor Habitacional Itapoá, Região Administrativa do Itapoá - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 5.835,82, posição de 23/07/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel.

Atenciosamente
Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO :



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE